

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
Instituto de Geociências e Ciências Exatas
Campus de Rio Claro

ARRANJO PRODUTIVO RURAL: O AGROCOMÉRCIO
DA UVA NO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ-SP

Júlio César Lázaro da Silva

Rio Claro (SP)

2007

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
Instituto de Geociências e Ciências Exatas
Campus de Rio Claro

ARRANJO PRODUTIVO RURAL: O AGROCOMÉRCIO DA
UVA NO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ-SP

Júlio César Lázaro da Silva

Orientador: Prof. Dr. Auro Aparecido Mendes

Dissertação de Mestrado elaborada junto ao
Programa de Pós-Graduação em Geografia -
Área de Concentração em Organização do
Espaço, para obtenção do Título de Mestre
em Geografia.

Rio Claro (SP)

2007

Aos meus pais, dedico.

AGRADECIMENTOS

Quando concluimos uma obra, esperamos passar um pouco da nossa felicidade para àqueles que nos ajudaram nessa caminhada. Em primeiro lugar, agradeço a Deus e aos bons espíritos, pela saúde, paz, tranqüilidade e amor. Sinto-me privilegiado pelas oportunidades que tenho recebido e espero corresponder à altura, como profissional e como pessoa.

Ao meu orientador Auro Aparecido Mendes, que desde o ano de 2001 tem acompanhado o meu desenvolvimento intelectual e representa a grande referência para a minha vida acadêmica e profissional.

À minha família, em especial meus pais, Eurípedes e Suzana, que sempre me apoiaram em todas as (difíceis) decisões que tenho tomado nos últimos anos. Para sempre, vocês serão os meus grandes heróis. À minha irmã Ângela, que sempre compreendeu os motivos das minhas ausências repentinas, que de forma alguma diminuiu todo o amor e o carinho que sentimos um pelo outro.

Bem, como eu posso agradecer à minha namorada, amiga e cúmplice das horas boas e das horas ruins? Ana Cristina, a sua ajuda e o seu companheirismo representam o maior presente que um homem pode receber de uma mulher. Em meio a tantas tardes vazias e dias que insistiram em não passar, foi o nosso amor que revigorou minhas energias diante de tantos desencontros e desafios.

Agradeço à professora Sílvia pela grande ajuda no desenrolar de alguns trâmites burocráticos da pós-graduação e, juntamente com o professor Enéas, pelas considerações realizadas durante o exame de qualificação, que foram de grande valia para o desenvolvimento da pesquisa.

À Professora Bernadete, agradeço pelo apoio e amizade, desde os tempos de graduação quando comecei a escrever minha iniciação científica. Também não poderia deixar de agradecer à professora Lúcia pelas dicas e sugestões a respeito das entrevistas e considerações de campo.

Ao Pedro Henrique e a Inajara, nenhuma palavra pode representar o quanto sou agradecido pelo empenho que vocês tiveram em me ajudar em um dos momentos cruciais da pesquisa. Sem vocês eu poderia ter perdido o meu mestrado!

A todas as pessoas que conheci durante esses anos de pesquisas em Jundiaí, seria injusto eu citar alguns nomes, pois são muitas pessoas... Produtores rurais, pesquisadores, funcionários de diversas instituições (Casa do Agricultor, Prefeitura Municipal, Instituto Econômico Agrícola, IAC) sempre compreensíveis e solícitos. Muito obrigado a todos.

SUMÁRIO

ÍNDICE.....	I
ÍNDICE DE TABELAS.....	III
ÍNDICE DE FIGURAS.....	IV
RESUMO.....	V
ABSTRACT.....	VI
INTRODUÇÃO.....	14
1. GLOBALIZAÇÃO DA ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO LOCAL.....	19
2. DESENVOLVIMENTO RURAL: CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS.....	42
3. A VITICULTURA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ: ORIGEM, EVOLUÇÃO E ESTÁGIO ATUAL.....	58
4. ESTRUTURAÇÃO DO ARRANJO PRODUTIVO RURAL NA REGIÃO DO BAIRRO CAXAMBÚ.....	94
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	119
REFERÊNCIAS.....	122
ANEXOS.....	130

ÍNDICE

	Página
INTRODUÇÃO.....	14
1. GLOBALIZAÇÃO DA ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO LOCAL.....	19
1.1. GLOBALIZAÇÃO: REESTRUTURAÇÃO E RECRIAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL.....	19
1.2. CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL.....	21
1.3. DESCENTRALIZAÇÃO POLÍTICA.....	31
1.4. DESENVOLVIMENTO LOCAL EM ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS.....	34
2. DESENVOLVIMENTO RURAL: CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS.....	42
2.1. CONSIDERAÇÕES ACERCA DA RURALIDADE.....	42
2.2. A PRODUÇÃO FAMILIAR NA AGRICULTURA.....	46
2.3. A REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES NÃO-AGRÍCOLAS NO MEIO RURAL.....	48
2.4. EM BUSCA DO DESENVOLVIMENTO RURAL.....	54
3. A VITICULTURA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ: ORIGEM, EVOLUÇÃO E ESTÁGIO ATUAL.....	58
3.1. LOCALIZAÇÃO E ASPECTOS GERAIS DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ.....	58
3.2. A ORIGEM DAS VIDEIRAS.....	65
3.2.1 A Vinificação.....	66
3.2.2 As Principais Variedades.....	67
3.3. UM BREVE HISTÓRICO DA VITIVINICULTURA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ – SP.....	68
3.3.1 A Imigração Italiana.....	73
3.3.2 O Núcleo Colonial Barão de Jundiaí.....	75
3.3.3 O Núcleo Italiano do Bairro do Traviú.....	80
3.3.4 A Presença Italiana nos Bairros Viticultores do Município de Jundiaí.....	83
3.4. A PRODUÇÃO DE VINHO.....	84
3.5. SITUAÇÃO ATUAL DA VITICULTURA DO MUNICÍPIO.....	87
4. ESTRUTURAÇÃO DO ARRANJO PRODUTIVO RURAL NA REGIÃO DO BAIRRO CAXAMBÚ.....	94
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	119
REFERÊNCIAS.....	122

ANEXOS.....131

ANEXO 1. ROTEIRO DE ENTREVISTA APLICADA JUNTO AOS PRODUTORES
RURALS.....131

ÍNDICE DE TABELAS

TABELA 1. IMPORTÂNCIA RELATIVA DA ÁREA PLANTADA COM AS PRINCIPAIS CULTURAS NO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ, ENTRE 1950 E 1995 (EM %)	63
TABELA 2. CONSOLIDAÇÃO DA REDE FERROVIÁRIA PAULISTA NO FINAL DO SÉCULO XIX	69
TABELA 3. EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO DO CAFÉ E DA UVA – JUNDIAÍ	70
TABELA 4. EVOLUÇÃO DO CULTIVO DA VINHA NO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX	73
TABELA 5. TOTAL DE IMIGRANTES EM SÃO PAULO NO FINAL DO SÉCULO XIX	75
TABELA 6. PRINCIPAIS CULTURAS PERENES DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ – 1996	88
TABELA 7. TAXA DE CRESCIMENTO DA ÁREA PLANTADA COM AS PRINCIPAIS CULTURAS NO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ, ENTRE 1950 E 1995 (EM HA)	91
TABELA 8. ESTIMATIVA DE DESPESA E DE DISTRIBUIÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO (RL) DE UVA DE MESA NIAGARA, EDR DE CAMPINAS, ESTADO DE SÃO PAULO, SAFRA 1999/2000	92
TABELA 9. EVOLUÇÃO DOS PREÇOS MÉDIOS CORRENTES DA UVA NIAGARA COMERCIALIZADA NA CEAGESP, SAFRAS 1995/1996 A 2002/2003	93

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1. Inserção Regional do Município de Jundiaí – SP.....	59
Figura 2. Limites do Município de Jundiaí – SP.....	60
Figura 3. Imagem Landsat – 7 (falsa cor) mostrando o limite externo e limites municipais da Bacia do Rio Jundiaí-Mirim.....	62
Figura 4. Polígono da Viticultura no estado de São Paulo e frentes pioneiras.....	64
Figura 5. Localização do Núcleo em relação ao centro de Jundiaí e o Bairro Caxambú.....	76
Figura 6. Localização do bairro Colônia e vista aérea do bairro (2005).....	79
Figura 7. Localização do bairro Traviú e vista aérea do bairro (2005).....	82
Figura 8. Divisão dos bairros de Jundiaí com destaque para os principais bairros viticultores (2006).....	90
Figura 9. Município de Jundiaí com destaque para o vetor norte e a Região do Caxambú.....	95
Figura 10. Localização da Paróquia Bom Jesus e realização da Festa do Vinho.....	98
Figura 11. Localização da Adega Sibinel.....	103
Figura 12. Localização da Adega Vendramin e propriedade da família.....	105
Figura 13. Localização da Adega Maziero e estrutura do empreendimento.....	106
Figura 14. Uso e ocupação do bairro Roseira.....	109
Figura 15. Uso e ocupação do bairro Toca.....	110
Figura 16. Área do bairro Caxambú onde ocorre especulação imobiliária e problemas ambientais	112

RESUMO

Os estudos dos diferentes modelos de aglomerações produtivas, seja na forma de pólos, distritos, clusters ou APL's (Arranjos Produtivos Locais) devem ser realizados a partir da análise estrutural de suas cadeias produtivas e da compreensão dos processos sociais responsáveis pela promoção das estratégias produtivas e organizacionais. No meio rural, encontramos condições muito significativas para a caracterização de Arranjos Produtivos, onde a proximidade geográfica dos empreendimentos é capaz de intensificar as trocas de saberes e informações, fortalecidas pela presença da solidariedade orgânica, fundamentada nas relações de parentesco e de vizinhança. Esses questionamentos serão discutidos na presente pesquisa, que busca o entendimento do modelo de organização produtiva dos pequenos e médios viticultores do município de Jundiaí-SP, que acenam para um modelo de desenvolvimento endógeno pautado nos aspectos da ruralidade.

Palavras-chave: Arranjos produtivos, agrocomércio, desenvolvimento endógeno, uva, ruralidade.

ABSTRACT

The studies of the different models of productive agglomerations, either in the form of polar regions, districts, clusters or APL's (Local Productive Arrangements), must be realized from the course of the structural analysis of its productive chains and the apprehension of the social processes that are responsible in promote productive organization strategies. In the rural areas, we can see some main characteristics for the conceptualization of these enterprises, such are considered as geographic concentration that improve the exchanges of knowledge and information, with cooperation and local leadership in some cases based on description-cultural relations. These questionings will be argued in the present research, that searches the agreement of the model of productive organization of small the average grape producers of the city of Jundiai-SP, that are creating an endogenous and supported development, based on the local and rural aspects.

Key-words: Productive Arrangements, agrotrade, local development, grape, rural aspects.

INTRODUÇÃO

Na produção científica atual, os estudos dos diferentes modelos de aglomerações produtivas, concebidos na forma de pólos, distritos, clusters ou APLs (Arranjos Produtivos Locais), estão sendo realizados a partir da perspectiva de que essas aglomerações são capazes de promover um desenvolvimento endógeno, fundamentado nas especificidades dos lugares e adequado às necessidades das populações, em contraposição às abordagens de caráter setorial que privilegiam a análise estrutural das cadeias produtivas globais em detrimento dos processos sociais.

Para a conceituação desses empreendimentos, são consideradas algumas características principais, tais como: intensa concentração espacial, que resulta em aumento de competitividade; formação de redes produtivas horizontais e verticais, capazes de gerar trocas de saberes e informações, intensificando as relações inter-firmas e entre produtores e fornecedores; apoio ativo de instituições, na efetivação de políticas públicas e na capacitação e suporte técnico de empreendedores e mão-de-obra; cooperação e governança local, em alguns casos fundamentados em relações histórico-culturais.

Esses questionamentos foram discutidos na presente pesquisa, que busca o entendimento do modelo de organização produtiva dos pequenos e médios viticultores do município de Jundiaí-SP, possuindo como objetivo principal investigar as estratégias e inovações produtivas relacionadas ao agrocomércio da uva no município, e se essas transformações são capazes de promover o desenvolvimento local.

Utilizamos o termo agrocomércio para analisar não apenas a comercialização da uva a granel, mas, sobretudo os produtos derivados da uva e os serviços que se desenvolvem de forma articulada a partir da visitação das propriedades.

Produzindo em média 25.000 t de uva por ano (SCHRANK, 1996), o município de Jundiaí é o maior produtor de uvas de mesa do país. Porém, os pequenos produtores têm enfrentado diversas dificuldades para manter seus vinhedos, como a abertura do mercado brasileiro para as importações e os melhoramentos genéticos, fatores que tornaram a uva uma fruta sem época tão restrita para ser plantada e encontrada no mercado. Somada a essas dificuldades, a expansão de novas frentes produtoras ocasiona

a queda do preço, principalmente no mês de dezembro, quando ocorre o auge da demanda e da safra.

Para nosso estudo, destacamos a região do bairro Caxambú (bairros Caxambú, Toca e Roseira), localizada no setor norte, a aproximadamente 6,5 km do centro do município, que corresponde à primeira área produtora de uvas de mesa em escala comercial de Jundiaí. Muitos produtores estão diversificando suas atividades econômicas para enfrentarem um novo cenário econômico. A análise qualitativa deste Arranjo Produtivo busca aprimorar os procedimentos metodológicos para o acompanhamento de outras modalidades de desenvolvimento local, inclusive através da parceria com diferentes instituições de pesquisa e agências de capacitação e suporte técnico como o SEBRAE.

A capacidade histórica desses produtores, descendentes dos colonizadores italianos que chegaram à região a partir da segunda metade do século XIX, inspira iniciativas que têm sido muito bem sucedidas. Entre as estratégias dos viticultores da região está a difusão do agrocomércio de produtos derivados da uva (vinho, doces e geléias) e da visitação das propriedades. No agrocomércio, destaca-se o vinho artesanal, que é vendido dentro das propriedades rurais, agregando um caráter de produto típico do campo e destacando a tradição e os costumes italianos.

As aglomerações rurais nessas condições apresentam as características marcantes do campesinato, onde imperam as relações de trabalho não capitalistas, organizadas, em muitos casos, hierarquicamente, com base na agricultura familiar e que ainda possuem elementos culturais que solidificam sua reprodução social em um determinado território.

O desenvolvimento da pesquisa baseou-se no método Hipotético-Dedutivo, através de uma análise espaço-temporal do desenvolvimento econômico do agrocomércio e da viticultura no município de Jundiaí. Nossa hipótese de trabalho consistiu-se na identificação dos elementos constitutivos de um Arranjo Produtivo Local - tais como as especificidades locais, as relações de cooperação, redes produtivas e o suporte institucional - em um Arranjo Produtivo fundamentado na produção de frutas e no agrocomércio.

Quanto à metodologia utilizada, a primeira etapa da pesquisa consistiu-se na revisão e análise bibliográfica relacionada às apreciações teóricas sobre arranjos

produtivos e desenvolvimento rural, assim como a caracterização da área de estudo, mais especificamente o desenvolvimento da vitivinicultura do município, que teve como base os dados referentes à produção atual de uva, os principais bairros produtores e as transformações sócio-espaciais ocorridas nos últimos anos.

Essas informações foram pesquisadas em instituições como a Prefeitura Municipal de Jundiaí, Casa do Agricultor, Museu Histórico e Cultural Solar do Barão, Gabinete de Leitura Ruy Barbosa, Instituto Agrônomo de Campinas (IAC), Instituto de Economia Agrícola (IEA) e à Associação dos Produtores de Vinho Artesanal do Caxambú e Região, sendo complementadas por pesquisas de campo, através da aplicação de questionários e entrevistas junto a pesquisadores e agricultores.

Conforme roteiro anexo, foram entrevistados os 11 produtores membros da Associação dos Produtores de Vinhos Artesanais do Caxambú e Região. O objetivo principal das análises de campo foi o de investigar a presença dos elementos constitutivos de um Arranjo Produtivo Rural e a caracterização das famílias rurais envolvidas nesse processo.

Iniciamos nossa argumentação teórica discutindo os principais eixos teóricos nas abordagens relacionadas ao desenvolvimento local fundamentado em Sistemas Produtivos, através de uma análise no âmbito da Geografia Econômica e da Economia Regional, destacando as principais teorias de localização e concentração espacial de atividades econômicas. Utilizamos o conceito de atividades econômicas a fim de abranger não apenas as atividades industriais, mas os serviços, empreendimentos rurais e artesanais.

Tais discussões utilizam conceitos e apreciações interdisciplinares, mas que organizadas e avaliadas a partir de uma análise geográfica das transformações sócio-espaciais obtêm um contorno próprio, principalmente em se tratando de conceitos como território, global e local que, por excelência e não por privilégio, fazem parte do conjunto de categorias de análise referenciais para os geógrafos.

As tipologias utilizadas na análise do desenvolvimento local procuram focalizar as aglomerações locais, de acordo com o setor econômico, capacidade de inovação produtiva e tecnológica, inserção no circuito econômico e organização produtiva. Esses estudos evidenciam não apenas os impulsos globalizantes (SANTOS, 2000) e suas

repercussões intra-regionais, mas destacam o caráter organizacional e inovador dos lugares.

Para Cassiolato e Szpaziro (2003), as características dos Arranjos e Sistemas Produtivos Locais revelam peculiaridades que não podem ser conceituadas de forma abrangente, estando relacionadas aos objetivos de diferentes programas de pesquisas. No Brasil, predominam os estudos sobre as PME's (Pequenas e Médias Empresas) na constituição dos Arranjos Produtivos Locais. Sua importância é revelada pela diversidade de setores em que estão presentes, assim como o total de estabelecimentos, postos de trabalho e remunerações (BRITTO, 2003).

As políticas de desenvolvimento local, integradas com as instituições locais, são capazes de coordenar a ação de cooperativas, associações, consórcios, instituições financeiras e parcerias entre o público e o privado. Nesse processo, é reforçado o papel dos atores locais, sua capacidade de inovação e aprendizagem, o que conduz ao desenvolvimento endógeno, realizado de acordo com as características dos lugares, ao invés de promover o crescimento econômico que apenas concentra capital, mas que não implica em melhoria das condições de vida da população.

Devido à predominância de estudos de clusters em diferentes ramos industriais e à ausência de pesquisas que contemplem uma abordagem de Sistemas Produtivos ou Arranjos Produtivos em atividades rurais, nossa pesquisa buscou contribuir para uma análise desse segmento produtivo em pesquisas relacionadas ao desenvolvimento rural. Buscamos na Geografia Agrária e na Sociologia Rural subsídios para caracterizar as sociedades rurais, a composição da família rural e as especificidades da produção familiar e campesina.

As transformações que o campo, compreendido como um território construído por relações sócio-espaciais específicas, apresentam uma grande diversidade de nuances, abordadas por diferentes correntes teórico-metodológicas e em diferentes áreas de conhecimento. Há que se destacar as contribuições provenientes da Sociologia Rural, da Geografia Agrária e da Economia, que se combinam e produzem questionamentos, apontando caminhos distintos tanto para os debates acadêmicos quanto para a organização de projetos de planejamento e desenvolvimento rural.

Deparamo-nos (fundamentalmente, mas não apenas) com duas vertentes teóricas. Há autores que relacionam as transformações atuais da ruralidade ao

desaparecimento do campesinato, onde os agricultores caminham, inevitavelmente, para a sua farmerização, integrados em cadeias produtivas regionais e globais, ou ainda, obrigados a se adaptar ao chamado Novo Rural, preenchido por atividades ligadas ao setor terciário que agregam renda à produção in natura. Nessa perspectiva, a atividade agrícola, a priori, tende a desaparecer das pequenas propriedades, obrigando os agricultores a praticar atividades não-agrícolas fora da propriedade, configurando diferentes modalidades de pluriatividade nos ambientes urbano e periurbano.

Outra vertente é constituída por autores que analisam a agricultura brasileira sob a ótica da diversidade, onde empreendimentos e corporações ligadas ao agronegócio convivem com pequenas e médias propriedades formadas por trabalhadores familiares, fixados na terra ou lutando para se reproduzirem socialmente como camponeses, caracterizados por diferentes composições étnicas e níveis de integração às atividades produtivas realizadas no campo, sejam elas agrícolas ou não-agrícolas.

Procuramos analisar os fundamentos teóricos dessas apreciações, confrontando idéias, metodologias e algumas experiências empíricas, a fim de estabelecer relações que possam contribuir para o nosso estudo de caso.

A etapa seguinte de pesquisa consistiu-se na caracterização do município de Jundiaí, buscando compreender a formação histórica das áreas viticultoras e a dinâmica das principais atividades econômicas, com destaque para a cadeia produtiva da uva a granel e da formação de novos empreendimentos e estratégias por parte dos pequenos e médios produtores da região do bairro Caxambú.

Em seguida, foram avaliados os aspectos relativos ao desenvolvimento local e a participação da comunidade local nessas ações. Os processos em curso observados nas aglomerações produtivas do bairro Caxambú e arredores comprovam que as dificuldades enfrentadas pelos agricultores em função das transformações na esfera econômica e pelas imposições de ordem natural podem ser superadas através da integração e participação ativa dos atores locais, articulados em suas relações formais e informais. O conteúdo imaterial presente nas relações familiares e de vizinhança, composto por valores, tradições e solidariedade compõe uma atmosfera propícia à manutenção da identidade dessas comunidades, promovendo sua reprodução econômica e social. A região em questão apresenta certas especificidades que, se bem conduzidas e administradas, podem configurar um processo de desenvolvimento integrado e participativo.

1. GLOBALIZAÇÃO DA ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO LOCAL

1.1. GLOBALIZAÇÃO: REESTRUTURAÇÃO E RECRIAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL

O processo de globalização ou mundialização da economia representa a consolidação de um sistema de interação entre agentes, governos e instituições que possui diversas combinações e repercussões, em escalas macro e micro espaciais. Podem ser observados desde o caráter excludente desse processo às modificações e adaptações em âmbito global e local, assim como as manifestações e expressões culturais, em um movimento que desperta diferentes verticalidades e horizontalidades.

Para Castells (1999), uma nova economia surgiu em escala global nas duas últimas décadas. Nessa nova sociedade em rede, a fragmentação do processo produtivo demanda uma adequação à velocidade e às transformações da sociedade, onde os padrões de mercado transformam-se constantemente e a fluidez do comércio internacional e dos fluxos de investimento direto e financeiro tem evoluído a taxas elevadas (FURTADO, 2000, p.15). Assim,

[...] surge uma economia em rede profundamente interdependente que se torna cada vez mais capaz de aplicar seu progresso em tecnologia, conhecimentos e administração. Um círculo tão virtuoso deve conduzir à maior produtividade e eficiência, considerando as condições corretas de transformações organizacionais e institucionais igualmente drásticas (CASTELLS, 1999, p. 88).

Essa rede global de interação antecede a qualquer instituição reguladora e ao próprio Estado-Nação. A fragilização institucional do Estado nos permite identificar a formação de um Estado capitalista gestor, e as instituições reguladoras como incapazes de acompanhar a rapidez dos fluxos financeiros:

Em alguns casos é difícil definir como externo ou interno um elemento da base do poder do capital estrangeiro. Esses elementos nem sempre são independentes uns dos outros, no sentido de que a própria existência de um elemento externo pode criar condições para a existência de um elemento interno. Nesse sentido, um exemplo evidente é o da estrutura de mercado internacional sobre a estrutura do mercado interno (e.g. petróleo, automobilística, telecomunicações, software e farmacêutica) (GONÇALVES, 20003, p. 83).

Um novo Estado emerge nessas condições, que não mais atuante em sua antiga função de regulador econômico, pode contribuir para o desenvolvimento nacional e regional estabelecendo políticas públicas que garantam o desenvolvimento integrado às necessidades da população, precedendo ao capital especulador que não atravessa a cadeia produtiva e que suscita crises econômicas conjunturais (CHOSSUDOVSKY, 1999).

Os antigos padrões de produção e estratégia industrial já não correspondem à dinâmica global, onde as estruturas industriais flexíveis procuram atender a um mercado que está constantemente exposto aos estímulos e tendências das mais variadas espécies (BENKO, 1996). O grande progresso técnico e os padrões de mercado que se transformam constantemente, juntamente com o aumento da concorrência internacional e dos fluxos financeiros, demandam novas estratégias de gestão empresarial (OTH, 1997).

A mobilidade do capital perpetua a abertura de novos mercados, possibilitada pelas novas tecnologias da informação, permitindo o aumento da produtividade e da capacidade de concorrência global (CASTELLS, 1999). A concorrência global gera produtividade, o que demanda maior intensidade nas relações informacionais, que por sua vez necessitam de investimentos em tecnologia, realimentando o circuito.

Entendemos as relações informacionais como o conjunto de inter-relações, ampliadas pelas novas tecnologias, correspondentes aos processos inovadores (tecnológicos e organizacionais), de circulação (comércio e distribuição) e gestão (comando e recursos financeiros). A informação representa um recurso imperativo para a produção e a competitividade, onde “[...] a indústria, agricultura e os serviços tornam-se cada vez mais dependentes da informação (estratégia, técnica, política, financeira, gerencial)”, posto que a informação representa o conhecimento do território, concebido

a fim de utilizar de maneira eficiente os recursos particulares de cada local, como nível de sindicalização, particularidades culturais, legislação local, infra-estrutura de produção, logística, entre outros (CASTILLO, 2003, p. 49).

Numa abordagem mais particular, Gertel (2002, p. 190), descreve a informação como sendo a “motricidade da organização sócio-espacial”. O autor esboça uma periodização das forças motrizes do mundo contemporâneo, e aponta a informação (fonte de energia criativa) como o elemento capaz de criar novas condições para a produção através dos saberes e da ciência. Dessa perspectiva, a informação corresponde ao “produto do processo produtivo, que faz a vida em sociedade [...] cujo elemento motriz reside no cérebro humano e em seu produto, o pensamento”, adotando o conceito de “revolução da informação, pois a informação existe, é tudo o que se dispõe para a vida, se existem condições de conhecê-la e usá-la, ou seja, ter ciência” (2002, p. 192).

No bojo dessas transformações, reaparece a discussão sobre as repercussões sócio-espaciais nas relações entre o global e o local. Benko (1996) destaca que a partir dessas relações não necessariamente ocorre perda de identidade dos lugares, de maneira que o local, inserido no global, mantém suas características. Nesse caso, podem ser analisadas as repercussões nos lugares em seus aspectos lingüísticos, as relações interpessoais inseridas em uma emergente comunidade virtual global ou até mesmo os mecanismos de defesa e não aceitação de um verticalismo global, seja pela valorização das heranças culturais ou até movimentos de repulsa (SANTOS, 2000). Para nossa análise, merece destaque o mosaico de manifestações dos lugares quando suas atividades concebem novas propostas para a reorganização do espaço produtivo, quando os processos sociais são capazes de absorver os impactos da globalização, incorporando esses avanços e não apenas sucumbindo às suas vicissitudes.

1.2. CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL

O desenvolvimento econômico aparece em diferentes abordagens da Economia Regional como um contraponto ao modelo de crescimento econômico, que agrega valores, mas não se preocupa em quantificar o nível de desenvolvimento dos territórios e atores inseridos no processo de acumulação de capital.

Para Souza (1993), não existe um conceito universal de desenvolvimento. O

autor delimita duas correntes principais acerca do conceito de desenvolvimento: os autores neoclássicos, que estabelecem uma relação de causa e efeito entre crescimento e desenvolvimento econômico, e os autores críticos, como aqueles de tradição cepalina e marxista, também chamados de estruturalistas.

Os autores da primeira corrente consideram o subdesenvolvimento como a falta de capacidade de utilização eficiente dos fatores de produção e, como consequência, as economias não conseguem crescer de acordo com as suas possibilidades. Dessa maneira, os modelos de crescimento criados por essa corrente enfatizam apenas a acumulação de capital, homogeneizando as demais condições. Esse é o ponto de crítica dos autores estruturalistas em relação aos autores neoclássicos que julgam o crescimento econômico como sendo “uma simples variação quantitativa do produto, enquanto o desenvolvimento envolve mudanças qualitativas no modo de vida das pessoas, nas instituições e nas estruturas produtivas” (SOUZA, 1993, p. 16).

Ainda segundo Souza, o conceito de desenvolvimento econômico distancia da idéia de crescimento, pois os resultados da expansão econômica podem não beneficiar a população como um todo e ainda podem provocar efeitos perversos como a transferência de excedentes para outros países, aumento da dependência internacional, maior fragilidade diante de crises conjunturais, submissão a decisões externas, entre outros fatores.

Essas considerações podem ser observadas na conceituação de desenvolvimento realizada por Celso Furtado (1980), que descreve o desenvolvimento como sendo

[...] um processo de transformação – no sentido morfogênético: adoção de formas que não são um simples desdobramento das preexistentes – que engloba o conjunto de uma sociedade. Essa transformação está ligada à introdução de métodos produtivos mais eficazes e se manifesta sob a forma de aumento do fluxo de bens e serviços finais à disposição da coletividade. Assim, a idéia de desenvolvimento articula-se, numa direção, com o conceito de eficiência, e noutra com o de riqueza. A formas mais racionais de comportamento corresponde uma satisfação mais plena das necessidades humanas (FURTADO, 1980, p. 41).

Como bem destacado por VEIGA (2006, p. 20), nas apreciações mais recentes

de Celso Furtado encontramos várias menções às condições humanas como motivadoras para um projeto de desenvolvimento econômico, visto que “[...] as sociedades só podem ser consideradas desenvolvidas à medida que nelas o homem logra satisfazer suas necessidades e renovar suas aspirações”.

Dessa maneira, consideramos mister que, para apresentar um breve histórico do conceito de desenvolvimento econômico, devemos iniciar nossas argumentações a partir das análises de Celso Furtado (1980), que delimita alguns autores fundamentais, a partir do primeiro quartel do século XX até a década de 1960, e discorre acerca da influência de suas principais obras.

Schumpeter, situado “numa posição entre o historicismo, que criticava o liberalismo no século XIX e a teoria neoclássica”, desenvolveu a teoria do empresário inovador, agente transformador das estruturas produtivas, se preocupando com as “mudanças estruturais e os processos irreversíveis que dão especificidade à história social” (FURTADO, 1980, p. 31). A partir desse referencial, o conceito de desenvolvimento econômico “poderia ser aplicado não somente nos países capitalistas desenvolvidos, mas em países de desenvolvimento tardio e de economia planificada” (FURTADO, 1980, p. 32).

No processo de criação de inovações, Schumpeter introduziu o conceito de “destruição criadora”, fenômeno responsável pela introdução de inovações radicais, que podem gerar novas formas organizacionais ou mesmo desenvolver novos setores, capaz inclusive de alterar a estrutura industrial vigente. A partir da inovação radical, decorre uma série de melhorias, classificadas como inovações incrementais.

Para entender as conseqüências das inovações no processo produtivo, tão evidentes na obra de Schumpeter, buscamos em Machado (2003) uma exposição acerca dos processos inovadores. Segundo a autora, as inovações são compreendidas como inovações de mercado e inovações no sistema produtivo. As inovações de mercado podem ser arquitetônicas (radicais), correspondentes à criação ou reformulação de indústrias, e criadoras de nicho (incrementais), quando resultam na abertura de oportunidades. Já as inovações do sistema produtivo podem ser revolucionárias (radicais), quando ocorre ruptura com a tecnologia vigente, e regulares (incrementais), quando representam efeito cumulativo de melhorias sobre os processos e recursos já existentes.

As idéias de Schumpeter estão presentes nas abordagens mais recentes que discutem o conceito de desenvolvimento econômico e nos estudos de organizações produtivas, sendo utilizadas por autores como Krugman, Porter, Vásquez Barquero, Storper, Becattini, entre outros. Os avanços nas observações de Schumpeter decorrem da ênfase na participação das forças sociais. Entendemos que as forças sociais detêm papel fundamental nos processos de inovação, principalmente se analisarmos as estratégias de desenvolvimento com base local, onde são incorporados os agentes locais, na organização e coordenação do processo produtivo, exercendo governança, difundindo e trocando saberes a fim de aperfeiçoar suas vocações.

Numa análise crítica dos processos sociais, destaca-se Myrdal, que conduziu um enfoque interdisciplinar dos estudos acerca do desenvolvimento econômico, introduzindo a discussão de que o processo social não se realiza na direção de um equilíbrio, assinalando que “a interferência de todo fator novo num processo social tende a provocar uma cadeia de reações no sentido do impulso inicial”, sendo que “as modificações secundárias ou terciárias tendem a reforçar o impulso inicial, razão pela qual a realidade social se apresenta sob a forma de processos causais em cadeia” (FURTADO, 1980, p. 34), também classificados como princípio da causação circulativa (AMARAL FILHO, 2001).

A obra de Myrdal possui influência considerável nos estudos dos impactos das transformações técnicas no processo produtivo, centrais nos trabalhos de autores inovacionistas, assim como nas análises de ações transformadoras relacionadas ao capital social, o que discutiremos mais adiante.

Paul Krugman teve alguns de seus principais trabalhos publicados durante a década de 1990, tendo analisado a evolução das teorias de localização industrial, como Perroux (teoria dos pólos de crescimento), Myrdal (teoria da causação circular cumulativa) e Hirschman (teoria dos efeitos para trás e para frente). Entre as contribuições encontradas na obra de Krugman para os estudos do desenvolvimento econômico podemos apontar a sua discussão acerca das externalidades dinâmicas e das idéias de Marshall, muito recorrentes nas discussões acerca do desenvolvimento territorial local (AMARAL FILHO, 2001).

As externalidades podem ser agrupadas em três diferentes categorias: as economias externas tecnológicas, as economias externas de mercado e as economias externas de organização (MACHADO, 2003).

As economias externas tecnológicas compreendem as condições físicas ou naturais, como a disponibilidade e qualidade de matérias-primas; aos custos de transporte, que dependem do valor das tarifas, estrutura concorrencial do setor e a quantidade de carga a ser transportada; e à dinâmica tecnológica e os spill overs tecnológicos, onde são realizados os processo de concepção e difusão de inovações.

As economias externas de mercado correspondem à área de influência e à centralidade, determinadas através de mecanismos de mercado (demanda e oferta), e às condições de demanda, que podem induzir inovações de acordo com as exigências do mercado consumidor, como a qualidade dos produtos, consonância com os limites ecológicos e pelas suas preferências, muitas vezes relacionadas aos aspectos culturais de uma localidade.

As economias externas de organização se referem a três componentes fundamentais:

- componentes sócio-culturais: capital social, confiança, e papel institucional;
- componentes gerenciais: cadeia produtiva e governança;
- componentes de especialização produtiva: capacitação de empresários e mão-de-obra.

Os componentes sócio-culturais envolvem a dimensão participativa das comunidades nas decisões políticas, num processo combinado de argumentação social e busca por autonomia, que conduzem à formação de redes de cooperação. As relações familiares, marcadas pela informalidade e confiança, simbolizam as práticas solidárias. Também são contemplados aspectos gerais de melhoria de qualidade de vida, como em saúde pública e em educação, possibilitados a partir da ampliação da capacidade de capitalização. Todos esses atributos podem ser aproveitados desde que haja uma consciência que o empreendedorismo acarreta em benefícios para toda a comunidade. A falta de confiança, isolamento ou mesmo incerteza no momento de realizar etapas que envolvam riscos e perdas representam o contraponto desse processo.

A família é a primeira fonte de capital social para seus membros. Além de influir no desenvolvimento social e humano das crianças, as relações internas e externas da família modelam os comportamentos que são transmitidos

para as futuras gerações. As relações informais entre parentes podem também levar à formação de empresas, associações de crédito, fornecem mão-de-obra barata e segurança financeira. Por outro lado, as relações familiares muito fortes podem impor barreiras às relações com redes externas (MACHADO, 2003, p. 24).

No que tange à institucionalidade, ela pode ser relacionada a instituições governamentais e não governamentais, como agências de desenvolvimento e policy networks. Conforme discutimos anteriormente, se considerarmos o Estado como gestor da economia, as instituições governamentais atuam nas decisões macroeconômicas, de maneira geral, enquanto que as localidades devem oferecer suporte na capacitação e fomento do empreendedorismo, garantir o cumprimento da legislação e intermediar ações dos agentes locais.

Uma importante questão a ser considerada é que, nos países em desenvolvimento, as ações do Estado, que por décadas foi o único suporte institucional, esses atributos ainda se confundem com protecionismo e financiamento emergencial, principalmente enquanto os agentes locais ainda não atingirem um estágio mais avançado de organização e as redes de conhecimento e de cooperação ainda se desenham com muita dificuldade, por vezes limitadas a uma escala que não ultrapassa os limites de um bairro ou de uma pequena localidade.

A capacitação empresarial e de mão-de-obra ocorre, como veremos adiante nos trabalhos de Alfred Marshall, em um ambiente favorável, sem um limite determinado, onde a difusão do conhecimento e dos saberes está associada ao desenvolvimento institucional e ao desenvolvimento tecnológico, apoiados pelas relações de confiança e cooperação.

Quanto aos componentes de gerência produtiva, segundo Krugman (1993), a integração entre todos os agentes envolvidos em uma cadeia produtiva é capaz de conduzir a externalidades que favorecem o crescimento econômico num contexto de retornos crescentes de escala, que proporcionam um estímulo às inovações e ao desenvolvimento de pesquisas (GONÇALVES & RESENDE, 2003).

Marshall estudou o fenômeno da concentração de indústrias no século XIX em função de economias externas resultantes dessas aglomerações. Pela expressão atmosfera industrial (MARSHALL apud CROCCO, 2003), o autor se referia a uma

ambiência favorável ao desenvolvimento das empresas organizadas em distritos industriais, em termos de concentração de recursos humanos, perspectiva de transmissão de conhecimento, capacidade de gestão e de tomar decisões estratégicas, trocas de informação e de competências, transcrevendo ao território uma cultura industrial. Todos esses aspectos se caracterizam no *millieu* de inovação, apresentando a idéia de uma organização sócio-espacial da inovação, isto é, a inovação como o resultado de uma ambiência local favorável. O *millieu* corresponde ao conhecimento, de maneira ampla, que as forças sociais perpetuam em um território, como regras, valores e sistemas de relações (MAILLAT apud VÁSQUEZ BARQUERO, 2003).

Assim, a aglomeração gera externalidades através do relacionamento das firmas e pessoas envolvidas nas atividades correlatas locais, o que estimula a criação, difusão e aperfeiçoamento de novas idéias — sintetizado pelo termo “spill over informacional ou de conhecimento” — que resultam em economias externas tecnológicas para as firmas ali localizadas. A aglomeração em si pode atrair para a sua proximidade atividades subsidiárias que reduzem o custo de transporte dos insumos, matérias primas e instrumentos. Isto, além de permitir uma maior organização do comércio, pode gerar sinergias entre os diversos segmentos da cadeia produtiva proporcionando economias pecuniárias de insumos. Marshall também afirma que as economias geradas pela acumulação de experiência dos trabalhadores no mercado de trabalho local proporcionam a capacitação da força de trabalho e aumento da sua produtividade.

A abordagem territorial do desenvolvimento avança as discussões acerca das externalidades e aglomerações descritas por autores como Krugman. À luz dessas considerações, Benko & Pecqueur (2001) apresentam a noção de proximidade, idéias que constituíram na França, a partir da década de 1980, uma corrente conhecida como Escola Francesa de Economia das Proximidades. Suas análises das proximidades definem três dimensões: a proximidade geográfica, que compreende o espaço funcional, a proximidade organizacional, que corresponde à separação econômica entre os agentes, em termos econômicos, tecnológicos ou financeiros, e a proximidade territorial, que representa a interação entre as formas anteriores de proximidade.

Ainda segundo os autores, essa abordagem evidencia as proximidades geográficas e organizacionais como práticas dos agentes econômicos, realizados através das instituições e da ação coletiva. O conceito de território, dessa forma, ultrapassa os aspectos materiais, incorporando as características da sociedade, como ideais,

sentimentos de vinculação, de comportamentos individuais e de instituições que participam de uma organização social, em constante processo de modificação (MACHADO, 1997). As ações dos agentes sociais em uma determinada área geográfica e circunscritas em um determinado momento histórico correspondem às territorialidades, ou seja, em seu contexto sócio-histórico e espaço temporal (RAFFESTIN apud MACHADO, 1997).

Nesse sentido, compreendemos o território como o produto das relações materiais e imateriais, representadas e codificadas no espaço geográfico através de relações institucionalizadas ou informais. Quanto maior a interação entre os seus agentes, maior será a visualização do território, em suas mais diversas manifestações simbólicas e culturais.

O território não é apenas o resultado da superposição de um conjunto de sistemas naturais e um conjunto de sistemas de coisas criadas pelo homem. O território é o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre os quais ele influi (SANTOS, 2000, p. 96).

As escalas territoriais são enfatizadas por Albagli (1999, p. 58), pois segundo a autora, “conferem especificidade às práticas políticas que sobre elas intervêm, expressando distintos níveis de interesse e solidariedade, do mesmo modo que tais escalas e práticas encontram-se, cada vez mais, mutuamente referenciadas e imbricadas”.

Para Vásquez Barquero (2003) cada comunidade construiu historicamente sua identidade, de acordo com os seus vínculos e interesses, o que define essas comunidades como agentes de desenvolvimento, preocupados em manter e defender sua integridade e reforçando seus vínculos territoriais, considerando que o “território é compreendido como um agente de transformação e não apenas suporte para as atividades econômicas (mão-de-obra, matéria-prima)” (Vásquez Barquero, 2003, p. 39).

Atualmente, encontramos o termo desenvolvimento associado a diferentes denominações, como territorial, endógeno, local, local sustentado, econômico local, sustentável, integrado, entre outras. Algumas considerações devem ser realizadas a

respeito dos critérios utilizados para essas denominações, que por vezes são confundidos.

O processo conhecido como desenvolvimento econômico local é quando a sua qualificação privilegia a dimensão econômica do desenvolvimento, como transformações estruturais, aproveitamento de economias externas, capacidade de concepção, introdução e difusão de inovações, que resultam no aumento do bem estar da população da localidade envolvida no processo.

O desenvolvimento local ou endógeno ocorre quando esse processo é conduzido pelas comunidades locais, a partir de suas especialidades sócio-culturais e que foram construídas historicamente em um território. Dessa maneira, Vásquez Barquero descreve que, no processo de desenvolvimento endógeno, “a acumulação de capital e o progresso tecnológico são, indiscutivelmente, fatores-chave no crescimento econômico”, mas destaca o “papel dos atores econômicos, privados e públicos, nas decisões de investimento e localização” (2003, p. 18-19).

Com relação à participação das sociedades locais, o autor afirma que o “desenvolvimento endógeno propõe-se a atender às necessidades e demandas da população local através da participação ativa da comunidade envolvida”, tendo como objetivo principal “buscar o bem-estar econômico, social e cultural da comunidade local em seu conjunto [...] conforme as características e as capacidades de cada economia e das sociedades locais” (2003, p. 39). A atuação das comunidades locais deve ser compreendida no fomento de inovações técnicas e organizacionais, agilidade de adequação produtiva, capacidade de gestão e liderança, assumindo riscos e considerando possibilidades. Ainda, corresponde à formação do capital humano e conservação dos recursos naturais, este último, componente fundamental na qualificação do nível de vida de uma comunidade.

Souza (2003) entende que a construção do desenvolvimento está intimamente relacionada às relações sociais efetuadas no espaço geográfico, utilizando, dessa maneira, o termo desenvolvimento sócio-espacial: “Mais justiça social e uma melhor qualidade de vida são, de um ponto de vista operacional, parâmetros subordinados àquele que é o parâmetro essencial do desenvolvimento sócio-espacial, que é a autonomia” (SOUZA, 2003, p. 66). Para o autor, as comunidades precisam estar envolvidas diretamente em todos os projetos realizados pelas instituições administrativas, a fim de mesclar o conhecimento científico com o conhecimento tácito:

A práxis planejadora ou gestora, e antes dela já a própria atividade de pesquisa, deveria, idealmente, encarnar a fusão criativa do saber dos atores sociais com os balizamentos técnico-científicos trazidos na qualidade de consultores populares, pelos profissionais de planejamento e gestão (SOUZA, 2003, p. 69).

A idéia de autonomia para analisar o desenvolvimento social também aparece nas análises de Sen (2000), que acredita na liberdade individual como sendo a chave para o alcance de condições satisfatórias de vida de uma determinada população, principalmente das comunidades que possuem problemas estruturais básicos:

Com oportunidades sociais adequadas, os indivíduos podem efetivamente moldar seu próprio destino e ajudar uns aos outros. Não precisariam ser vistos sobretudo como beneficiários passivos de engenhosos programas de desenvolvimento. Existe, de fato, uma sólida base racional para reconhecermos o papel positivo da condição de agente livre e sustentável – e até mesmo o papel positivo da impaciência construtiva (SEN, 2000, p. 26).

Analisado sob a perspectiva econômica, o desenvolvimento endógeno pode ser conceituado como um processo de crescimento econômico capaz de agregar continuamente valor à produção e de absorver excedentes gerados pela economia local ou mesmo atrair excedentes externos, medido através da ampliação de emprego, do produto e da renda local (AMARAL FILHO, 2001).

Quanto ao papel dos agentes locais, um termo muito utilizado atualmente nas abordagens sobre desenvolvimento endógeno é o capital social. O capital social, também encontrado na literatura como capital humano, é descrito por Putnam como a institucionalização de relações sociais, onde são incluídas “as redes de relações, normas de comportamento, valores, confiança, obrigações e canais de informação” (PUTNAM apud MORAES, 2003, p. 128).

Putnam constatou a importância do capital social realizando estudos acerca das desigualdades em entre o sul da Itália, o Mezzogiorno, (região italiana historicamente menos desenvolvida) e a região norte, que desde a segunda década do século XX iniciou

um processo de desenvolvimento crescente. Em suas análises, o autor verificou que a maior participação política e a solidariedade das localidades do norte mostraram-se eficazes para promover o desenvolvimento da região, enquanto que a fragmentação e o isolacionismo associados a traços feudais das localidades do sul, restringiram suas condições para o desenvolvimento (MORAES, 2003, p. 128).

Amaral Filho (2001) aponta o turismo como a atividade mais próxima do paradigma de desenvolvimento endógeno e sustentado. Devemos ressaltar que essas características podem ser observadas quando o turismo é realizado dentro de um contexto de organização local, e não aquele realizado por grandes corporações que apenas se apropriam dos recursos existentes, o que ocorre no turismo litorâneo, no Brasil. Em modalidades como o turismo rural, são encontrados facilmente aspectos como o capital social, presença de pequenas e médias empresas, preocupação com a manutenção do equilíbrio ecológico e relação sem perdas com o processo de globalização, nesse caso entendido pelo fluxo de valores e informações, mas sem afastar-se de suas vocações ou submeter-se ao capital externo.

1.3. DESCENTRALIZAÇÃO POLÍTICA

Castillo (2003) descreve que, apesar da década de 1970 corresponder ao marco do interesse empresarial em utilizar a informação como recurso organizacional estratégico, foi somente na década de 1980 que “as tecnologias de informação assumiram um papel integrador na coordenação e controle dos circuitos espaciais produtivos” (2003, p. 49).

No caso brasileiro, o modelo fordista trouxe crescimento econômico para o país, mas não foi capaz de promover o desenvolvimento econômico regional. Segundo Souza (1993), existem efeitos perversos do crescimento econômico, quando este não beneficia a economia como um todo. O aumento de renda per capita de um país nem sempre representa avanços na qualidade de vida. O crescimento que o Brasil obteve, principalmente durante o período correspondente ao regime militar, construiu um arcabouço técnico e logístico para o desenvolvimento, mas não o privilegiou, o que foi constatado principalmente a partir da década de 1980.

O Estado exerceu um papel importante no processo de industrialização do Brasil, mas nos anos 80 assistiram a sua retirada, principalmente devido a seu estrangulamento financeiro. A queda de sua capacidade financeira, ligada à interrupção dos fluxos de investimentos externos e ao aumento do preço do petróleo, induziu uma predominância das preocupações de curto prazo da política macroeconômica e a ausência de qualquer estratégia industrial. A realização de saldos positivos na balança de pagamentos para pagar a dívida externa virou o principal objetivo da política econômica (RAUD, 1999, p. 212).

No período de transição democrática do Brasil, marcado como o início do processo de descentralização política, Becker (1984) discute a crise do Estado e a emergência das sociedades locais e dos movimentos sociais. A autora afirma que o Estado torna-se dependente do capital internacional, na forma das corporações transnacionais, reduzindo a ação do Estado, que busca nessa relação de dependência dois atributos básicos: capital para rolar suas dívidas e condições de modernizar o setor produtivo. Também atribui ao Estado a função de “assegurar setores produtivos básicos [...], renegociar a dívida externa”, a fim de “efetuar um programa social de emergência” (1984, p. 31).

De acordo com Müller (1992, p. 30), durante a década de 1980, “a forma democrática de acumulação de capitais mostra claramente que sem alguns requisitos internos, a abertura da economia e a diminuição do Estado poderão desbloquear o crescimento, mas sem lançar as bases mais sólidas para o desenvolvimento”.

[...] para garantizar la existeterés común no basta con un orden democrático, como suieren algunas contribuicones al enfoque de buena gobernanza¹. Aunque la grand mayoía de los países da América Latina están regidos por autoridades democráticamente elegidas, sería una ingenuidad dar por sentado que sus dirigentes siempre abogarán por políticas que respondan al interés común (VON HALDENWANG, 2005, p. 40).

Tais considerações são fundamentais ao analisarmos o processo político que o

¹ Segundo o autor, o conceito de boa governança se refere ao final dos anos 1980, quando o Banco Mundial definiu alguns pré-requisitos, pautados na ideologia neoliberal, para os países que buscavam um crescimento econômico a partir das leis do mercado, tais como: a transparência política, administração pública eficiente e responsável, presença de instituições políticas democráticas, entre outros.

Brasil iniciou, a partir da década de 1990, pautado em um acelerado programa de abertura econômica conduzido pelo governo Collor. Através da redução de alíquotas de importações, desregulamentação do Estado, privatizações das empresas estatais e diminuição de subsídios, mudanças profundas foram implementadas na estrutura produtiva do país. Apesar de estimular a competitividade, muitas pequenas e médias empresas não tiveram suporte técnico e financeiro para se adaptarem a essas transformações.

O governo Collor, sob a alegação de provocar uma rápida modernização de todo o parque industrial brasileiro, adotou um conjunto de medidas de médio e longo prazos que poderiam ser sintetizadas como o fim do modelo de substituições das importações [...] Esse processo de mudanças, se por um lado estimulou as empresas a busca por maior poder de competitividade em termos internacionais, acabou por decretar a falência e o desaparecimento de inúmeras empresas, principalmente as de pequeno e médios portes, que se viram impossibilitadas de realizar mudanças radicais a curto prazo. (AMATONETO, 2000, p. 112-113).

A principal dificuldade enfrentada pelos pequenos e médios empreendedores no Brasil é que os investimentos em tecnologia e o crédito necessário para a efetuação de qualquer base de estruturação produtiva ainda dependem do resguardo estatal. De acordo com Raud (1999), mesmo os pólos especializados que são criados dentro de uma condição descentralizada necessitam de suporte do Estado.

Em geral, o papel do Estado, tido tradicionalmente como centralizador do processo de organização espacial produtiva deve ser reavaliado, se considerarmos as novas formas de parceria entre o Estado e a sociedade civil. As instâncias locais levam enorme vantagem sobre as instâncias governamentais centrais, por estarem mais próximas das funcionalidades dos lugares e das necessidades dos consumidores finais.

Os argumentos favoráveis à descentralização da ação pública estão baseados em três elementos-chaves: o da proximidade da informação, ou seja, das necessidades e anseios da população, da experimentação variada e simultânea, ou seja, a diferenciação nas experiências locais pode ajudar a destacar métodos superiores de oferta do serviço público e o elemento tamanho, pois quanto

menor o tamanho, melhor o resultado em termos de alocação e eficiência (AMARAL FILHO, 2001, p. 270).

Todavia, um fator importante a ser considerado é que a descentralização política foi um processo iniciado no Brasil sem ter, fundamentalmente, considerações sobre esses requisitos. Foi realizado mediante a um desmantelamento do aparato estatal e devido à necessidade de reestruturação diante de uma recessão econômica sem precedentes. O local deve ter autonomia de decisões, a fim de não funcionar como um mecanismo de cooptação do Estado ou mesmo de ser institucionalizado em função dos interesses corporativos.

Para a viabilidade de um projeto de desenvolvimento endógeno, as sociedades locais necessitam estar envolvidas efetivamente nos processos decisórios e políticos. Cabem as observações de Becker (1984), que contextualiza a autonomia da sociedade local como sendo uma aquisição realizada através de uma articulação com o Estado, em uma estratégia que o combine a sociedade local e que materialize o fortalecimento do poder local, pois somente desse modo é possível alcançar ganhos reais.

1.4. DESENVOLVIMENTO LOCAL EM ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS

As estratégias de desenvolvimento local são representadas como Distritos Industriais, na Itália, clusters nos Estados Unidos, e Sistemas Industriais Localizados na França e na Alemanha, sendo que os conceitos acabam se complementando e adquirindo particularidades locais, como no Brasil, onde aparece o conceito de Arranjo Produtivo Local. Os clusters são aglomerados industriais, concentrando firmas, fornecedores e consumidores (AMATONETO, 2000).

Numa definição mais ampla, os clusters podem ser considerados uma “concentração geográfica de empresas interdependentes com canais ativos para transações de negócios, diálogos e comunicações e que coletivamente compartilham oportunidades e ameaças” (ROSENFELD, 1997 apud LUCA, 2003 p. 108). Por aglomeração geográfica de empresas compreende-se as atividades econômicas de empresas e fornecedores à jusante e à montante (empresas produtoras de bens, de serviços, de fornecedores de matérias-primas, peças e componentes, de empresas de

serviços de assistência técnica, de institutos de pesquisa, entre outros).

Desde que Marshall, ainda no século XIX, decidiu investigar a aglomeração produtiva inglesa de Shetffield (BECATTINI, 1989 apud RAUD, 1999), estando atualmente seu nome vinculado aos Distritos Industriais Italianos, observamos diversos apontamentos em direção de um núcleo econômico, político e social adaptado às características do lugar e a seu contexto histórico e cultural. Nessas análises, os Distritos Industriais Italianos (DIs) são freqüentemente lembrados como exemplo de cooperação e adaptação local, por estarem organizados em uma rede de pequenas e médias empresas que estabelecem diversas linkages, contando com alto grau de especialização setorial e amparo institucional, características decorrentes, entre outros fatores, de relações histórico-culturais intrínsecas que favorecem esse tipo de organização (RAUD, 1999).

Em razão de todas essas especificidades locais, não podemos perder de vista as diferentes formas que os lugares possuem para adaptar-se a uma nova ordem homogeneizadora (SANTOS, 2000) e buscarmos nessas empresas italianas uma equação para o desenvolvimento local. Embora o capitalismo tenha atingido um de seus momentos mais complexos, onde a globalização e a desterritorialização consomem as economias nacionais em torno de um modelo econômico que tende a enfraquecer as iniciativas locais, os DIs localizados na região nordeste da Itália estão muito distantes de serem considerados um exemplo a ser seguido, mas apontam direções.

No Brasil, as novas formas de adaptação dos lugares no que tange aos aspectos econômicos advêm principalmente de entidades não governamentais e das iniciativas de pequenos e médios empreendedores. Quando constatamos a participação institucional, seja em nível municipal, estadual ou federal, encontramos enfim condições semelhantes aos Distritos Industriais Italianos.

A partir dos anos de 1970 e 1980, a temática dos clusters industriais e distritos industriais adquiriu crescentemente a atenção de parte da literatura econômica. Tal fato, em parte, está relacionado ao desempenho e rápida capacidade de resposta das pequenas e médias empresas (PMEs) dos DIs perante o novo paradigma concorrencial mundial, com o advento da microeletrônica, das tecnologias de informação e as mudanças do comércio internacional sob a égide da globalização.

Castells (1999, p. 178) defende que “não estamos testemunhando o fim das

grandes empresas”, mas “observando a crise do modelo corporativo tradicional”, e a sua redefinição em torno de um paradigma de especialização flexível onde as tradicionais economias de aglomeração estão se orientando a partir da desverticalização da cadeia produtiva, sejam na forma de clusters, distritos industriais ou em redes de pequenas e médias empresas (COCCO; GALVÃO; SILVA, 1999).

Analisando o território francês, Benko (2001) afirma que o desenvolvimento local substituiu as práticas centralizadoras delegadas ao Estado de promover o desenvolvimento regional, transferindo as políticas de planejamento territorial para as coletividades locais.

O desenvolvimento endógeno representa o renascimento dos meios locais e regionais, atuando na organização econômica, cultural e política, renovando a vida da sociedade e da comunidade (PIRES, 2003). As redes integradas de PMEs alcançam a flexibilidade necessária para se adequar às novas demandas globais, através da intensificação do desenvolvimento tecnológico e no incremento da interatividade entre indústria e setor terciário (COCCO, 1999).

Destacam-se os elementos inovadores, os agentes institucionais e a constituição das redes produtivas e sociais, que potencializam as vocações locais e permitem a integração com os circuitos econômicos regionais. Novas formas de territorialidade são concebidas, relacionadas aos saberes locais, capacidade empreendedora e a organização em redes (OTH, 1997).

À medida que o território passa a desempenhar a função de integrador do processo produtivo, “devem ser encontrados no mesmo todos os insumos necessários à produção, o que inclui não somente infra-estruturas físicas e econômicas como também uma estrutura social igualmente necessária à fluidez das relações produtivas” (COCCO, 1999, p. 24).

Crocco (2003) caracteriza os Arranjos Produtivos Locais (APLs) como sendo a denominação utilizada por muitos autores para definir os sistemas de produção espacialmente localizados associados ao processo de formação histórico periférico, o que podemos constatar nas abordagens que se dedicam às análises das PME's predominantes nos estudos de caso brasileiros.

Os Arranjos Produtivos Locais são constituídos pelas iniciativas, inovações e estratégias de desenvolvimento que buscam o fortalecimento das bases produtivas

locais. Para nossa análise, podemos destacar alguns de seus aspectos fundamentais: a formação das redes locais, as instituições e as especificidades locais.

As redes, na atual fase do capitalismo, desempenham papel fundamental, em diferentes escalas, pelo seu efeito descentralizador e desverticalizador da cadeia produtiva e até mesmo do poder de comando, possibilitando uma maior articulação dos atores locais, sua interação e cooperação (linkages). Os fluxos de conhecimento e de informação tornam-se mais velozes (internalização das inovações tecnológicas) e as atividades integradas são capazes de revigorar a identidade e a motivação aos atores envolvidos.

Castillo (2003) considera as redes como um fenômeno que pode ser, em um só tempo, global e local. Sua fluidez corresponde ao global, porque a produção e a informação mundializados alcançam todo o planeta, devido aos avanços tecnológicos, uniformizando a técnica. Ao mesmo tempo torna-se local, pois cada indivíduo realiza seu trabalho em pedaços localizados das redes globais, que são a condição e o limite do trabalho e do capital no mundo de hoje (SANTOS, 1996).

São nas redes locais que muitos processos inovadores são concebidos, por possibilitarem o aumento das relações de aprendizagem e trocas de experiência, constituindo as condições necessárias para a criação de uma atmosfera industrial (MARSHALL apud CROCCO, 2003). Por essa razão, as pequenas e médias empresas são as que mais se beneficiam, encontrando nas redes os atributos necessários para superar as barreiras que impedem o seu crescimento. A aglomeração espacial e a intensificação das relações inter-firmas assim como as articulações entre economias externas proporcionam o desenvolvimento da eficiência coletiva (CROCCO, 2003).

Para Cassiolato & Lastres (1999), a proximidade e a interação entre os mais diversos agentes, como fornecedores, produtores, usuários, assistência técnica, firmas de engenharia, pesquisadores e instituições de pesquisa, indústrias correlatas e de apoio, são capazes de gerar inovações, novos produtos e processos, porque viabilizam os fluxos de informação e de conhecimento científico e tecnológico, necessários ao processo de inovação. Dessa forma, destaca-se o caráter local do fomento de inovações, ampliado pelas diversas possibilidades que as redes oferecem de difundir o conhecimento.

A constituição das redes locais intensifica as relações entre os produtores, que

encontram diversas vantagens competitivas, destacando-se:

- Otimização dos gastos com insumos, logística e transporte;
- Estabelecimento de uma mesma lógica de divulgação e marketing de seus produtos;
- Facilidades na obtenção de créditos e capitalização de recursos;
- Desenvolvimento tecnológico, muitas vezes incentivado pela competição local.

Outra característica intrínseca ao processo de desenvolvimento local é a participação das instituições, que ganham novos atributos. As prefeituras municipais devem ser compreendidas não apenas como mediadoras da guerra fiscal travada pelos municípios a fim de atrair capital externo. Os órgãos municipais devem se preocupar em capitalizar recursos para serem investidos na infra-estrutura local e nas potencialidades dos lugares, incentivando as ações empreendedoras, capazes de gerar empregos e multiplicar a renda local.

Para Cocco (1999), as políticas de caráter transversal são capazes de integrar diferentes atores públicos e privados, como ONGs, instituições de apoio técnico como o SEBRAE e o SENAI, cooperativas, fóruns, associações, consórcios, instituições financeiras e parcerias entre o público e o privado.

Entre as diversas instituições relacionadas, podemos destacar as Agências de Desenvolvimento (ADs) e as *policy networks*. O fundamento teórico destas instituições está no conceito de entorno inovador (*millieu*), e seus efeitos sinérgicos entre os agentes envolvidos em uma cadeia produtiva, juntamente com a busca por competitividade, reestruturação produtiva, entre outros.

Macedo (1999) considera as Agências de Desenvolvimento como instituições de caráter intermediário, entre os setores público e privado, capazes de organizar processos inovadores de formulação e operacionalização de políticas públicas. São organizações criadas com o amparo do setor público, apesar de seu comando não necessariamente pertencer ao Estado. Sua ação se concretiza a partir da formulação de centros de serviços e informação e na articulação com outras instituições como universidades, institutos de pesquisas e organizações empresariais. Os serviços relacionados a essas agências compreendem a dimensão local (capacitação, assessoria, divulgação de informações, estratégias de diversificação, gestão empresarial e financeira) e global (tendências de mercado, tecnologias, cooperação técnica, comercial e financeira).

A constituição de policy networks é derivada das análises sociológicas das redes e dos estudos de formulação de políticas, que destacam as horizontalidades dos processos de tomada de decisão e as possibilidades de acordos informais entre os agentes, muitas vezes sem hierarquização. Sua ação é coletiva e constituída por objetivos estratégicos, variando em sua espacialidade no território (internacional, nacional ou regional) e nas suas intenções, como a agregação de valores.

As experiências de policy networks variam segundo o objetivo, a região e o contexto nacional, mas, em geral, apresentam-se baseadas, com intensidades diferenciadas, no seguinte conjunto de componentes ou dimensões: definem-se concretamente pela formulação e implementação de políticas; ancoram-se em instrumentos ou linhas de atuação especificamente relacionadas ao seu objetivo; compõem-se de agentes corporativos, estruturam-se como um conjunto de relações interorganizacionais; são destituídas de agentes centrais estáveis ou hegemônicos; não envolvem muitos participantes; exigem ação coletiva; e podem ser caracterizadas pela interação e coordenação de seus agentes em torno de objetivos estratégicos (MACEDO, 1999, p. 54).

Esses núcleos de cooperação e organização econômica acenam para uma renovação da vida comunitária, fortalecendo os valores democráticos e a representação da sociedade nas decisões políticas de alcance local. Em um ambiente de colaboração e confiança, existe um sentimento de segurança que facilita as trocas comerciais e financeiras, exigindo menos flexibilidade com prazos de pagamentos e diminuindo o oportunismo.

Desde um período recente, assiste-se a uma nova configuração das entidades territoriais. As uniões econômicas e as regiões tornaram-se conjuntos econômicos e políticos de pleno direito, por intermédio da edificação de uma nova estrutura a ordem coletiva. Essa situação requisita um novo modo de governança [...] A realização de uma nova visão política local gesta-se em relação com o novo contexto global. (BENKO, 2001, p. 11).

Quanto às especificidades locais, entendemos que, nos lugares, são encontrados recursos decorrentes de relações humanas, que correspondem a lógicas informacionais específicas. O aproveitamento dessas especificidades caracteriza as vantagens comparativas e ao mesmo tempo oferece condições para realimentar a capacidade local de promover as inovações produtivas.

Nosso mundo global é assim um mosaico composto de uma miríade de regiões, de localidades, de países que não são, necessariamente equivalentes. A “glocalização”, neologismo forjado para designar a articulação expandida dos territórios locais em relação a economia mundial, sublinha a persistência de uma inscrição espacial dos fenômenos econômicos, sociais e culturais (BENKO, 2001, p. 9).

Os movimentos homogeneizadores, não apenas redefinem os lugares para uma nova ordem, pois os lugares respondem a esses estímulos de acordo com suas especificidades, criando e recriando arranjos organizacionais:

Pode-se dizer que, ao contrário da ordem imposta, nos espaços de fluxos, pelos atores hegemônicos e da obediência alienada dos atores subalternizados, hegemonizados, nos espaços banais se recria a idéia e o fato da Política, cujo exercício se torna indispensável, para providenciar os ajustamentos necessários ao funcionamento do conjunto, dentro de uma área específica. Por meio de encontros e desencontros e do exercício do debate e dos acordos, busca-se explícita ou tacitamente a readaptação às novas formas de existência (SANTOS, 2000, p. 110).

Benko & Pecqueur (2001) afirmam que em vários domínios econômicos é constatada a importância vital que as especificidades territoriais assumem na dinâmica econômica, tornando-se fontes de vantagens concorrenciais. “A consideração de fatores locais nas dinâmicas econômicas abre o caminho na direção da diversificação das políticas econômicas, sociais e culturais” (BENKO & PECQUEUR, 2001, p. 37). A tipologia proposta pelos autores distingue ativos e recursos específicos e genéricos. Os ativos correspondem aos recursos em atividade, enquanto que os recursos correspondem ao potencial latente.

Os recursos e ativos genéricos são aqueles que podem ser transferíveis, que possuem valor de troca determinado pelo mercado. Os ativos específicos, apesar de usa especialidade, podem ser transferíveis, mediante a alocação de custos de irreversibilidade, como a qualificação da mão-de-obra e os investimentos de capital em equipamentos. Já os recursos específicos não podem ser transferíveis, se fundamentam em processos interativos, de acordo com as competências e os processos cognitivos cumulativos. São construídos através de relações de reciprocidade, que envolvem proximidade geográfica e cultural, combinados a estratégias únicas desenvolvidas pelos atores a fim de solucionar um problema inédito.

As especificidades locais também são utilizadas para complementar o marketing local, não apenas para promover os produtos, como também capitalizar os recursos necessários para o aprimoramento técnico e de infra-estrutura. Os aspectos histórico-culturais também são considerados na divisão de trabalho, característica encontrada, no Brasil, principalmente em arranjos produtivos localizados junto às comunidades que mantêm tradições culturais de origem européias (principalmente italiana e alemã), indígena e africana.

2. DESENVOLVIMENTO RURAL: CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS

2.1. CONSIDERAÇÕES ACERCA DA RURALIDADE

O rural é definido normalmente pelo poder público (critério administrativo) em função de suas carências (menor densidade populacional e baixa infra-estrutura) e através de um enfoque setorial (produção de alimentos e matérias-primas), sem considerar seus aspectos geográficos, culturais e sociais. Na verdade, o rural não se limita apenas às atividades agrícolas, compreendendo as representações sociais, famílias rurais, tradições, condições históricas e sua espacialização, patrimônio cultural, e a natureza, vista como um ambiente a ser conservado, pois “sua utilização é crescente na constituição de espaços transformadores, seja para lazer, moradia ou turismo” (SCHNEIDER, 2003, p. 22).

Para fins qualitativos, um conceito do rural que evoca seus aspectos imateriais pode tornar-se pouco operacional e subjetivo em relação ao enfoque setorial que, por outro lado, se distancia de seus aspectos específicos e simbólicos. Entendemos que uma conceituação do rural próxima das especificidades que as sociedades rurais apresentam, mas sem perder de vista sua operacionalidade, deva referir-se a um território aonde prevalecem os vínculos com a natureza, ocorra relativa dispersão populacional, dependência com as atividades urbanas (principalmente relacionadas aos serviços) e relações sociais capazes de constituir um tecido social diferenciado.

Portanto, identificamos no meio rural uma combinação de aspectos naturais e humanos, onde ocorre a incorporação do meio natural como um valor a ser preservado, seu manejo e sua vinculação com a própria sociedade. Há uma maior interação entre os indivíduos através de laços de confiança, reciprocidade e resistência à individualização, num contraponto à superficialidade das relações sociais no meio urbano.

Para as sociedades rurais, a individualização pode acarretar no desaparecimento da comunidade, pois acaba com a mentalidade coletiva, tanto na família quanto no povoado. Este fato é evidente nos movimentos cooperativos, que reconstituem os aspectos significativos da comunidade de aldeia, “sobre uma base técnica, econômica e política completamente nova” (LEFÈBVRE, 1981, p. 159).

No meio rural, “as diferenças na interação social são sumamente importantes. O número de pessoas com que cada habitante rural entra em relações e em contato voluntário ou involuntário é menor no meio rural do que no meio urbano” (SOLARI, 1969, p. 8). A aproximação dos contatos não se efetua por interesses individuais, mas corresponde à conscientização coletiva e à expressão de valores morais e simbólicos, traduzida nas relações de parentesco e vizinhança, sendo que “[...] o número de contatos é menor, mas eles são mais concretos, mais diretos, menos parciais; cada indivíduo sabe muito mais daqueles com que trata do que os indivíduos do meio urbano [...]” (SOLARI, 1969, p. 9).

As comunidades rurais, mesmo aquelas em vias de dissolução, possuem relações de vizinhança que guardam um fundamento prático, sendo expressas em ritualizações bem desenvolvidas, como em festas e cerimônias, ajudas para o exercício de trabalhos mais pesados ou até mesmo pela ausência de limites claros, como muros e cercas. Essas organizações práticas podem ser constituídas em torno de uma instituição cultural idealizada na paróquia, que busca a regulamentação de ações de interesse coletivo, através da divisão do trabalho e discussões sobre datas importantes como colheita, festas religiosas, etc (MARTINS, 1981). As relações de parentesco e a descendência também representam um aspecto marcante na reprodução da família rural, principalmente com relação à posse da terra, pois a propriedade é perpetuada através de princípios de sucessão, onde a descendência e as uniões matrimoniais reproduzem o patrimônio familiar e identifica seus limites (WOORTMANN, 1995).

Nessas comunidades, as relações de confiança e aplicação de valores morais comuns constituem o alicerce dos processos organizacionais e de geração e difusão de conhecimento. Isso remete à noção de solidariedade compreendida por Milton Santos, em que a solidariedade conduz à organização, pois “na divisão de trabalho por baixo, o que se produz é uma solidariedade criada dentro e dependente de vetores horizontais cimentados no território e na cultura locais” (SANTOS, 2000, p. 146).

Esta relação de reciprocidade repercute na formação de instituições formais, como associações e cooperativas ou mesmo informais, personificadas na organização familiar da unidade doméstica; evidencia a adaptação do rural aos processos de homogeneização comprometidos com a lógica do capital e a manutenção de seus aspectos particulares e de sua racionalidade:

As horizontalidades, pois, além das racionalidades típicas das verticalidades que as atravessa, admitem a presença de outras racionalidades (chamadas de irracionalidades pelos que desejariam ver como única a racionalidade hegemônica). Na verdade, são contra-racionalidades, isto é, formas de convivência e de regulação criadas a partir do próprio território e que se mantêm nesse território a despeito da vontade de unificação e homogeneização, características da racionalidade hegemônica típica das verticalidades (SANTOS, 2000, p. 110).

Os processos de homogeneização e difusão de informações externas ao território, ao atingir o meio rural, podem ser modificados, em sua ação, pelos “fatores culturais, que promoveriam uma reinterpretação dentro de quadros de referência totalmente diversos daqueles em que tais fatores surgiram, isto é, dentro de quadros de referência que não os de uma civilização capitalista ocidental” (QUEIROZ, 1969, p. 17).

Dessa maneira, as variações em curso na infra-estrutura (nível econômico) não comandam todos os processos em curso no interior da superestrutura (nível cultural). Caso contrário, ocorreria uma total desconfiguração das práticas sociais e dos processos de reprodução social das comunidades rurais e das comunidades que mantêm hábitos rurais, principalmente se considerarmos as manifestações simbólicas, e a cooperação, em diferentes níveis organizacionais.

No que tange às relações camponesas ao nível econômico, os processos dialéticos sucessivos no seu interior nem sempre são os mesmos verificados no interior do nível cultural; pode haver dessemelhança de processos em curso num e noutro nível, através do tempo, e a partir de uma primeira coincidência dos mesmos no passado (QUEIROZ, 1978 p. 305).

Diante das externalidades, o rural edifica adaptações, e os aspectos sócio-culturais não se transformam, mas se adequam à realidade econômica. A unidade doméstica deve ser avaliada em relação às iniciativas individuais e coletivas representadas em um contexto histórico-cultural que guarda especificidades relativas a seu processo de reprodução.

A percepção das transformações pelas sociedades rurais é descrita por Lefèbvre

(1981) através da complexidade vertical observada nos territórios, que consiste na coexistência de formações de épocas e datas diferentes, que opõem tradição e modernidade, pois “no mundo rural, ainda que mais nitidamente no artesanato, nada desapareceu inteiramente”, representando não apenas conservação, mas interação com os conjuntos técnicos e sociais recentes (LEFÈBVRE, 1981, p. 166). A modernização possui um significado de equilíbrio e estabilidade, e não superação das estruturas sociais do campo, pois “raros são aqueles que têm compreendido que deviam se instalar na mudança” (MENDRAS, 1969 p. 53).

Por conta dos avanços das telecomunicações, muitos serviços tipicamente urbanos podem ser utilizados pelas populações rurais, apresentando uma contradição ao modelo de globalização homogeneizador, pois as redes de informação permitem perpetuar as diferenças, onde a distância espacial não corresponde mais a um impedimento para as sociedades rurais, que viviam isoladas e com contatos limitados em relação aos centros urbanos. Os contatos pessoais continuam a ser reduzidos e em maior intensidade em relação aos ocorridos no meio urbano, mas os avanços nas telecomunicações permitem aos habitantes do campo estabelecer relações impessoais (contatos secundários) sem precisar se locomover até os centros urbanos.

Um agricultor, atualmente, pode pesquisar o preço dos insumos agrícolas, acompanhar a cotação de commodities nas mais diferentes partes do globo, ou ainda, obter informações acerca da previsão do tempo sem precisar sair do perímetro rural. Para aqueles que crêem que esses avanços apenas conduzem à aculturação e alteração nos hábitos das comunidades rurais, basta lembrar que, até pouco mais de uma década, o agricultor necessitava sair da área rural não apenas para comercializar sua produção mas também para obter todo tipo de informação necessária para a manutenção de suas atividades. Ou seja, o avanço das telecomunicações aumentou o número de contatos secundários, mas diminuiu a necessidade dos deslocamentos. O campo continua a caminhar de acordo com o seu tempo e a sua racionalidade, porém absorveu as melhorias da acessibilidade direta e indireta proporcionada pelos avanços tecnológicos para manter-se no seu tempo.

Para Oliveira (1999, p. 103), “o processo contraditório e desigual do desenvolvimento da agricultura, sobretudo pela via da industrialização, tem eliminado gradativamente a separação ente a cidade e o campo, entre o rural e o urbano, unificando-os numa unidade dialética”. A cidade, em serviços e infra-estrutura chega

até o campo, não são as pessoas da cidade que vão para o campo. Queiroz (1969) afirma que, aparentemente contrários, rural e urbano afirmam-se uns em função dos outros e se compõem em uma totalidade real ou complementaridade dialética. Segundo a autora, a “sua compreensão só será total se enquadrada a pesquisa dentro da perspectiva mais ampla da sociedade global e da situação específica dos dois termos o binômio rural-urbano, um em relação ao outro” (QUEIROZ, 1978, p. 28).

Utilizando o território como foco de análise das transformações econômicas globais na busca de estratégias endógenas de desenvolvimento, encerra-se a discussão acerca da dualidade campo-cidade e emerge uma acepção do rural integrada a um espaço globalizado, que se interage sem perder suas características culturais e simbólicas, residindo nestas as condições para sua continuidade. Em síntese:

À medida que a noção de desenvolvimento territorial foi se fortalecendo, as discussões sobre o papel da agricultura e do espaço rural também se modificaram. Na verdade, a abordagem territorial promoveu a superação do enfoque setorial das atividades econômicas (agricultura, indústria, comércio, serviços, etc) e suplantou a dicotomia espacial entre o rural versus urbano ou o campo versus cidade (SCHNEIDER, p. 11).

2.2. A PRODUÇÃO FAMILIAR NA AGRICULTURA

A predominância de relações não capitalistas na agricultura proporciona a sobrevivência das famílias rurais e ao mesmo tempo permite a apropriação capitalista da renda da terra, consistindo em uma das contradições do modelo capitalista (OLIVEIRA, 1986).

A agricultura familiar, também definida como agricultura realizada por pequenos proprietários, materializa-se sob diferentes modalidades, como assentados, arrendatários, posseiros, sem-terra, agricultores integrados à agroindústria, farmers, camponeses, entre outros. Oliveira (1991) destaca que o trabalho familiar constitui a base para a combinação de diferentes relações de trabalho e para a produção camponesa em sua essência:

É pois, derivado dessa característica que a família abre a possibilidade da combinação muitas vezes articulada de outras relações de trabalho no seio da unidade camponesa. É assim que o trabalho assalariado, ajuda mútua, e parceria aparecem como relações que garantem a complexidade das relações de produção camponesa. Porém essa complexidade de relações estabelecidas é primeiro e fundamentalmente, articulada a partir da família, a partir da hegemonia que o trabalho familiar exerce nessa unidade de produção e consumo (OLIVEIRA, 1991, p. 48).

Nesse processo, cabe à família rural a organização das tarefas domésticas, a divisão do trabalho e o direcionamento das rendas (individuais e coletivas). Sua estruturação se fundamenta na definição de estratégias que garantam a sua reprodução como indivíduos, mas com a primazia da sobrevivência da família.

A família rural constitui um grupo social que compartilha um mesmo espaço (não necessariamente uma habitação comum) e possui em comum a propriedade de um pedaço de terra. Esse coletivo está ligado por laços de parentesco e consangüinidade (filiação) entre si, podendo a ele pertencer, eventualmente, outros membros não-consangüíneos (adoção). É no âmbito da família que se discute e se organiza a inserção produtiva, laboral e moral dos seus diferentes membros integrantes, é em função deste referencial que se estabelecem as estratégias individuais e coletivas (SCHNEIDER, 2003, p. 106).

A unidade familiar de produção possui, em sua essência, a utilização da força de trabalho familiar, ocorrendo eventualmente a contratação de trabalho temporário. Essas contratações não retiram as características do campesinato, tendo em vista que ocorrem por conta de um processo de manutenção do ciclo de existência da família camponesa (TAVARES DOS SANTOS, 1978). Da mesma maneira, a finalidade de sua produção não é o acúmulo de capital fundamentado na apropriação da mais valia, para ser reproduzido em escala ampliada, não se verificando assim o “desenvolvimento do capital enquanto relação social entre as pessoas envolvidas no processo de trabalho camponês”, e até os gastos com os trabalhadores são concebidos como despesas (TAVARES DOS SANTOS, 1978, p. 43).

Schneider (2003) acredita que a contratação eventual de trabalhadores e a efetuação de estratégias que determinam a reprodução de práticas não-agrícolas não são suficientes para categorizar compulsoriamente os agricultores como capitalistas, pois

“determinadas formas sociais relacionam-se com o modo de produção dominante sem que as relações que se estabelecem entre ambos sejam, a priori, de caráter capitalista” (SCHNEIDER, 2003 p. 96). Além disso, os camponeses saem do campo em seu processo de recriação, buscando acesso a crédito, negociando melhores preços, ou seja, para continuarem produzindo junto com a sua família na terra (OLIVEIRA, 1999).

Alentejano (2001) destaca que os processos de descentralização e industrialização difusa corroboram para a multiplicidade de atividades no campo, dentro da lógica de ampliação da margem de lucro capitalista, mas que a emergência de atividades diversificadas no campo também corresponde a uma forma de resistência à expansão das formas capitalistas de exploração.

Para Chayanov (1974), a gestão familiar compreende todas as atividades realizadas pelos seus membros, incorporando as atividades agrícolas e não-agrícolas, sendo que as atividades não-agrícolas exercidas dentro e fora das propriedades correspondem a uma estratégia relacionada às maiores possibilidades de ganhos, como o artesanato e o comércio e que não ocorrem apenas quando os camponeses perdem os seus meios de produção. O núcleo familiar, dessa maneira, constitui a base para os processos decisórios, manifestados na esfera produtiva como o balanço entre trabalho e consumo. Cabe à família administrar as rendas não-agrícolas obtidas fora da propriedade ou ainda definir os destinos dessas rendas.

A renda não-agrícola pode consolidar o núcleo e autonomia da unidade familiar, quando acrescido na renda da família e principalmente quando é revertido na produção agrícola (comercial ou de subsistência). A ocorrência de situações em que diminui a continuidade do trabalho agrícola e de redução relativa da renda agrícola em comparação às rendas não-agrícolas não significa que a estrutura familiar de produção esteja se desconfigurando ou que não há maior diferenciação entre unidade familiar e as famílias convencionais urbanas. Uma amostra dessa realidade diz respeito às estratégias em que as famílias, em processo de desagregação ou não, ainda reproduzem formas organizacionais e interagem entre si de maneira peculiar, mantendo traços característicos (ou ainda, capital social).

2.3. A REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES NÃO-AGRÍCOLAS NO MEIO RURAL

A reprodução das formas de agricultura familiar aparece, por vezes, sucumbidas à lógica capitalista ou mesmo desenvolvendo relações estáveis e duradouras, de acordo com a “estruturação social, cultural e econômica do capitalismo em um certo espaço e contexto histórico” (SCHNEIDER, 2003, p. 92). As contribuições de Schneider são esclarecedoras quanto às dinâmicas da produção não-agrícola associada à reprodução social da família rural. O autor realizou estudos em áreas rurais do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, avaliando as possibilidades da utilização do termo pluriatividade para analisar o aumento significativo das atividades não-agrícolas praticadas nas pequenas propriedades.

A região em questão iniciou na década de 1980 um intenso processo de descentralização econômica que conduziu à industrialização difusa, com as empresas buscando nas áreas rurais uma mão-de-obra mais flexível quanto aos salários e nível de sindicalização. Para o autor, a pluriatividade consiste na combinação permanente entre atividades agrícolas e não-agrícolas, compreendendo “os mecanismos e as estratégias pelas quais os indivíduos e as famílias que se organizam social e economicamente sob a égide da organização produtiva e social de caráter familiar” (SCHNEIDER, 2003, p. 15). Ou ainda,

[...] refere-se a emergência de situações sociais em que os indivíduos que compõem uma família com domicílio rural passam a dedicar-se ao exercício de um conjunto de atividades econômicas e produtivas, não necessariamente ligadas à agricultura e ao cultivo da terra, e cada vez menos executadas dentro da unidade de produção (SCHNEIDER, 2003, p. 23).

O autor compreende a dificuldade de se utilizar essa terminologia no Brasil, devido à diversidade de combinações existentes no meio rural brasileiro entre as ocupações não-agrícolas fora e dentro das propriedades com as atividades agrícolas encontradas no meio rural brasileiro, afirmando que “há uma difusa linha que separa o que é ou não um trabalhador pluriativo, quando se trata de atividades não-agrícolas executadas dentro da propriedade” (SCHNEIDER, 2003, p. 174).

Há uma corrente de autores, fundamentados nos estudos realizados nos países da Europa Ocidental e nos Estados Unidos, que acreditam que o crescimento das atividades não-agrícolas condiciona o aparecimento de um novo rural brasileiro, caracterizado por

atividades neo-rurais, relacionadas à criação de animais exóticos e chácaras de recreação, que juntamente com as ocupações não-agrícolas temporárias exercidas fora da propriedade correspondem ao principal fator de fixação das populações rurais (GRAZIANO DA SILVA, 2003).

No caso europeu, está ocorrendo um planejamento estratégico de reestruturação no campo, no intuito de reverter um quadro de acúmulo de estoques agrícolas e queda relativa dos preços dos produtos. A União Européia, no início da década de 1990, promoveu políticas de descentralização, incentivando o desenvolvimento de atividades não-agrícolas, valorizando a manutenção e preservação ambiental e integradas à participação do local (VEIGA, 1991; ABRAMOVAY, 1992).

Para Abramovay (1992), a agricultura familiar prevalece, nos países desenvolvidos, devido ao planejamento do Estado, que busca políticas de fortalecimento da agricultura familiar vinculado ao processo de descentralização iniciado na década de 1980 e ainda sob a perspectiva dos limites impostos pelo meio ambiente. Nesse sistema, as características intrínsecas da agricultura familiar na sua forma de organização produtiva e reprodução social não são consideradas como fator essencial para a sua continuidade. Recentemente, em sua obra intitulada O futuro das regiões rurais (2003) o autor busca no conceito de capital social destacar as especificidades da agricultura, no que autor compreende como dimensão rural, mas ainda considera que as adaptações produtivas são concebidas menos pelas iniciativas familiares do que através das pressões do mercado.

Não devemos realizar uma análise unicamente setorial, mas suas considerações são fundamentais, principalmente o estudo da renda agrícola, os mecanismos e políticas de regulação de preços e os imóveis rurais. A idéia central é que o território, mais que simples base física para as relações entre indivíduos e empresas, possui um tecido social, uma organização complexa feita por laços que vão muito além de seus atributos naturais, dos custos de transportes e de comunicações. Um território representa uma trama de vínculos com raízes históricas, configurações políticas e identidades que desempenham um papel ainda pouco conhecido no próprio desenvolvimento econômico (ABRAMOVAY, 2003, p. 45).

A maior contribuição teórica dessas apreciações é a de compreender o

desenvolvimento rural como um conceito espacial e multisetorial, e a agricultura como sendo apenas parte do processo, pois há demandas urbanas por serviços e produtos rurais (turismo, produtos artesanais e naturais). No entanto, suas análises acabam perpetuando a idéia da superação da agricultura, descrevendo as atividades não-agrícolas como única opção de democratização da terra agrícola e de obtenção de rendimentos para os pequenos agricultores, apresentando posicionamentos contrários à manutenção da agricultura camponesa, principalmente por analisar os processos sociais no campo a partir de uma perspectiva macroeconômica, relevando aos aspectos culturais e imateriais uma posição secundária ao viés econômico.

O fundamento teórico dessa perspectiva tem origem em Kautsky (1986), que descreve o processo de complementaridade ou função acessória da renda agrícola, como uma incapacidade das pequenas unidades em acompanhar o processo de desenvolvimento tecnológico, reduzindo sua capacidade de concorrer principalmente com a grande empresa no campo, podendo levar até ao abandono total das atividades agrícolas (SCHNEIDER, 2003). Assim, concebe uma generalização das relações de produção capitalista no interior da produção agrícola, que se tornariam universais e exclusivas, onde aconteceria, a princípio, a destruição do campesinato através de um processo de diferenciação interna, provocado pelas contradições típicas do processo de integração ao mercado capitalista (OLIVEIRA, 1986).

O resultado final desse processo seria o surgimento de duas novas classes: de um lado, os camponeses mais ricos, que se tornariam pequenos capitalistas rurais (farmers), enquanto os camponeses mais pobres, no processo de inserção na agricultura de mercado, não teriam condições técnicas e financeiras de se adaptar a essas transformações e acabariam se proletarizando, porque perderiam suas terras para saldar suas dívidas. Concomitantemente, ocorreria a modernização do latifúndio, através da utilização de máquinas e insumos modernos, o que os transformaria em empresas capitalistas (OLIVEIRA, 1986, 1999).

Transportando essa base teórica para as análises das transformações recentes nas ocupações rurais do Brasil, os pequenos proprietários teriam papel de conservação ambiental e atividades que abasteceriam as cidades, agora não mais com a produção de alimentos, mas serviços como o turismo e o artesanato, ao passo que a produção de alimentos estaria se concentrando cada vez mais aos grandes produtores e cadeias internacionais ligadas ao agronegócio (GRAZIANO DA SILVA, 2003).

Diante dessas apreciações, cabem algumas ressalvas. No caso brasileiro, podemos destacar a situação dos posseiros, que não se proletarizaram, além dos inúmeros movimentos sociais que buscam a permanência da população no campo.

Nesse esquema teórico não fica totalmente excluída a possibilidade de persistência de formas não capitalistas de produção, como resíduos em vias de extinção, mas mantidas pelo próprio sistema capitalista, que gera relações de produção combinadas, como transição para o capitalismo pleno. [...] a persistência de produtores familiares, assim como de cooperativas que não se transformam em empresas, mesmo em países onde o capitalismo está plenamente desenvolvido é um fato incontestável atualmente (FLEURY, 1983, p. 19).

Utilizando os dados do censo agropecuário, Oliveira (2003) apresenta informações contundentes, que comprovam a importância da produção familiar agrícola no Brasil. Para a sua análise, o autor classifica os estabelecimentos agropecuários como menos de 200 hectares, como pequenas unidades de produção, aqueles de 200 a menos de 2.000 hectares como médias unidades de produção e aqueles com 2.000 hectares ou mais de grandes unidades de produção (latifúndios):

Esta classificação visa mostrar o significativo papel das pequenas unidades de produção face às grandes no que se refere ao volume da produção. Esta classificação também pode ser fundamentada no fato de que mais de 50% dos estabelecimentos com menos de 200 hectares não possuíam nenhum trabalhador contratado, ou seja, predominava entre eles o trabalho familiar segundo o Censo Agropecuário do IBGE. Os dados do IBGE referentes ao último Censo Agropecuário (1995/6), mostram que são as pequenas unidades quem produzem a grande maioria dos produtos do campo. Esta realidade precisa ser esclarecida, pois há o mito de que quem produz no campo são as grandes propriedades [...] (OLIVEIRA, 2003, pág. 24-25).

Mesmo nos estabelecimentos agrícolas que apresentam ocupações não-agrícolas entre seus membros, conforme nos evidencia Schneider (2003) nas áreas rurais analisadas no sul do país, a ocupação dos indivíduos com o trabalho agrícola persiste, pois fundamenta sua condição social (a posse da terra) e ainda lhe garante a

subsistência.

A agricultura, historicamente, depende das demandas citadinas e urbanas. Não temos interesse em retornar à dicotomia rural-urbano, mas de considerar as especificidades do rural, suas racionalidades e reações aos movimentos verticais e homogeneizadores. Nesse sentido, a posse da terra e a organização produtiva familiar antecedem a qualquer estratégia que combine atividades agrícolas e não-agrícolas, nas suas mais variadas espécies. Além disso, as atividades não-agrícolas não devem ser consideradas como uma via única da manutenção das populações rurais no campo, pois nem sempre encontram afinidades com as características das localidades rurais e conseqüentemente não irão conduzir ao seu desenvolvimento:

Apenas julgamos que não se deve considerar a pluriatividade como a única saída, pois, em algumas regiões, certamente as condições para o desenvolvimento desta não estão presentes, ao passo que as potencialidades da produção agrícola podem produzir resultados bem melhores, desde que apoiadas por políticas voltadas para a agricultura familiar. A pluriatividade não é a única via, muitas vezes as condições para o seu desenvolvimento são inexistentes, ao passo que o fortalecimento da produção agrícola pode ser muito mais proveitosa, desde que sejam apoiadas com políticas adequadas (ALENTEJANO, 2001, p.169).

Segundo Oliveira, os estudos da agricultura brasileira devem ser realizados

[...] levando-se em conta que o processo de desenvolvimento do modo capitalista de produção no território brasileiro é contraditório e combinado. Isso quer dizer que, ao mesmo tempo que esse desenvolvimento avança reproduzindo relações especificamente capitalistas (implantando o trabalho assalariado pela presença do bóia-fria), ele (o capitalismo) produz também, igual e contraditoriamente, relações camponesas de produção (pela presença e aumento do trabalho familiar no campo) (OLIVEIRA, 1999, p. 73).

Schneider critica o viés econômico de análise das transformações e adaptações do meio rural, pois dificulta a compreensão de outros aspectos das sociedades investigadas como a cultura, a religião, as tradições, etc. Ainda, considera um equívoco

analisar apenas os condicionantes macroeconômicos, que atingem as áreas rurais provocando precarização social, como preponderantes para as transformações no meio rural, pois esse tipo de análise “desconsidera a estruturação social e as instituições econômicas em que estão inseridas as famílias rurais, além de não reconhecer a capacidade empreendedora e suas competências de promover estratégias” (SCHNEIDER, p. 69). Tais habilidades não podem ser desconsideradas quando avaliamos as possibilidades de construção de um processo de desenvolvimento endógeno e integrado às demandas locais.

2.4. EM BUSCA DO DESENVOLVIMENTO RURAL

No meio rural brasileiro, coexistem diferentes realidades, com origens históricas e sociais muito distintas, e por isso mesmo qualquer tentativa de generalização quanto às políticas e estratégias de desenvolvimento rural compromete a qualidade e a validade das apreciações. Podemos verificar no Brasil a presença de pequenos agricultores de subsistência, pequenos agricultores especializados, agricultores sem-terra e lutando pela sua fixação no campo, grandes proprietários ligados a cadeias produtivas nacionais e internacionais, pequenos e médios produtores que possuem produção expressiva, mas que não se integram a cadeias do agronegócio, etc.

No âmbito das relações trabalhistas, há uma grande complexidade de modalidades, como meeiros, parceiros e trabalhadores assalariados, confundindo relações capitalistas e não capitalistas de produção. Ainda na esfera produtiva, encontram-se inúmeras combinações entre ocupações agrícolas e não-agrícolas, realizadas dentro e fora das propriedades rurais, relacionadas ao beneficiamento agrícola ou até mesmo às atividades industriais urbanas.

A emergência de atividades não-agrícolas representa, para o espaço rural, uma revitalização de suas atividades produtivas, no intuito de atender a novas demandas, como o turismo rural, ecoturismo, gastronomia e folclore. Isso não significa que o rural como produtor agrícola desapareceu, pois suas atribuições tradicionais persistem em diferentes escalas e níveis de relevância. Esse tipo de análise condiciona o papel do rural à sua função econômica, desconsiderando sua dimensão cultural e simbólica.

Acreditamos que as estratégias de desenvolvimento rural, estando elas

relacionadas às atividades agrícolas ou não, precisam estar associadas à noção do rural e suas características específicas. As atividades denominadas como neo-rurais (criações exóticas como a de escargot, estâncias, hotéis fazenda, chácaras para recreação, pesque-pague), são realizadas muitas vezes por empreendedores que não possuem procedência no meio rural, mas empresários de origem urbana que apreendem o meio rural como uma oportunidade de investimento e encontram no campo condições de mercado ideais para conduzir seus negócios, como valor dos imóveis, disponibilidade de matéria-prima e potencial de mercado consumidor. São atividades pertinentes à questão do trabalho urbano, não podendo ser apontadas como tendências do novo rural brasileiro e analisadas sob a perspectiva da crise das atividades agrícolas tradicionais.

Com base na heterogeneidade dessas ocorrências, as diferentes faces do rural brasileiro esperam das esferas pública e privada iniciativas e políticas muito distintas. Alguns desses produtores encontram-se amparados por instituições como a EMBRAPA, principalmente no que se refere à grande produção, ou instituições como CONTAG, SEBRAE e diversas Comissões Municipais de Desenvolvimento Rural. Infelizmente, o suporte institucional ainda se encontra distante das necessidades da maioria das famílias rurais brasileiras, que continuam à espera de uma redemocratização do acesso à terra mitificado na esperança de uma reforma agrária includente.

Outra problemática é a caracterização do desenvolvimento no campo. A identificação de indicadores de desenvolvimento não pode ser realizada facilmente no meio rural. Podemos, em meio a esse paradoxo, avaliar o desenvolvimento rural através da combinação entre duas perspectivas: a perspectiva do morador, que avalia sua qualidade de vida de acordo com sua história de vida, suas tradições e vínculos estabelecidos com o território e sua visão de mundo; e sob a perspectiva economicista, que privilegia os dados quantitativos de renda e consumo.

O crescimento de infra-estrutura e os aspectos relacionados às facilidades e necessidades urbanas, nem sempre são interpretados como indicadores de qualidade de vida, e as perspectivas da população local correspondem a um dado relevante de desenvolvimento endógeno. A geração de emprego como indicador de desenvolvimento econômico também não é muito visível no campo, considerando a estrutura produtiva dos pequenos estabelecimentos agrícolas. O número de contratações é baixo, ocorrendo a predominância de relações não capitalistas baseadas na hierarquia familiar. Muitas comunidades costumam deslocar membros da família que normalmente permanecem

inativos ou exercendo outras atividades até mesmo fora das propriedades para as tarefas exercidas em período de maior demanda, como o plantio e a colheita.

Por outro lado, as condições ambientais podem ser consideradas como um indicador confiável da noção de qualidade de vida do campo, assim como a sua relação com a produção localizada.

Para autores de diferentes correntes metodológicas, a agricultura familiar, em sua estrutura e funcionalidade, detém em sua composição sócio-produtiva uma maior flexibilidade e capacidade de adaptação, decorrentes da organização familiar de produção, ao fato da propriedade e o trabalho estarem intimamente ligados e porque a produção familiar não prioriza, como na produção capitalista, a mais valia e os meios de produção não estão separados de quem executa o trabalho.

Em meio a essa diversidade teórico-empírica, acreditamos no desenvolvimento econômico rural, suas possibilidades de articulação entre atividades agrícolas e não-agrícolas, e na formação e consolidação de um tecido social responsável por sua continuidade no território. Não entendemos, no entanto, que essas possibilidades de inserção dos agricultores familiares em um ambiente econômico competitivo conduzam necessariamente à sua farmerização.

A diferenciação entre farmers ou novos agricultores opera num limite muito delicado. O nicho de mercado e a cadeia produtiva dos farmers estão em um diferente grau de inserção. Um produto artesanal localizado, que não compete com mercados internacionais e que amplia seus mercados com base nos atrativos estabelecidos no território, merece uma classificação distinta, que contemple tais características. O marketing local, neste caso, está em condições totalmente enraizadas com o lugar, exercendo inclusive uma força atrativa, algo que pode ser facilmente observado nos empreendimentos turísticos com base local.

A inserção econômica dessas comunidades ou unidades familiares ocorre na medida em que se integram com cadeias produtivas regionais ou mesmo na estrutura das cadeias produtivas locais, através das relações de mercado (insumos, consumidores, fornecedores), obtenção de crédito e instituições (associações, ONGs, Estado). O elemento central de coesão das unidades familiares é constituído pelas relações sociais do grupo doméstico, que atuam nas decisões e na busca por alternativas, nutrindo expectativas e concepções.

A articulação espontânea dessas comunidades, associada às políticas públicas condizentes às suas necessidades e através da constituição de instituições formais e informais, pode desencadear um processo de desenvolvimento endógeno integrado às necessidades da população, onde a governança das estratégias realiza-se no interior das comunidades através de suas racionalidades e os bens imateriais e simbólicos se transformam em capital social produtivo; uma organização capaz de reforçar suas potencialidades, e de ampliar sua capacidade de negociação com os agentes externos.

No próximo capítulo, iniciaremos nossas reflexões sobre a viticultura do município de Jundiaí, com base nas referências teóricas discutidas e nas informações coletadas a partir de nossas análises de campo.

3. A VITIVINICULTURA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ: ORIGEM, EVOLUÇÃO E ESTÁGIO ATUAL

3.1. LOCALIZAÇÃO E ASPECTOS GERAIS DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ

O município de Jundiaí está localizado a 63 km da cidade de São Paulo e a 40 km da cidade de Campinas, possuindo importantes vias de acesso, como a Rodovia Anhanguera, Rodovia dos Bandeirantes e a Rodovia Dom Gabriel Paulino Couto. Essa localização estratégica e logística privilegiada, situada entre os eixos metropolitanos de São Paulo e Campinas, a apenas 30 km do aeroporto de Viracopos e a 130 km do Porto de Santos, representam um condicionante histórico de desenvolvimento (Figuras 1 e 2).

Segundo dados da Prefeitura Municipal, Jundiaí detém um PIB estimado em R\$ 6,8 bilhões (2004) e se encontra entre as 12 maiores economias do estado. Apesar de sua vocação industrial, o setor agrícola desempenha importante papel na economia municipal, representando R\$ 32,18 milhões na formação de seu PIB. Sua população de 349.938 habitantes encontra-se distribuída em uma área de 432 km². A área rural é equivalente a 320 km², sendo 228,6 km² área de cultivo e 91,4 km² área de tombamento da Serra do Japi, o que evidencia a dimensão de seu cinturão verde.

O relevo de Jundiaí está relacionado ao compartimento geomorfológico do Planalto Atlântico, localizado próximo à zona de transição para a Depressão Periférica, conferindo grande irregularidade e sinuosidade. Para a atividade agrícola, essas diferenças altimétricas contribuíram para a formação de pequenas propriedades e para a diversificação de culturas.

O clima predominante do município é o mesotérmico de inverno seco ou tropical de altitude, caracterizado por uma média térmica de 20,9° e contando com uma média mensal de umidade relativa do ar de 70, 7%. Essa característica climática é fundamental para compreendermos o desenvolvimento da cultura da uva no município, que utiliza variedades adaptadas a climas úmidos, que oferecem maiores condições para o aparecimento de doenças fúngicas nas videiras.

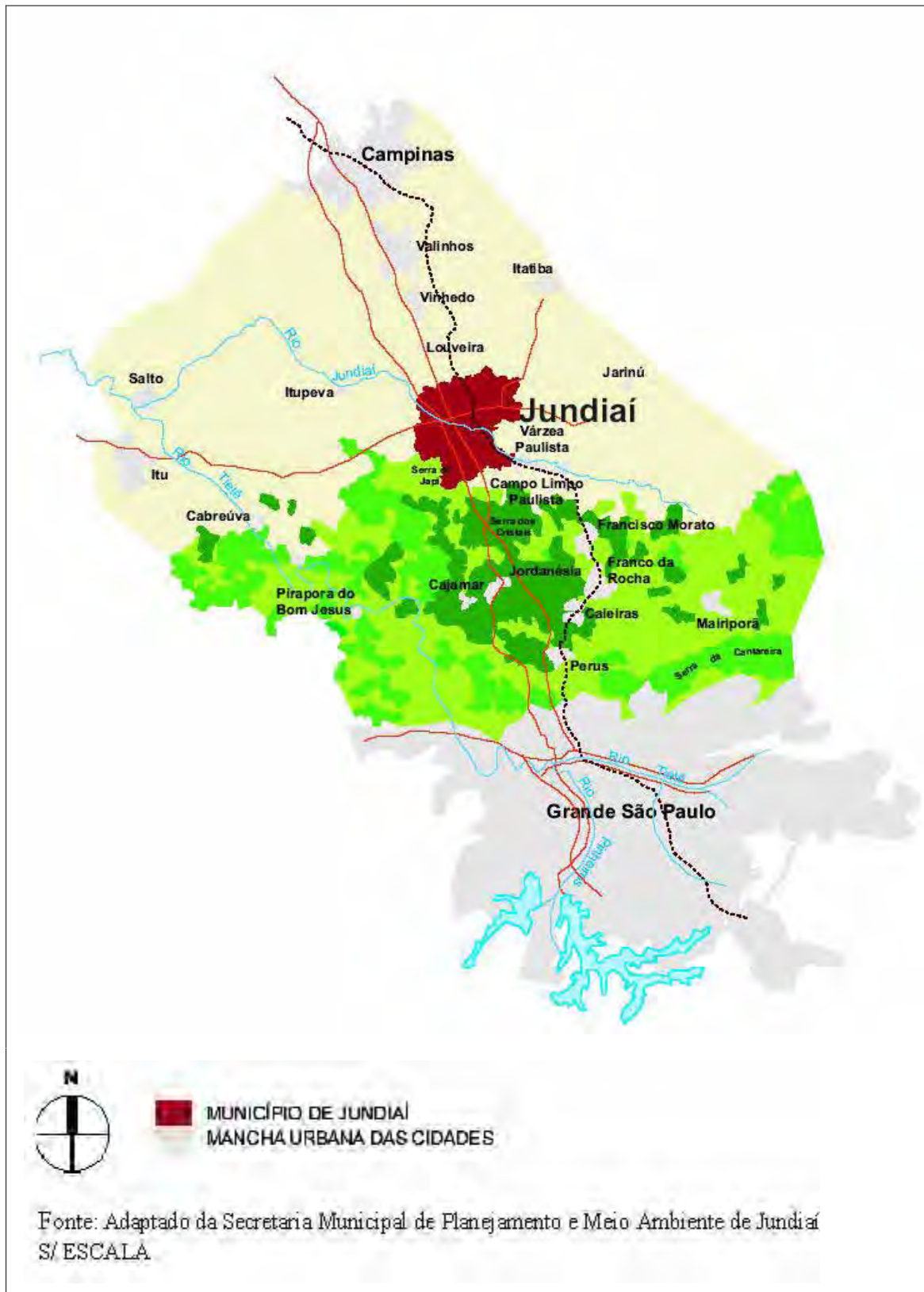


Figura 1. Inserção Regional do Município de Jundiaí-SP

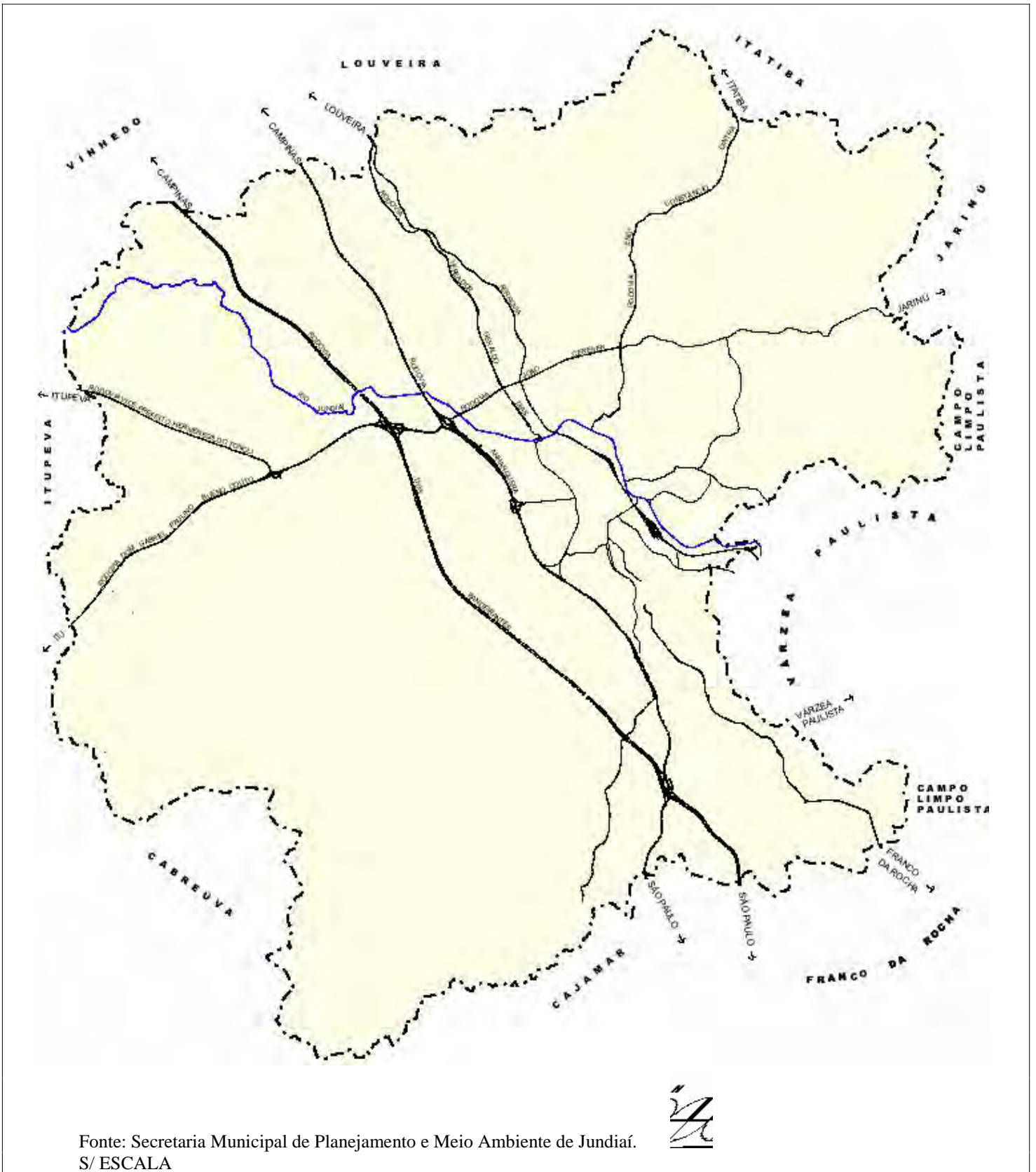


Figura 2. Limites do Município de Jundiaí-SP

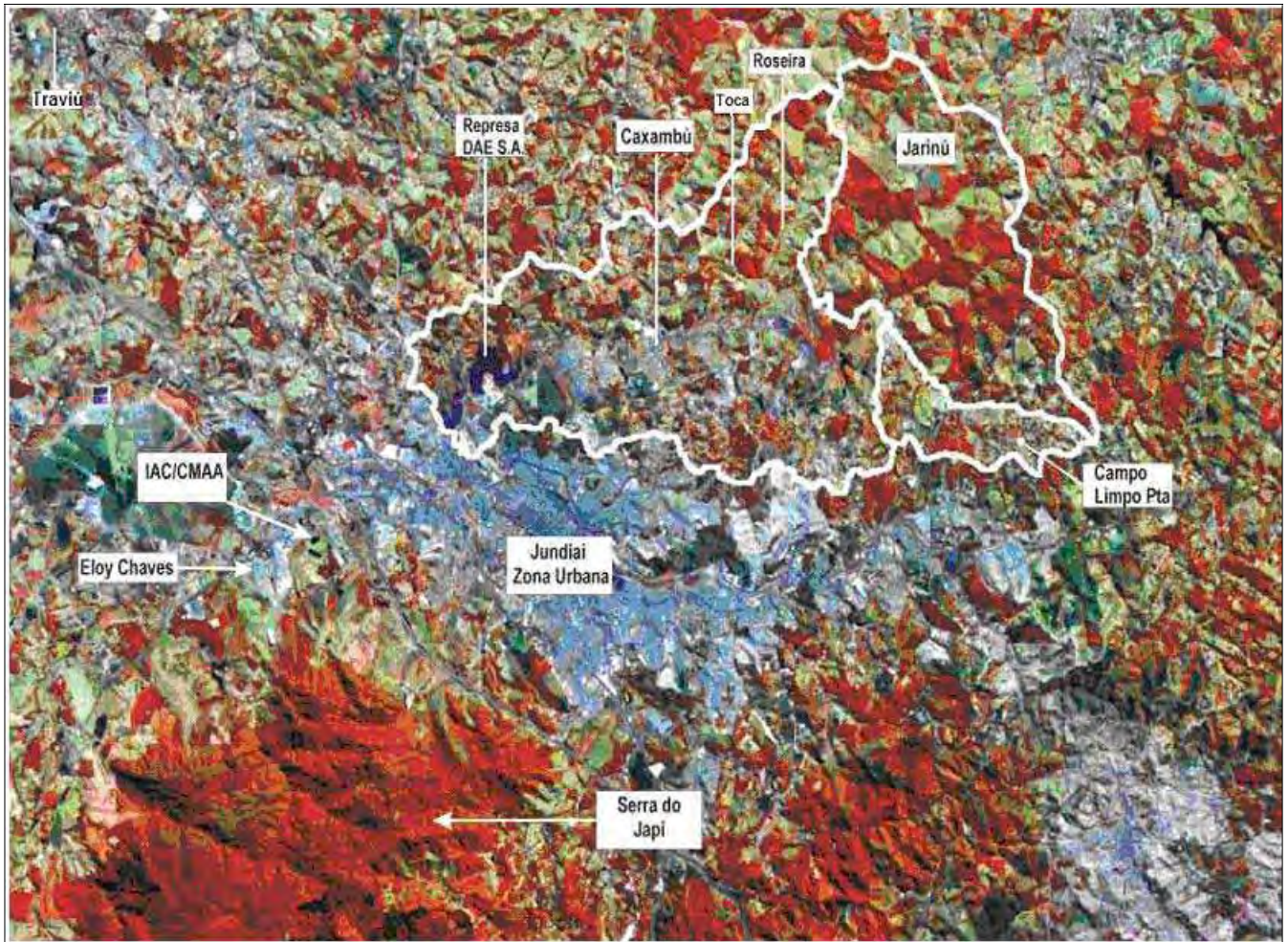
A partir dessas informações iniciais, concluímos que o sítio urbano do município possui uma área pequena, pois sua população relativa é de 810,04 km², bem superior à média do estado, de 160,70 km². Isso representa um aumento constante da especulação imobiliária em direção dos bairros periféricos, pressionando inclusive as áreas rurais e do entorno da Serra do Japi, esta última correspondente a uma Área de Proteção Ambiental e que possui restrições para a sua ocupação, previstas no Plano Diretor do município.

Em geral, a ocupação das áreas próximas da Serra do Japi está sendo realizada através da construção de condomínios residenciais destinados a pessoas de classes sociais mais elevadas, atraindo principalmente a população que reside na região metropolitana do estado, pois a malha rodoviária permite o fácil acesso à Grande São Paulo, determinando uma função de cidade-dormitório.

Nas áreas rurais, também são encontrados condomínios residenciais, localizados nas vias de acesso que fazem a interligação entre as áreas urbanas e rurais, constituindo um fator de atração para o setor de serviços em direção das áreas periurbanas. As possibilidades de emprego para o setor de serviços e na construção civil têm atraído habitantes que não são reconhecidos pelos moradores tradicionais dos bairros rurais, que são formados fundamentalmente por famílias que estão presentes nos bairros desde o início de seus processos de ocupação. Os moradores atribuem a esse fenômeno o maior motivo para o aumento da marginalidade e precariedade nas condições de vida desses bairros.

Essas questões, como veremos adiante, não estão referenciadas em pesquisas oficiais da prefeitura ou demais instituições, mas estão presentes no depoimento de todos os agricultores que entrevistamos em nossos levantamentos de campo, mesmo quando não foram questionados diretamente sobre o tema.

O contingente populacional pertencente às áreas limítrofes aos bairros rurais também está procurando esses locais devido ao aumento dos loteamentos, provocados pelo parcelamento das terras rurais. Muitos loteamentos são clandestinos, estando localizados na área de Conservação da Bacia do rio Jundiaí-Mirim (Figura 3).



Organizado por Júlio César Lázaro da Silva.

Fonte: Diagnóstico Agroambiental para Gestão e Monitoramento da Bacia do Rio Jundiáí-Mirim (DAE Jundiáí, 2003).

Figura 3. Imagem Landsat-7 (falsa cor) mostrando o limite externo e limites municipais da Bacia do Rio Jundiáí-Mirim

A região de Jundiaí ainda é, por excelência, a maior produtora de uvas de mesa do país. A variedade Niagara Rosada, originada pela mutação somática da variedade Branca, consolidou-se, já na primeira metade do século XX, como a principal variedade produzida, constituindo nos dias atuais mais de 95% dos vinhedos jundiaíenses. Para o setor agrícola do município, a cultura da uva representa a atividade mais relevante, desde a metade do século XX até os dias atuais (Tabela 1).

Tabela 1. Importância relativa da área plantada com as principais culturas no município de Jundiaí, entre 1950 e 1995 (em %)

ÁREAS PLANTADAS (%)	1950	1960	1970	1975	1980	1985	1995
Hortalças	8,70	0	-	-	-	-	0
Arroz	3,82	2,54	0,58	1,19	2,79	1,23	1,00
Banana	1,26	2,58	1,95	0,62	0,68	0,54	0,00
Frutas com caroço*	0,65	36,65	0,11	1,41	1,54	1,90	3,58
Tomate	21,85	1,09	7,08	1,81	1,05	0,30	1,49
Cana- de- açúcar	1,21	6,13	1,54	0,35	0,54	9,51	0,00
Feijão	2,24	10,16	5,77	5,55	12,44	10,11	3,98
Uva	21,78	0,00	56,86	69,53	54,54	56,38	79,60
Citrus	0,14	2,42	3,57	1,60	2,33	2,23	5,37
Milho	38,36	38,43	22,54	17,93	24,09	17,79	4,98

* abacate e pêssego

fonte: DAE Jundiaí (2003) baseado no Censo Agropecuário do IBGE realizados no período em questão.

No entanto, muitos produtores estão abandonando o cultivo da uva. A viticultura é uma atividade artesanal, um trabalho manual que exige muita dedicação e paciência por parte do produtor. Os valores investidos pelos produtores com os insumos necessários para o trato das videiras bem como as despesas com meeiros e transporte nem sempre são recompensados no preço final do produto.

A uva deixou de ser uma fruta referente a uma determinada época do ano. Esse fato decorre, entre outros fatores, dos melhoramentos genéticos das variedades, da abertura do mercado brasileiro para as importações e da expansão de novas frentes produtoras de uva de mesa, principalmente nos municípios paulistas de Indaiatuba, Porto Feliz e a região de Viracopos, em Campinas (Figura 4).

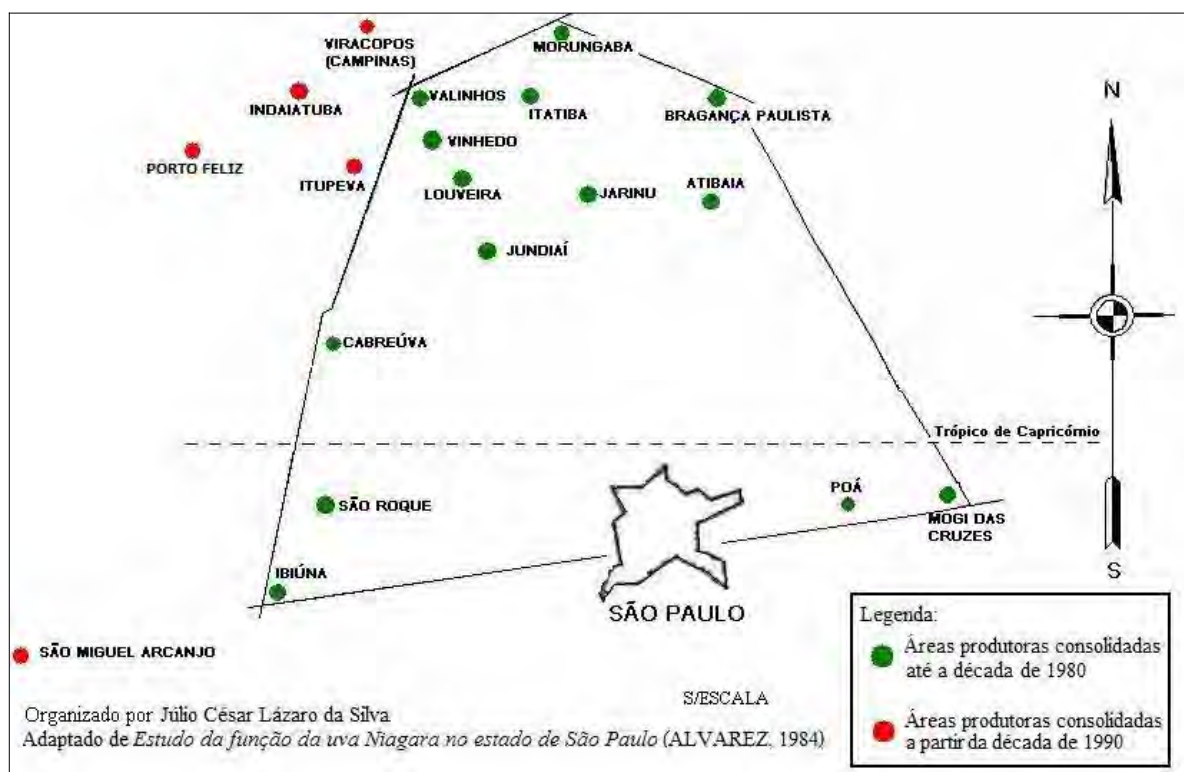


Figura 4. Polígono da viticultura no estado de São Paulo e frentes pioneiras

Os insumos necessários para o trato dos parreirais, como adubos, inseticidas, pesticidas e herbicidas, têm seu preço elevado constantemente devido às variações cambiais. Outro problema enfrentado pelos viticultores é o transporte de sua produção. O valor pago pelo frete só pode ser compensado pelos agricultores que possuem grande produção ou àqueles que detêm monopólio da comercialização junto às principais redes de varejo.

Muitos viticultores optaram por diversificar a sua produção com produtos que possuem melhor valor no mercado ou que demandam menor quantidade de insumos. Os médios produtores que não diversificaram sua produção e dependem exclusivamente da uva, juntamente com aqueles de pequena produção, ou seja, os que possuem menos de 50.000 pés de uva plantados, são os que se encontram mais desfavorecidos no comércio da uva nos dias atuais.

A partir dessa realidade, procuramos delimitar os principais aspectos estruturais da cultura da uva no município, através de uma análise histórico-descritiva, e em seguida avaliar as perspectivas para a configuração de um Arranjo Produtivo na região

do bairro Caxambú, assim como o processo de adaptação dos pequenos e médios produtores às crises conjunturais e dos desafios impostos pelo processo de globalização.

3.2. A ORIGEM DAS VIDEIRAS

A videira, segundo análises dos fósseis mais antigos de plantas ancestrais das videiras atuais encontradas na região da Groenlândia, tem sua origem no início do período Terciário, há mais de 60 milhões de anos. Durante o período Quaternário, mais precisamente entre 24 mil e 78 mil anos atrás, as grandes glaciações promoveram a formação de centros de refúgios das videiras, localizados na América do Norte entre os Estados Unidos e o México, na Europa entre as áreas mediterrâneas francesas e italianas até a península balcânica e na Ásia-Occidental, na região do Cáucaso (Sousa, 1996).

Sousa (1996) destaca que as variedades da espécie *Vitis vinífera silvestris* surgida na Europa possuía cachos pequenos e bagas miúdas, de sabor pobre, sendo uma planta sem qualidades que a tornassem merecedora de especial interesse dos primeiros agricultores. Apesar da tradição europeia de cultivar as videiras, a viticultura na Europa só se desenvolveu com a introdução da espécie *Vitis vinífera caucásica*, originária do Oeste Asiático, que detinha variedades fornecedoras de uvas de qualidade para consumo in natura (uvas de mesa) e para a vinificação.

Segundo Martins & Sousa (2002), a viticultura nasceu no Oriente, há cerca de 3500 a.C. entre a região do atual Irã e Armênia. A partir dessa região a viticultura se disseminou pela Ásia Menor, atingindo, posteriormente, até a Síria, norte da África e as costas mediterrâneas da Europa, sendo transportadas pelos navegadores fenícios até atingir, por volta de 2000 a.C. as terras da Grécia e da Itália. Durante a expansão do Império Romano, a viticultura acabou penetrando por todo o continente europeu.

No Brasil, as primeiras videiras foram trazidas pela expedição de Martin Afonso de Sousa, que aportou na atual cidade de São Vicente, localizada no litoral do estado de São Paulo, no ano de 1532.

3.2.1. A Vinificação

As origens do vinho nos trazem belas histórias, de épocas em que o homem, sonhador e contemplador da natureza, buscava explicar sua realidade e os fenômenos apreciados através de estórias míticas. Na antiga Pérsia, a origem do vinho remete à história de uma jovem que, desiludida por perder os favores do Sultão, tenta cometer suicídio e ingere o conteúdo de um cântaro que guardava uvas azedas e esmagadas no qual estava escrito a palavra veneno. Ao invés de morrer, a jovem redescobre a alegria e a felicidade de viver, chamando a atenção do Sultão e reconquistando o seu amor.

O mais famoso mito relacionado ao vinho é sobre o deus romano Baco, também conhecido como Dionísio, filho de Júpiter e Sémele. Segundo a mitologia romana, Baco teria nascido prematuro e permaneceu costurado na perna de Júpiter até completar seu desenvolvimento. Juna, esposa de Júpiter, perseguia o menino Baco, que acabou sendo criado pelas híades e ninfas da região de Niza, que corresponderia atualmente aos territórios pertencentes ao Iraque, Irã e Armênia, na região do Cáucaso. Baco colheu alguns cachos de uva, espremeu e bebeu seu suco. Adulto, Baco percorreu o mundo com sua corte de bacantes, sátiros e sileiros, difundindo o vinho e os prazeres da vida.

No Egito, descobertas arqueológicas revelaram jarras de vinho fechadas correspondentes ao período da I Dinastia (3000 a.C.). O vinho é mencionado no código de Hamurabi, escrito por volta de 1790 a.C. para reger a civilização babilônica, tratando inclusive de sua comercialização. Na Pérsia e na Grécia Antiga o vinho foi apreciado e festejado por escritores e poetas.

Os romanos intensificaram a produção de vinho e, ao impor sua cultura aos povos dominados, incentivavam o cultivo da videira e o consumo de vinho à medida que o Império Romano ampliava seus domínios.

O vinho também se faz presente nas tradições cristãs, descrito na Bíblia desde a odisséia de Noé até a consagração da bebida por Jesus Cristo no milagre das bodas de Canaã e na Santa Ceia. A Igreja Católica, ao difundir os valores cristãos pelo mundo, introduziu o cultivo da videira em diversas regiões e, conseqüentemente, os processos de vinificação.

3.2.2. As Principais Variedades

As videiras pertencem ao gênero botânico *Vitis*, que faz parte da família Vitaceae. O gênero *Vitis* ainda se divide em duas seções, de acordo com as características morfológicas e estruturais das plantas: *Euvinis*, que compreende as espécies americanas (*Vitis labrusca*, *Vitis riparia*, *Vitis rupestris*, entre outras) e a espécie européia (*Vitis Vinífera*) e a seção *Muscadinia* (*Vitis rotundifolia*, *Vitis munsoniana* e *Vitis popenoei*).

De acordo com Martins & SOUSA (2002), do ponto de vista prático as espécies de gênero *Vitis* de interesse econômico podem ser agrupadas em videiras americanas, européias e híbridas. As variedades da espécie *Vitis vinífera* (européias) são as que possuem maior qualidade para consumo *in natura* e para a vinificação, constituindo a maior parte dos vinhedos de todo o mundo. Essas variedades se desenvolvem em regiões de clima seco, necessitando de bastante insolação. Regiões de clima úmido são impróprias para o seu cultivo por proporcionar uma maior proliferação de doenças fúngicas. Entre as principais variedades européias produzidas no Brasil estão a Itália, Perlona, Moscatel de Hamburgo, Golden Queen, Merlot, Cabernet Franc, entre outras.

As variedades americanas chegaram ao Brasil na primeira metade do século XIX. Entre os anos de 1832 e 1840, o inglês John Rudge introduziu a variedade Isabel. As videiras americanas se adaptaram perfeitamente em nosso território, pois suportam climas mais úmidos, sendo mais resistentes às moléstias que atingem às videiras. Essas variedades são muito apreciadas no Brasil para consumo *in natura* e algumas servem para a elaboração de sucos e para a vinificação, ainda que produzam um vinho de qualidade inferior ao das variedades européias. No Brasil, podemos destacar as variedades da espécie *Vitis labrusca* como a Isabel, Concord, Niagara, Niagara Rosada e Bordô.

Já as variedades híbridas são o resultado do cruzamento de diferentes espécies. Esse cruzamento resulta em variedades mais resistentes às doenças fúngicas do que as variedades européias e de qualidade um pouco superior às variedades americanas. No Brasil podemos destacar as variedades Seibel-2 (Curbina), Seibel 10096 e Seyve Villard 5276.

3.3. UM BREVE HISTÓRICO DA VITIVINICULTURA NO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ-SP

A origem da cultura da uva no município de Jundiaí encontra sua primeira referência no testamento de Rafael de Oliveira, considerado o fundador da Villa Formosa de Nossa Senhora do Desterro do Mato Grosso de Jundiahy, na primeira metade do século XVII, que antecedeu ao município. No testamento de Rafael de Oliveira está registrado a posse de um pedaço de vinha e de uma parreira (SOUSA, 1959). Não há outros registros confiáveis a respeito da produção de uva no decorrer do século XVIII e até meados do século XIX.

Sousa (1959), apoiado em diversos autores, sugere a hipótese de que os imigrantes açorianos que chegaram ao município no ano de 1814 teriam introduzido as parreiras. Mattos (1958) argumenta que o primeiro vinhedo de Jundiaí foi plantado pelo português João Vieira Pontes no ano de 1854, na área onde atualmente está localizada a estação ferroviária do município de Várzea Paulista. Contudo, não encontrou documentos que a comprovem.

Na segunda metade do século XVIII as minas de ouro, principal motivação da economia da área correspondente à atual Região Sudeste, entraram num acelerado processo de esgotamento. Com a população retornando ao cultivo da terra, ocorreu o ressurgimento da cultura canavieira, destacando-se a produção de açúcar e aguardente, que se destinava em grande parte ao abastecimento das tropas de comércio e transporte, que tinham em Jundiaí seu local de organização. A lavoura cafeeira foi introduzida no município já no final do século XVII, e não teve grande importância na economia rural jundiaense até meados do século XIX, quando se tornou a atividade mais lucrativa.

A lavoura canavieira significou para a região em estudo a passagem de uma economia fechada, de subsistência, para uma economia de mercado, preparando Jundiaí para o advento do café, que viria moldar a sua estrutura agrária, mantendo-se inalterada por mais de um século (FILIPPINI, 1994, p. 46).

Somente com o Relatório da Comissão Central de Estatística, publicado em 1888, é que temos referências precisas sobre o cultivo da uva no município, onde é

observado que “[...] a cultura da vinha vem se desenvolvendo rapidamente no município, contando-se já algumas propriedades agrícolas dedicadas exclusivamente a esse gênero de lavoura. Já se tem ensaiado com ótimo resultado a fabricação do vinho [...]” (RELATÓRIO DA COMISSÃO CENTRAL DE ESTATÍSTICA, apud FILLIPINI, 1994, p. 50).

Devemos destacar que desde o ano de 1867 a Ferrovia Santos-Jundiaí estava em pleno funcionamento, possibilitando um incremento nas relações comerciais entre Jundiaí e a capital paulista. Jundiaí se beneficiou com o monopólio da Companhia São Paulo Railway, que tinha o privilégio na ligação planalto-litoral, concluindo seus trilhos em Jundiaí sem se preocupar com o prolongamento, já que qualquer estrada construída no interior teria que lhe pagar tributo (MATOS, 1974). Até o final do século XIX, os entroncamentos até Jundiaí estavam constituídos (Tabela 2).

Langenbuch (1971) destaca a importância da ferrovia para o surto de progresso ativado após a sua construção, assim como o processo de desenvolvimento do setor industrial, apoiado em parte pelo capital gerado a partir da agricultura comercial, aspecto que mais adiante abordaremos com mais atenção.

Tabela 2. Consolidação da Rede Ferroviária Paulista no final do século XIX

COMPANHIA	LIGAÇÃO	DATA DE INAUGURAÇÃO
São Paulo Railway Co. Limited	Santos-Jundiaí	11 de fevereiro de 1867
Companhia Paulista de Estradas de Ferro e Ligações Fluviais	Jundiaí-Campinas	11 de Agosto de 1872
Companhia Ituana	Jundiaí –Itu	17 de abril de 1873
Companhia Bragantina	Campo Limpo-Bragança Paulista	4 de maio de 1884
Companhia Itatibense	Louveira-Itatiba	19 de novembro de 1890

fonte: TOMANIK (2001).

Organização: Júlio César Lázaro da Silva.

Sousa (1959) aponta que no ano de 1880 foram introduzidas as variedades Isabel e Catawba, provenientes do bairro da Água Branca, em São Paulo, e plantadas em Jundiaí no bairro da Malota, que atualmente representa uma área residencial nobre, localizada

nas proximidades da Serra do Japi. A variedade Isabel constituiu por cerca de 40 anos a principal variedade produzida no município.

Mas foi com a criação do Núcleo Colonial Barão de Jundiá (região do atual bairro Colônia), em 1887, que a viticultura começou a tomar forma, no início como atividade de subsistência para depois, já nas primeiras décadas do século XX, tornar-se uma atividade comercial relevante superando a produção cafeeira por volta de 1930 (Tabela 3). Logo após a sua chegada às terras jundiaienses, os imigrantes começaram a cultivar a variedade Isabel, utilizada como uva de mesa e para a fabricação de vinho (MATTOS, 1958).

A cultura cafeeira representou durante a segunda metade do século XIX a atividade econômica mais importante para o município. Mas o cultivo do café em terrenos com grande declividade, como ocorreu em Jundiá, contribuiu para o rápido empobrecimento do solo. Já em 1918, uma grande geada liquidou a maior parte dos cafezais do município (SOUZA, 1956). Logo a seguir, em 1929, a Grande Crise abalou as estruturas da economia cafeeira de todo o estado de São Paulo. Segundo o autor, em relatório entregue pelo inspetor agrícola Renato Guimarães no ano de 1913, Jundiá contava com 500.000 pés de uva, predominando a variedade Isabel.

Tabela 3. Evolução da Produção do Café e da Uva - Jundiá

ANOS	CAFÉ (QUILOS)	UVA (QUILOS)
1886	2.000.000	-
1904-1905	-	436.852
1913	4.350.000	-
1920	2.990.000	-
1928	-	2.578.170
1935	-	3.483.500
1944	750.000	-
1948	-	10.700.000

fonte: MATTOS (1958, p. 58).

Outra importante região pioneira na produção comercial da uva foi o bairro Traviú. Os italianos que ali se estabeleceram por volta de 1893 também iniciaram seus vinhedos com a variedade Isabel. Já no início do século XX foi introduzida a variedade Niagara Branca, que comercializada no município de São Paulo obtinha bons rendimentos. Foi no ano de 1933, no Traviú, mais precisamente na chácara de Antônio

Carbonari, que ocorreu a mutação natural da Niagara Branca, surgindo a variedade Niagara Rosada, que acabou dominando a paisagem dos vinhedos jundiaenses e transformando a fisionomia da produção de uva no estado de São Paulo (MARTINS & SOUSA, 2002). A variedade se popularizou rapidamente, uma vez que seu custo de produção é baixo, o que possibilitava um preço acessível para a grande população.

Geraldo Pesce, engenheiro agrônomo da Casa do Agricultor de Jundiaí, ressalta que o consumidor começou a optar pela Niagara Rosada, pois era fácil identificar seu ponto de maturação (quando a coloração se apresentava bem rosada). A Niagara Branca muitas vezes era vendida antes de amadurecer totalmente e, com a variedade rosada, o consumidor não tinha esse problema.

Em 1922, Arthur de Vecchi, pioneiro da enologia industrial jundiaense, introduziu a variedade Seibel-2 em seu sítio no bairro do Caxambú. Gradativamente, a Seibel-2, também conhecida como Curbina, foi substituindo a Isabel. Dessa forma, a produção de vinho do município começou a utilizar a Seibel-2 como variedade principal.

Podemos avaliar a importância da vitivinicultura para a economia do município no início do século XX pela grande preocupação dos governantes locais em promover eventos e investir em instituições próprias para o incremento da produção da uva e do vinho. Nossos apontamentos se baseiam em artigos e compêndios que eram utilizados na promoção dos eventos e exposições agrárias.

Em 1934, pela iniciativa da Prefeitura Municipal, foi realizada a 1ª Exposição Vitivinícola e de Frutas do Estado de São Paulo, também conhecida como Festa da Uva, que atraiu em sua primeira edição mais de 100 mil visitantes. Nesse momento, Jundiaí começou a consolidar o título de “Terra da Uva” e a comercialização da Niagara se expandiu consideravelmente. Após a realização de duas festas, em 1934 e 1938, a Prefeitura Municipal buscou recursos junto ao Governo Federal para realizar o evento com maior periodicidade. Em 1952, a Festa da Uva foi oficializada pela Câmara Municipal.

No ano de 1934 foi criada a Estação Experimental de Fruticultura e Enologia no bairro Currupira² e em 1936 foi inaugurado um curso vitivinícola na Escola

² Atualmente, opera no local o Centro Avançado de Pesquisa Tecnológica do Agronegócio de Frutas, ligado ao IAC (Instituto Agrônomo de Campinas).

Profissional. Outra realização considerável foi a fundação da Cooperativa Vinícola, no bairro Caxambú, com o objetivo de aperfeiçoar a produção de vinho. Segundo um artigo publicado em 1953 por Guilherme Enfeldt, diretor da sucursal de A Gazeta em Jundiaí, em dois anos de atividade da Cooperativa Vinícola a produção de vinho evoluiu de 124.000 litros, no ano de 1935, para 300.000 litros, em 1936. O interesse do município em oferecer suporte logístico e financeiro para os viticultores foi um aspecto fundamental para o desenvolvimento da vitivinicultura. A Prefeitura Municipal chegou a oferecer incentivos fiscais para os produtores de vinho, isentando por 5 anos de impostos as novas fábricas de vinho e fornecendo premiações aos produtores de uva que se adequassem às normas de produção estabelecidas pelo município (Catálogo Oficial da Exposição Vitivinícola e Industrial de São Paulo em Jundiaí, 1953).

A imigração italiana, juntamente com a introdução das espécies de uvas americanas que se adaptaram perfeitamente ao clima local, se constituíram no binômio de relevância fundamental para o desenvolvimento da cultura da uva do município em escala comercial. A proximidade com a cidade de São Paulo e a facilidade de deslocamento através da ferrovia favoreceu a comercialização da produção. A mutação natural da Niagara Branca para a Niagara Rosada foi, também, um marco considerável para a viticultura jundiaieense, representando nos dias atuais cerca de 95% dos vinhedos da região.

Dos bairros que se consolidaram como produtores de uva em escala comercial no início do século XX, podemos destacar o Traviú, Colônia, Caxambú, Toca, Roseira, Engordadouro e Currupeira. A viticultura praticada no Núcleo Colonial Barão de Jundiaí, atual bairro Colônia, acabou por recuar durante o primeiro quartel do século XX para os bairros vizinhos. Posteriormente, a viticultura comercial desenvolveu-se na região dos bairros Jundiaí-Mirim, Fernandes, Medeiros, Rio Acima, Bairro do Poste, Bom Jardim e Santa Clara. O bairro Vila Progresso, que nos dias atuais é um bairro residencial, chegou a ter um dos maiores parreirais do município entre as décadas de 1920 e 1940. A Niagara, a Seibel-2 e a Isabel foram as variedades predominantes na viticultura jundiaieense durante a primeira metade do século XX destacando-se, a partir da década de 1930, a Niagara Rosada (Tabela 4).

Devido às próprias dimensões de nosso trabalho, não pudemos acompanhar de perto a evolução de cada bairro. Escolhemos para nossas observações de campo as regiões do Traviú e Caxambú, que não somente apresentam pioneirismo na viticultura

comercial como também preservam as tradições histórico-culturais que fazem parte da sua origem. Essas regiões têm passado por diversas transformações em sua área viticultora de grande relevância para os nossos estudos.

Tabela 4. Evolução do Cultivo da Vinha no Município de Jundiaí na Primeira Metade do Século XX

ANO	NÚMERO DE PÉS
1903-1904	400.000
1928	885.000
1939	2.800.000
1949	8.500.000

fonte: MATTOS (1958, p. 60).

3.3.1. A imigração Italiana

Durante o século XIX, foram realizadas várias tentativas para a introdução do trabalho imigrante em solo brasileiro. Uma dessas experiências foi a do senador paulista Nicolau Pereira de Campos Vergueiro que, por volta de 1846, trouxe imigrantes alemães e suíços para trabalhar na fazenda Ibicaba, no atual município de Limeira, interior de São Paulo. A experiência não teve o êxito esperado, ocorrendo muitas divergências que resultaram numa revolta no ano de 1856. Outra tentativa fracassada foi a utilização dos coolies (trabalhadores chineses e indianos).

Em sua obra *Os Colonos do Vinho*, Tavares dos Santos (1978) atenta-se ao fato de que a atitude pró-imigração não almejava apenas suprir o déficit de mão-de-obra, mas buscava a renovação das práticas de trabalho, realizadas por braços livres e brancos, o que nos revela uma ideologia de europeização e “branqueamento” da sociedade brasileira.

Segundo Beiguelman (1982), as lavouras que se desenvolviam no interior paulista após 1871 tendiam a se organizar na base do trabalho imigrante. Nesse mesmo ano dois acontecimentos marcantes são assinalados. O primeiro foi a assinatura da Lei do Ventre Livre, que livrava da escravidão os filhos de escravos nascidos a partir de então. O

outro, foi a lei provincial de 30 de março de 1871 que garantia aos fazendeiros recursos para custear as passagens dos imigrantes.

A elite política paulista estava diretamente relacionada com os interesses dos grandes fazendeiros de café. Segundo Cenni (1958), por volta de 1878, Antônio de Queiroz Telles, o Conde de Parnaíba, presidente da Província de São Paulo entre julho de 1886 e novembro de 1887, percorreu vários países com o intuito de procurar a melhor mão-de-obra para trabalhar na lavoura cafeeira, encontrando na Itália a opção mais conveniente.

Durante grande parte do século XIX, a Itália viveu um doloroso processo de unificação, liderado por uma monarquia constitucional predominantemente burguesa que tinha como motivação os ideais da Renascença e as glórias da Antiguidade. Cenni (1958) destaca que, nessa época, cerca de 40% da população italiana acima de 19 anos se concentrava nas propriedades agrícolas. Em um ambiente de terras escassas e com uma situação de grande pobreza, a proletarização provocada pela introdução da máquina e a falta de identificação com o Regime emergente contribuíram para que milhares de famílias abandonassem sua terra natal rumo a um lugar desconhecido.

Para os fazendeiros, o trabalho familiar significava uma mão-de-obra suplementar barata, preenchida por mulheres e crianças (característica posteriormente encontrada nas primeiras fábricas paulistas). Para os colonos, o trabalho familiar intensivo foi fundamental para a acumulação de capital, pois desde o ano de 1850 vigorava a Lei de Terras, que transformava a terra em um objeto de negócio.

Em 1877 foram fundados os primeiros núcleos coloniais do estado de São Paulo, tendo como base as experiências da Região Sul do país e que tinham como objetivo o povoamento e o incremento da produção agrícola nos arredores da cidade de São Paulo (LANGENBUCH, 1971). Tavares dos Santos (1978, p. 17) entende que

[...] a colonização serviu como instrumento de propaganda no aliciamento de imigrantes para a lavoura cafeeira paulista, como indicam os freqüentes conflitos oriundos da insatisfação de imigrantes que se viam transportados para São Paulo quando, na realidade, desejavam dirigir-se para os núcleos coloniais das províncias sulinas.

Os primeiros imigrantes italianos que chegaram ao Brasil não encontraram as condições de trabalho esperadas. Muitos retornaram para a Itália com uma idéia negativa, o que inclusive gerou contestações por parte do governo italiano às imigrações para o Brasil.

Foi apenas no ano de 1886, com a criação da Sociedade Promotora da Imigração, na cidade de São Paulo, que a imigração italiana começou a se desenvolver em larga escala (BEIGUELMAN, 1982; CENNI, 1958) (Tabela 5).

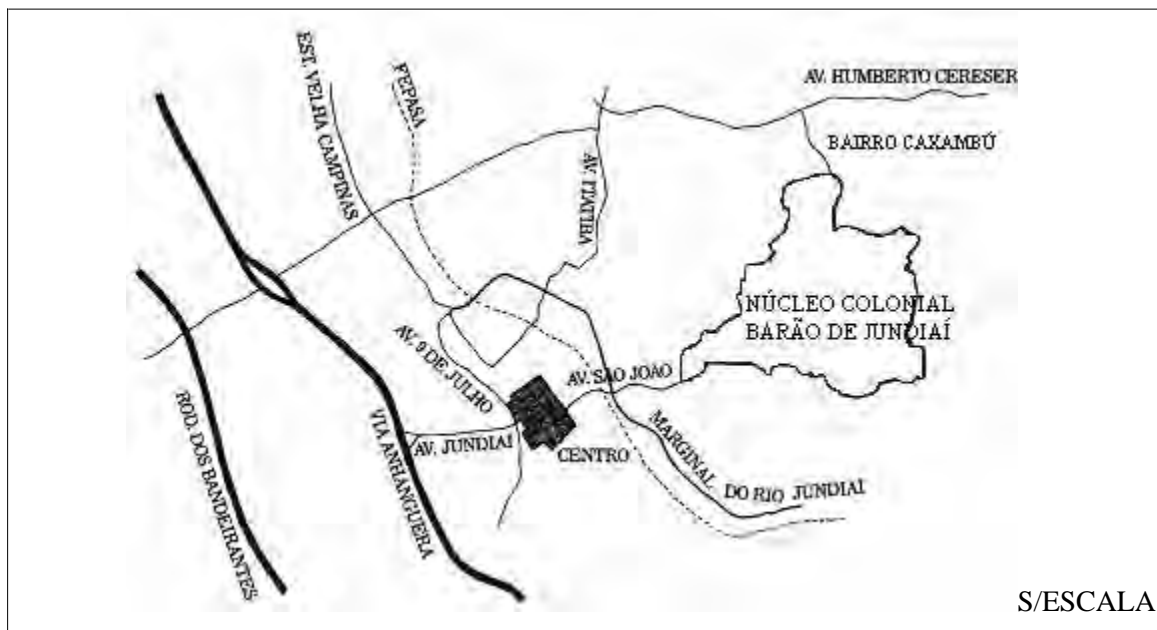
Tabela 5. Total de imigrantes em São Paulo no final do século XIX

ANO	TOTAL	ITALIANOS
1887	32.100	27.000
1888	92.086	80.749
1889	27.694	19.925
1890	38.291	20.991
1891	108.688	84.486
1892	42.061	-
1893	81.745	-
1894	48.497	-
1895	139.998	105.526
1896	99.010	-
1897	98.134	-

fonte: BEIGUELMAN (1982) baseado no Boletim do Departamento Estadual do Trabalho, ano IX, n°s 34 e 35 – 1° e 2° trimestres de 1920; Revista de Imigração e Colonização, ano I, n° 2, abril de 1940 e Boletim do Serviço de Imigração e Colonização, n° 3, março de 1941.

3.3.2. O Núcleo Colonial Barão de Jundiá

O Núcleo Colonial Barão de Jundiá foi instituído pelo governo Imperial e entrou em funcionamento no dia 24 de setembro de 1887. Era administrado pelo Governo Geral durante o Império, passando para o estado de São Paulo após a proclamação da República e obteve no ano de 1893 a sua emancipação (Figura 5).



Fonte: Fillipini & Pereira (1988).

Figura 5. Localização do Núcleo em relação ao centro de Jundiáí e o bairro Caxambú

A historiadora Elisabeth Filippini, em dissertação de mestrado, analisou de forma muito criteriosa o Núcleo Colonial Barão de Jundiáí, nos trazendo amplas informações. De acordo com a autora, “[...] os núcleos coloniais eram estabelecimentos agrícolas nos quais os imigrantes, que os preferissem como forma de fixação, encontravam terras de cultura que eram vendidas a diminuto preço pelo governo provincial” (FILIPPINI, 1990, p. 42-43).

Ao chegar da Europa, o imigrante, geralmente o chefe de família, comprava um lote e recebia um título provisório. O título definitivo era adquirido após o pagamento do lote e a residência de pelo menos um ano, atendendo a alguns requisitos como estrutura da terra roçada e plantada, tamanho da casa e conservação dos marcos.

Nos primeiros anos do Núcleo, até a sua emancipação em 1893, destacou-se a agricultura de subsistência. Após essa data, a agricultura de caráter comercial passou a ser desenvolvida (FILIPPINI, 1990).

A ferrovia se constituiu num dos pilares para o desenvolvimento singular do Núcleo Colonial Barão de Jundiáí. Através da ferrovia os imigrantes comercializavam seu excedente de produção, compravam os instrumentos necessários para o trato da

lavouira, adquiriam mudas e sementes. Na cidade, os próprios trabalhadores vendiam seus produtos, o que proporcionava um maior rendimento para as suas colheitas.

No tocante à produção [...] desenvolveu-se, a princípio, uma agricultura familiar, fulcro principal de suas atividades econômicas, sendo a comercialização das sobras (origens do comércio ambulante), um complemento destinado a melhorar o dia-a-dia do colono e de sua família (FILIPPINI, 1990, p. 57).

Muito provavelmente as variedades de uva que chegaram até o Núcleo foram trazidas através do transporte ferroviário. Alguns pesquisadores afirmam que as primeiras variedades vieram de outros bairros de Jundiá pioneiros na viticultura como o da Malota, primeiro bairro jundiáense a ter a variedade Isabel que predominou por muitos anos nas videiras do Núcleo.

A viticultura de caráter comercial no Núcleo Colonial Barão de Jundiá se desenvolveu ao final da primeira década do século XX. Juntamente com o bairro do Traviú, a região do Núcleo Colonial Barão de Jundiá, que corresponde não apenas ao atual bairro da Colônia, onde se localizava o Núcleo, como também os bairros do Caxambú, Toca e Roseira, foram os bairros onde a viticultura jundiáense se consolidou como uma das principais atividades econômicas do município.

Um fato muito interessante é de que apesar do pioneirismo do Núcleo Colonial, o atual bairro da Colônia não possui grandes parreirais ou produção expressiva de derivados da uva. Isso se deve a vários fatores. A própria organização das famílias do Núcleo foi um fator fundamental:

As grandes famílias podiam chegar, com o tempo, a reunir numa mesma casa, cerca de 15 a 20 pessoas ou mais. Nesse caso, era necessário que os filhos, auxiliados pelo pai, deixassem a casa paterna e se dirigissem para uma outra área contígua ou próxima ao Núcleo [...] Evidenciou-se uma reserva de população agrária que não podia expandir-se dentro do próprio Núcleo.

O Núcleo tinha um limite de expansão devido ao próprio sistema de obtenção dos lotes. Com o crescimento das famílias, havia a necessidade de se repartir o lote. Os

filhos nem sempre continuavam no trabalho da lavoura. Muitos começaram a trabalhar na cidade, nas primeiras indústrias como as tecelagens, olarias ou mesmo nas oficinas da Companhia Paulista. O próprio desenvolvimento urbano do município foi pressionando a região, descaracterizando o bairro de suas características rurais.

Além disso, não havia como expandir as culturas e o crescimento da viticultura exigia mais terras. Como os terrenos da região possuem grande declividade, começaram a ocorrer dificuldades para o trato do parreiral, pois as terras se desgastavam facilmente e os produtores que tinham condições de incrementar suas produções passaram a procurar terras fora do Núcleo, contribuindo para a colonização das terras de seu entorno. Alguns produtores inclusive modificavam a sua produção e passaram a cultivar gêneros mais tolerantes às especificidades do relevo.

Os imigrantes italianos se inseriram na economia jundiaense do início do século XX não apenas no agrocomércio, abastecendo o município com gêneros de primeira necessidade. Eles também trabalharam nas primeiras indústrias, nas oficinas da Companhia Paulista, em olarias e empresas vinícolas. Mais do que um simples depósito de mão-de-obra para as fazendas de café, a formação e o desenvolvimento do Núcleo Colonial Barão de Jundiá representam as várias transformações ocorridas na sociedade brasileira no final do século XIX.

A cooperação do trabalho familiar organizado em torno da figura do patriarca foi fundamental para acumulação de capital. As funções de cada membro da família eram bem definidas e os ganhos repartidos de acordo com as necessidades. Não se destacava o indivíduo. Todos os sacrifícios eram em detrimento da prosperidade da família.

Essa representação dos valores do mundo camponês, onde a família aparece como a unidade fundamental na organização do trabalho, reside até os dias atuais nos descendentes desses imigrantes. O abandono dessas tradições, em alguns casos, é um dos principais fatores para a desestruturação de muitas propriedades rurais do município.



Organizado por Júlio César Lázaro da Silva.

Fonte: Secretaria Municipal de Planejamento e Meio Ambiente de Jundiá.

Figura 6. Localização do bairro Colônia e vista aérea do bairro (2005)

3.3.3. O Núcleo Italiano do Bairro do Traviú

O povoamento do bairro do Traviú possui características muito particulares. Ao contrário do Núcleo Colonial Barão de Jundiáí, o Núcleo Italiano do Traviú não foi planejado, podendo ser classificado como um Núcleo de Colonização Espontânea.

As famílias que originaram o povoamento do bairro do Traviú chegaram da Itália no ano de 1883 para trabalharem nos cafezais da Fazenda Sete Quedas, localizada no atual município de Vinhedo. Segundo estudos do historiador Paulo Vicentini, em pesquisa ainda não publicada, essas famílias tinham em sua formação a cultura européia dividida entre a origem alemã e italiana, o que trouxe contornos muito especiais para o seu desenvolvimento. Desde que chegaram ao Brasil, esses imigrantes tinham como principal objetivo a independência econômica e política.

Ainda segundo Vicentini, todo o trabalho era feito em conjunto pelas famílias. Essa cooperação intrafamiliar foi fundamental para o crescimento do bairro. A manutenção da propriedade ocorreu através das uniões entre membros da mesma família. Dessa forma, as características étnicas como a língua e os ideais, assim como os objetivos comuns, foram mantidos.

Após alguns anos de trabalho, as famílias foram acumulando um excedente de capital, utilizado na compra de suas próprias terras. No ano de 1893, compraram a Fazenda Traviú, que pertencia ao Mosteiro São Bento. Quando as primeiras famílias começaram a trabalhar no Traviú, muitos ainda continuaram a trabalhar na Fazenda Sete Quedas para ajudar no pagamento das parcelas das novas terras. Inicialmente eram 3 glebas, correspondendo a 190 hectares. Produziam hortaliças, frutas, galinhas e ovos, comercializados na cidade de Jundiáí e em Campinas.

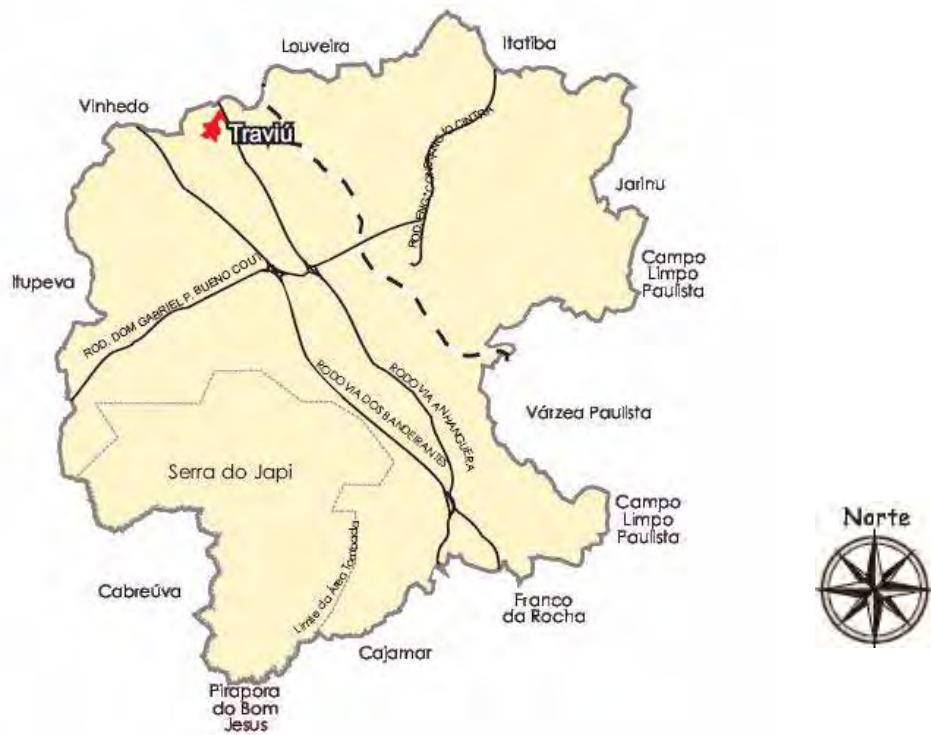
A produção de café no bairro perdurou por pouco mais de uma década. Ainda no século XIX, a uva era cultivada, a princípio, para o próprio consumo. Através do cultivo da variedade Isabel, utilizada para a fabricação do vinho, era produzido um rendimento complementar. No início do século XX foi introduzida a Niagara Branca, trazida da Fazenda Malota, variedade pela qual se obtinha bons rendimentos em São Paulo. Como já destacamos, foi no bairro do Traviú, na chácara de Antônio Carbonari, onde ocorreu a mutação somática da variedade Niagara Branca que originou a Niagara Rosada, cuja

produção consolidou Jundiá no mercado de uvas de mesa no estado de São Paulo, com repercussão nacional.

Em linhas gerais, as características étnicas aliadas com a possibilidade que esses imigrantes tiveram de comprar suas terras de forma diferenciada do sistema do colonato, trouxeram para o bairro do Traviú um desenvolvimento distinto. A própria localização do bairro, afastado dos grandes centros urbanos que se desenvolviam no início do século XX, mas ao mesmo tempo possuindo fácil acesso aos mercados de São Paulo e Campinas, também contribuiu para o seu crescimento econômico (Figura 7)

O aumento populacional do bairro do Traviú proporcionou o aparecimento de outros dois bairros com expressiva produção de uva, que são os bairros do Poste e Bom Jardim, circunvizinhos ao Traviú. A partir da década de 1970, muitos produtores do Traviú se deslocaram para outras localidades à procura de terras na tentativa expandir suas culturas e contribuíram para a constituição dos vinhedos de cidades como Itupeva, Louveira e Indaiatuba. Nos últimos anos, alguns produtores do bairro também se deslocaram para o município de São Miguel Arcanjo.

Na região do Traviú, os aspectos referentes à paisagem rural estão bem preservados, entre outros fatores, pela manutenção de algumas características étnicas que mantiveram o desenvolvimento do bairro centrado em poucas famílias. Essa mesma característica desfavorece o bairro, que carece de infra-estrutura para atender a uma maior quantidade de visitantes, possuindo uma grave deficiência no setor de serviços e dependendo excessivamente dos bairros centrais.



Organizado por Júlio César Lázaro da Silva.
 Fonte: Secretaria Municipal de Planejamento e Meio Ambiente de Jundiá.

Figura 7. Localização do bairro Traviú e vista área do bairro (2005)

3.3.4. A Presença Italiana nos Bairros Viticultores do Município de Jundiaí

Um dos aspectos marcantes dos pioneiros italianos foi a solidariedade. Conforme constatamos em entrevistas com produtores de uva e de vinho descendentes de italianos, as famílias italianas sempre se ajudavam, buscando compartilhar suas tradições e o seu modo de vida. Dificilmente uma família se encontrava isolada de seus compatriotas.

No Porto de Santos, os fazendeiros de café aguardavam os imigrantes e os direcionavam para as fazendas em diferentes regiões do estado de São Paulo. Em alguns casos, as famílias mantinham relações desde a viagem para o Brasil e mesmo no momento em que se separavam acabavam mantendo esse contato, como ocorreu com as famílias Maziero e Mingoti, residentes do Bairro Toca, circunvizinho ao bairro Caxambú, conforme nos descreveu em entrevista o Sr. Pedro Maziero:

Faz 120 anos que temos essas terras. Meu pai nasceu aqui, era o caçula da família, se tivesse vivo teria 100 anos. Meu avô veio da Itália. A primeira esposa do meu avô morreu no parto no navio, foi jogada ao mar. A criança foi salva. Chegaram e foram para Araras. Depois vieram para cá, o Mingoti trouxe eles. Italianos não sabem viver sozinhos. No mínimo tinha de ter umas 3 ou 4 famílias de italianos por perto, para se ajudarem. Os italianos são bem solidários. Os Mingoti e os Maziero vieram juntos no navio. Chegando em Santos cada um foi para um lado. Já tinha gente esperando, dos fazendeiros. Daí os vizinhos aí ajeitaram uns 2 mil metros de terra. Aqui é onde meus avôs fizeram sua casinha, as paredes pelo menos têm uns 100 anos, o resto já foi tudo trocado e reformado.

Os bairros do Jundiaí-Mirim, Caxambú, Toca e Roseira, localizados nas proximidades do bairro da Colônia, onde se desenvolveu o Núcleo Colonial Barão de Jundiaí, tiveram seu povoamento realizado não apenas pelo excedente populacional da área original do Núcleo, pois as famílias que atualmente se estabelecem nesses bairros têm origem muito diversa. Cometeríamos um equívoco se procurássemos analisar a formação desses bairros de forma a generalizar suas origens, que não possuem a mesma homogeneidade dos núcleos italianos da Colônia e do Traviú.

Além de integrantes do Núcleo Colonial, muitos imigrantes vieram da região de Campinas, Itatiba e de outras cidades do interior de São Paulo, a maioria proveniente de fazendas de café. Após acumular capital na atividade cafeeira, os imigrantes compravam suas terras numa região onde já havia outros imigrantes italianos instalados e prosperando.

No início do século XX ocorreu um descontentamento dos governantes com as experiências dos Núcleos Coloniais. O Estado procurou incentivar a ocupação de terras em regime de pequenas propriedades sem precisar responder pela administração das mesmas. Dessa forma, o Estado passou a lotear e vender terras (FILIPPINI, 1994).

Em 1914 foram vendidos os primeiros lotes das terras pertencentes à região do Currupira e Traviú. A maior parte dos loteamentos foi comprada por imigrantes italianos, mas também ocorreu a presença de brasileiros e outros imigrantes, como portugueses e japoneses. O desenvolvimento das variedades de uva da região ocorreu simultaneamente com o restante do município. Primeiro a Isabel, a Niagara Branca e, por fim, a Niagara Rosada. O bairro dos Fernandes, localizado na mesma região, também teve a contribuição dos italianos em sua formação.

Seguindo em direção ao município de Itatiba, encontramos a presença italiana na formação dos vinhedos dos bairros do Mato Dentro, Rio Acima e Champirra.

Os italianos também estiveram presentes na constituição dos vinhedos da área correspondente aos atuais bairros Medeiros, Santa Clara, Água Doce e Rio Abaixo.

3.4. A PRODUÇÃO DE VINHO

O município de Jundiá teve por muitas décadas sua produção de uva direcionada para as variedades utilizadas na fabricação de vinho. Os primeiros imigrantes, ainda no século XIX, já produziam o vinho caseiro para consumo próprio.

No século XX as cantinas foram se desenvolvendo, a princípio, para atender à população local. Na década de 1920, a produção de vinho começou a se tornar uma atividade lucrativa, proporcionando o crescimento econômico não apenas dos imigrantes que já estavam estabelecidos desde a formação do Núcleo Colonial, mas atraindo para o município imigrantes que já detinham capital para investir na produção

de vinho em escala industrial.

A Prefeitura Municipal, a partir da década de 1930, se interessou em promover o desenvolvimento técnico dos vinicultores e o aperfeiçoamento dos estabelecimentos vinícolas, através de projetos e iniciativas como as já mencionadas Estação Experimental de Fruticultura e Enologia no bairro Currupira e a Cooperativa Vinícola, no bairro Caxambú.

Apesar dos interesses dos governantes locais em desenvolver a indústria vinícola do município, a partir da década de 1950 os pequenos produtores começaram a enfrentar diversos obstáculos para a manutenção dos seus estabelecimentos. O depoimento do Sr. Pedro Nússio, antigo degustador e produtor de vinho da região, nos revela que a fiscalização federal dificultava o progresso dos vinicultores. O Sr. Nússio chegou a produzir, no final da década de 1940, cerca de 200.000 litros de vinho por ano.

Muitos produtores sobreviviam comercializando suas produções para os grandes estabelecimentos do próprio município. Os vinicultores que produzissem até 10.000 litros de vinho por ano poderiam trabalhar dessa forma. O registro necessário para produzir acima desse valor só era obtido se o produtor se adequasse a padrões rígidos de fiscalização. Até mesmo a pesagem dos caixotes vazios era realizada por fiscais federais.

O Sr. Nússio acredita que a própria Região Sul do país exercia pressão a fim de evitar o crescimento das empresas vinícolas de Jundiaí. Apesar das adversidades e do protecionismo que favorecia os vinicultores do Rio Grande do Sul, encontramos um grande número de cantinas registradas no município até a década de 60, além de muitos pequenos produtores que, apesar de não existirem documentos ou registros de suas propriedades, fizeram parte da história recente da economia jundiaiense e estão presentes, até os dias atuais, na memória dos moradores mais antigos e de seus familiares.

A partir do final da década de 1950, a produção de uvas para vinho começou a decrescer de forma acentuada. Os melhores rendimentos apresentados pelas variedades de mesa começaram a pressionar os produtores das variedades para a fabricação de vinho a modificar seus vinhedos. Muitas fábricas e cantinas fecharam ou diminuíram sua produção. A propriedade da terra no município começou a se tornar escassa e cara, e de acordo com a demanda e a área ocupada pelos estabelecimentos era mais viável

economicamente a transferência dos mesmos para a Região Sul, onde havia excedente de produção de uvas destinadas à fabricação do vinho e os custos de produção eram menores. Poucas empresas vinícolas restaram no município e, mesmo essas, passaram a utilizar uvas provenientes do Rio Grande do Sul.

No ano de 1955, havia 10.000.000 parreiras no município, sendo 6.000.000 pés de Niagara Rosada, 3.500.000 pés de Seibel-2, sendo o restante constituído principalmente pelas variedades Niagara Branca e Isabel. Durante as décadas de 1960 e 1970, ocorreu a modificação dos parreirais que conduziu à predominância de variedades de uva para mesa, enquanto as variedades destinadas para a vinificação foram mantidas por poucos produtores, utilizadas principalmente para a produção de vinho para familiares ou ainda para um comércio local especializado, realizado sob encomenda³.

No que tange à produção de vinho industrial, atualmente destacam-se as seguintes empresas: Viti -Vinícola Cereser S/A., Alberto Belesso C&A Ltda e Passarin Indústria e Comércio de Bebidas Ltda. Essas empresas compram o mosto sulfitado dos produtores da Região Sul do país, engarrafam e comercializam o vinho. Todas as empresas têm origem familiar e são administradas pelos descendentes de seus fundadores. O vinho produzido tem como principal mercado consumidor as camadas mais populares.

O município também concentra grandes empresas produtoras de vinagre, inseridas no mercado nacional e mesmo internacional, como a Vinagre Castelo Ltda, Antonio Borin S/A Indústria e Comércio de Bebidas e Conexos (Vinagre Toscano) e Palhinha Produtos Alimentícios Ltda (Vinagre Palhinha). Os grandes empreendimentos vinicultores e a indústria do vinagre no município de Jundiá merecem uma pesquisa mais aprofundada e específica, fugindo do escopo deste trabalho.

³ Não encontramos dados a respeito dessa modificação (variedades, número de pés plantados, área plantada) de forma adequada para a organização de tabelas e gráficos.

3.5. SITUAÇÃO ATUAL DA VITICULTURA DO MUNICÍPIO

Segundo a Prefeitura Municipal, Jundiá possui aproximadamente 27 mil hectares de área rural, sendo 3,5 mil hectares de culturas perenes e semi-perenes, 6,5 mil hectares de pastagens e 6 mil hectares de reflorestamento. Sua agricultura está fundamentada na exploração intensiva e semi-intensiva realizada em pequenas e médias propriedades, amplamente utilizadas para hortifrutigranjeiros. A cultura da uva representa aproximadamente 2 mil hectares.

Os últimos dados atualizados sobre a produção de uva do município de Jundiá são do ano de 1996⁴. De acordo com o cadastro LUPA (Levantamento de Unidades Agrícolas) do ano de 1996, realizadas pela CATI (Coordenadoria de Assistência Técnica Integral), o Engenheiro Agrônomo da Secretaria de Agricultura e Abastecimento Paulo G. M. Schrank notificou as estimativas mais aproximadas da estruturação das propriedades viticultoras:

Jundiá possui na área agrícola 900 propriedades que se dedicam ao cultivo de uva tendo uma área aproximada de 2.000 hectares cultivados. A média é de 5.000 pés por hectare, totalizando 10.000.000 de pés de uva plantadas e em produção 8.000.000 pés. A média de produção de uva por pé está em 2,5 Kg a 3,0 Kg/pé. Calcula-se que uma família de 5 pessoas cuida de 15.000 pés de uva, portanto temos uma base de 3.000 pés por pessoa. A produção baseada no ano de 1996 foi de 24.378,450 Kg de uva Niagara e de 3.140,250 Kg de uvas finas e outras (vinho). Existe muita diversificação quanto às áreas de produção dos sítios que produzam uva, sendo que a maioria está no parâmetro de 3 a 20 ha [...] muitas propriedades são tocadas por meeiros outras por famílias. Estima-se que mais de 15.000 pessoas se dediquem à produção de uva e também a outras atividades de entressafra. Com a expansão de propriedades de recreio na Macrozona Rural houve uma diminuição de área plantada principalmente nas chamadas uvas finas, tais como a Rubi, Itália e as uvas para a produção de vinho. Os pés plantados dessas três variedades estão estimados em 200.000 espalhados por vários bairros agrícolas (SCHRANK, 1996, p. 01).

Com base nos dados observados nos últimos anos, a Secretaria de Agricultura e

⁴ A Prefeitura Municipal iniciou um recenseamento agropecuário no 2º semestre de 2006, ainda sem data definida para a apresentação dos resultados.

Abastecimento estima que a produção média anual seja de aproximadamente 25 mil toneladas. Os principais mercados da uva de Jundiaí são os estados de São Paulo e Rio de Janeiro, e em menor proporção os estados do Paraná, Goiás, Bahia e a região de Belo Horizonte, no estado de Minas Gerais. Observando a Tabela 6, podemos comparar a produção da uva em relação às outras culturas perenes do município e constatar a sua predominância.

Tabela 6. Principais Culturas Perenes do Município de Jundiaí - 1996

CULTURA	ÁREA	ÍNDICE PERDA TERRA-TON/HA/ANO	PRODUÇÃO (TONELADAS)
Uva Niagara	1918,50	0,9	24.378,45
Laranja	189,20	0,9	4.888,00
Caqui	135,40	0,9	5.516,30
Ponkan	125,200	0,9	5.000,40
Pêssego	58,90	0,9	1.268,26
Banana	58,30	0,9	3.498,00
Uvas Finas	38,50	0,9	3.140,25
Maracujá	23,50	0,9	311,55

fonte: Casa da Agricultura de Jundiaí (1996).

A proporção de uvas finas (denominação para as variedades européias) no município é muito pequena. A grande umidade relativa do ar desfavorece seu cultivo e os gastos com pulverizações e insumos comprometem os rendimentos do produtor. O Instituto Agrônomo (IAC), órgão de pesquisa da Agência Paulista de Tecnologia, juntamente com a Estação Experimental de Agronomia de Jundiaí desenvolve pesquisas que buscam melhoramentos para produção não apenas de uvas finas como das uvas sem sementes. As uvas finas atingem melhores preços no mercado e, ao contrário da variedade Niagara Rosada, podem ser refrigeradas e conservadas por bastante tempo depois de colhidas.

Encontramos uma maior produção de uvas finas nos limites do bairro Bom Jardim com o município de Itupeva. Nessa região, ainda que não pertencente ao município de Jundiaí, há cerca de 30 mil pés divididos entre as variedades Itália e Rubi. No bairro Traviú observamos uma pequena produção de uvas finas, comercializadas sob encomenda e vendidas nos próprios sítios. Destacam-se as variedades Itália e Rubi, e em menor proporção algumas variedades híbridas selecionadas pelo Instituto

Agrônomo, como a Patrícia, Paulistinha, a IAC Juliana, entre outras, que não têm produção expressiva.

Atualmente, 7 bairros são considerados produtores de uva em escala comercial no município de Jundiaí: Caxambú, Roseira, Toca, Engordadouro, Currupira, Traviú, Poste e Bom Jardim. A viticultura também ocorre, em menor proporção, nos bairros Jundiaí-Mirim, Rio Acima, Mato-Dentro, Champirra, Rio Abaixo, Nova Era, Fernandes, Medeiros, Santo Antônio, Água Doce, Santa Clara, Terra Nova, Tijuco Preto e Castanho (esses dois últimos bairros contam com a presença de imigrantes de origem portuguesa). Muitas vezes há uma grande dificuldade para se delimitar com clareza os bairros produtores, já que muitos bairros menores acabam sendo incluídos como parte de bairros onde a viticultura tem maior expressão (Figura 8).

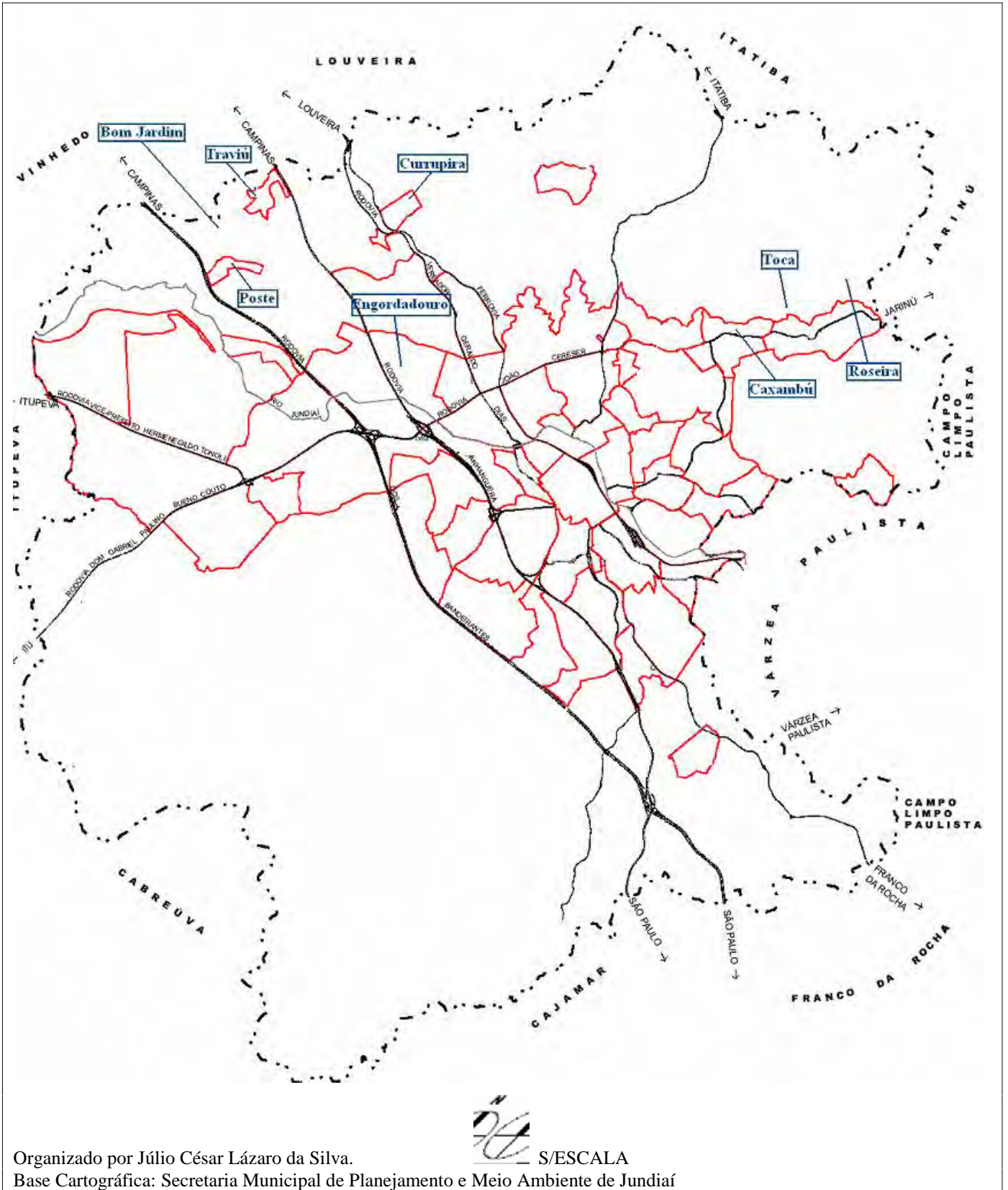


Figura 8. Divisão dos bairros de Jundiá com destaque para os principais bairros viticultores (2006)

Mesmo com esses números, há uma sensível queda da produção da Niagara Rosada em vários bairros viticultores. Muitos produtores estão eliminando seus pés de Niagara para se dedicar a outras culturas ou mesmo loteando suas propriedades. Essa situação não é recente, pois os dados da Tabela 7 nos mostram que a redução da área plantada tem sido verificada desde o final da década de 1970, a princípio em função de variações climáticas, como estiagens e chuvas de granizo. No ano de 1981 o aparecimento da doença fúngica conhecida como Declínio da Videira, que atingiu as áreas produtoras do Caxambu, Roseira, Toca, Jundiá-Mirim e Ivoturucaia provocou uma redução na produção desses bairros.

Entre os anos de 1983 e 1985 ocorreram estiagens prolongadas entre os meses de junho e agosto, que também contribuíram para safras mais baixas. Nos anos de 1984 e 1985 a tradicional Festa da Uva não ocorreu devido a essa queda de produção.

Tabela 7. Taxa de crescimento da área plantada com as principais culturas no município de Jundiá, 1950-1995 (em ha)

ÁREAS PLANTADAS (HA)	1950	1960	1970	1975	1980	1985	1995
Hortaliças	512	0	0	0	0	0	0
Arroz	225	63	21	44	103	41	20
Banana	74	64	71	23	25	18	0
Frutas com caroço	38	909	4	52	57	63	72
Tomate	1286	27	258	67	39	10	30
Cana- de- açúcar	71	152	56	13	20	316	0
Feijão	132	252	210	205	460	336	80
Uva	1282	0	2071	2567	2017	1873	1600
Citrus	8	60	130	59	86	74	108
Milho	2258	953	821	662	891	591	100

*abacate e pêssego

fonte: DAÉ Jundiá (2003) baseado no Censo Agropecuário do IBGE realizados no período em questão.

A uva Niagara não tem apresentado um bom preço no mercado, e os pequenos produtores acabam não obtendo retorno de seus investimentos, muitas vezes mal conseguem recuperar os gastos com os insumos empregados na cultura. A Tabela 8 apresenta os gastos relativos com despesa e a receita líquida do cultivo da Niagara no EDR (Escritório de Desenvolvimento Rural) de Campinas, a qual pertence o município de Jundiá.

Tabela 8. Estimativa de despesa e de distribuição do Resultado Líquido (RL) de uva de mesa Niagara, EDR de Campinas, estado de São Paulo, safra 1999/2000.

ITEM	R\$/HA	R\$/CX.6,0KG	R\$/KG	%
Operações de máquinas	609,40	0,24	0,04	9,9
Aubos e corretivos	1.421,60	0,57	0,09	23,0
Defensivos	665,76	0,27	0,04	10,8
Caixas	1.717,50	0,69	0,11	27,8
Forração	1.200,00	0,48	0,08	19,4
Outros materiais	92,29	0,04	0,01	1,5
Encargos financeiros ¹	249,65	0,10	0,02	4,0
Seguro ²	225,00	0,09	0,02	3,6
Despesa	6.181,20	2,48	0,41	100,0
Receita bruta ³	13.750,00	5,50	0,92	-
CESSR ⁴	302,50	0,12	0,02	-
Resultado líquido (RL) ⁵	7.266,30	2,90	0,48	-
Distribuição do RL				
Proprietário (50%)	3.633,15	1,45	0,24	-
Meeiro (50%)	3.633,15	1,45	0,24	-

¹Taxa de juros de 8,75% a.a. sobre 50% das despesas com mão-de-obra e materiais, durante o ciclo de produção.

²Cobertura de R\$ 1,00/pé; taxa de 4,5% a.a.

³Receita bruta de R\$ 5,50/cx. de 6,0kg.

⁴Contribuição social de 2,2% sobre a renda bruta de R\$ 5,50/caixa de 6,0kg.

⁵Resultado líquido (RL) = receita bruta -COT-CESSR.

fonte: GHILARDI & MAIA (2001) baseado nos dados da pesquisa e do Instituto de Economia Agrícola.

De acordo com dados de janeiro de 2003, o preço médio da caixa com 6,0 kg de uva Niagara comercializado na CEAGESP foi de R\$ 8,43. Considerando os custos com comissão (15%), contribuição social (2,2%), descarga (R\$ 0,20), frete (R\$ 0,30) e no caso das embalagens retornáveis, R\$ 1,00 por embalagem, o lucro líquido recebido pelo produtor foi de R\$ 5,48 por caixa (GHILARDI & MAIA, 2004).

Normalmente, a uva em Jundiaí é colhida nos meses de dezembro, janeiro e fevereiro. Esse período, conhecido como safra das águas, vem apresentando valores inconstantes em sua comercialização (Tabela 9). Em se tratando de uma cultura anual que exige muitos cuidados por parte dos agricultores, devemos considerar fatores que variam muito de um ano para outro, como o índice pluviométrico, temperatura média, insolação e eventuais chuvas de granizo. Todos esses fatores não podem ser controlados pelos produtores e acabam influenciando na qualidade e na quantidade da safra.

Tabela 9. Evolução dos preços médios correntes da uva Niagara comercializada na CEAGESP, safras 1995/1996 a 2002/2003

ITEM	1995/ 96	1996/ 97	1997/ 98	1998/99	1999/00	2000/01	2001/02	2002/03
Entressafra ¹	10,79	10,99	8,26	8,32	9,19	10,58	8,90	11,55
Safra das águas ²	6,18	5,05	4,04	5,55	6,20	6,17	4,56	7,74
Safras temporã e de inverno ³	6,37	5,87	7,05	6,56	6,20	6,96	8,12	9,57
Safra	6,41	5,30	4,68	5,93	6,33	6,72	5,79	8,71

¹Agosto a novembro.

²Dezembro a fevereiro.

³Março a julho.

fonte: GHILARDI & MAIA (2001) baseado nos dados básicos da CEAGESP (preços médios e quantidades mensais).

Alguns viticultores estão promovendo a poda dupla (safra temporã), ou seja, tentam garantir duas safras por ano. A segunda safra pode ser colhida entre os meses de março e junho, mas estudos revelaram que essa prática pode reduzir a vida útil do parreiral. Apesar de aumentar o fluxo de caixa e facilitar o custeio da atividade, no prazo de 10 anos são necessários novos investimentos para a renovação das quadras plantadas, enquanto que nas quadras onde é realizada apenas uma safra, esse prazo é de 15 anos (GHILARDI & MAIA, 2001).

Na região dos bairros do Jundiáí-Mirim, Caxambú, Toca e Roseira, muitos produtores estão abandonando o cultivo da Niagara, optando por culturas diferenciadas. Nessa região, encontramos um sério problema com loteamentos clandestinos. Em alguns casos, ocorre a divisão das terras após a morte dos proprietários e muitas famílias não se mantêm na lavoura. No bairro do Traviú, a situação não é muito diferente. Muitos produtores dessa região estão diminuindo a produção de Niagara e passando a diversificar sua produção com ponkã, pêssigo, caqui, lichia e até mesmo hortaliças.

4. ESTRUTURAÇÃO DO ARRANJO PRODUTIVO RURAL NA REGIÃO DO BAIRRO CAXAMBÚ

As dificuldades que a produção de vinho do município começou a enfrentar, principalmente a partir da década de 1960, fizeram com que a sua produção comercial se concentrasse apenas com os grandes produtores. Conforme discutimos no capítulo anterior, a produção de vinho artesanal foi mantida pela grande maioria dos pequenos viticultores, sobretudo, em função dos costumes dos descendentes de italianos em produzir o seu próprio vinho, com a comercialização do excedente realizada sob encomenda. Segundo os produtores entrevistados, muitas famílias fabricam cerca de 500 litros de vinho por ano, apenas para o consumo de seus parentes e amigos próximos.

Mas uma tendência que verificamos recentemente em Jundiá, principalmente na região do bairro Caxambú (Figura 7), é o incremento na produção do chamado vinho artesanal, produzido conforme as tradições das famílias italianas e sem a utilização de conservantes químicos. Entre as alternativas encontradas pelos produtores para complementar a renda familiar e suprir o déficit provocado pela redução da produção da uva Niagara está a comercialização do vinho e outros produtos artesanais, como vinagres, doces e sucos.

No início de nossos levantamentos, o que nos chamou a atenção foi a espontaneidade e a coletivização das ações que conduziram até a situação atual da produção do vinho artesanal. Os produtores envolvidos na Associação dos Produtores de Vinho Artesanal do Caxambú e Região foram unânimes em nos relatar que, a partir do início da década de 2000, começou a ocorrer um aumento na produção de vinho artesanal, que até esse período era produzido em maior quantidade apenas para atender às festas paroquiais realizadas nos bairros Colônia, Caxambú, Toca e Roseira.

Os veículos de comunicação como jornais, revistas e internet apontam o consumo de vinho como benéfico para a saúde, relacionando-o à longevidade, diminuição do estresse e à redução de problemas cardiovasculares além de associar o consumo de vinho à sofisticação e bom gosto. A valorização da cultura italiana e o resgate de tradições é outro fator importante, visto que aproximadamente 80% da população do município possui ascendência italiana.



Figura 9. Município de Jundiaí com destaque para o vetor norte e a Região do Caxambú

As relações informais constituíram a base para a organização dos produtores, que começaram a perceber o grande potencial que a produção de vinho artesanal

poderia obter de forma combinada às visitas às propriedades. Se considerarmos a competitividade como um processo contínuo de inovação, crescimento e agregação de valores às atividades, a estrutura fundiária existente na região do Caxambú, assim como a estruturação social de seus habitantes, nos permite afirmar que a busca por alternativas produtivas está fundamentada na cooperação, muito diferente da competitividade intra-firmas característica das empresas inscritas em circuitos superiores da economia.

Em Jundiá, não é o processo de inovação radical ou ainda a capacidade de interação com cadeias globais que está proporcionando uma maior inserção da produção de vinho artesanal no mercado local. Nos últimos anos, não ocorreu nenhum tipo de processo produtivo revolucionário, ou ainda transformações estruturais que resultaram na ruptura do sistema produtivo vigente, mas sim um conjunto formado por fatores competitivos tradicionais, principalmente relacionados aos recursos naturais e à capacidade de organização e difusão dessas formas de organização intrínsecas ao território em questão.

Compreendemos que a região do Caxambú está atravessando transformações produtivas que podem constituir um Arranjo Produtivo, pois essas transformações são decorrentes de processos sociais que conduzem às inovações, indiferente da dimensão técnica dessas inovações, sejam organizacionais ou produtivas, contemplando a reprodução social dos atores envolvidos. Por ser um processo histórico e dinâmico de transformação e recriação sócio-espacial, ocorreram diversas territorialidades que destacamos em uma linha do tempo (Esquema 1).



Esquema 1. Principais territorialidades relacionadas à viticultura de Jundiá

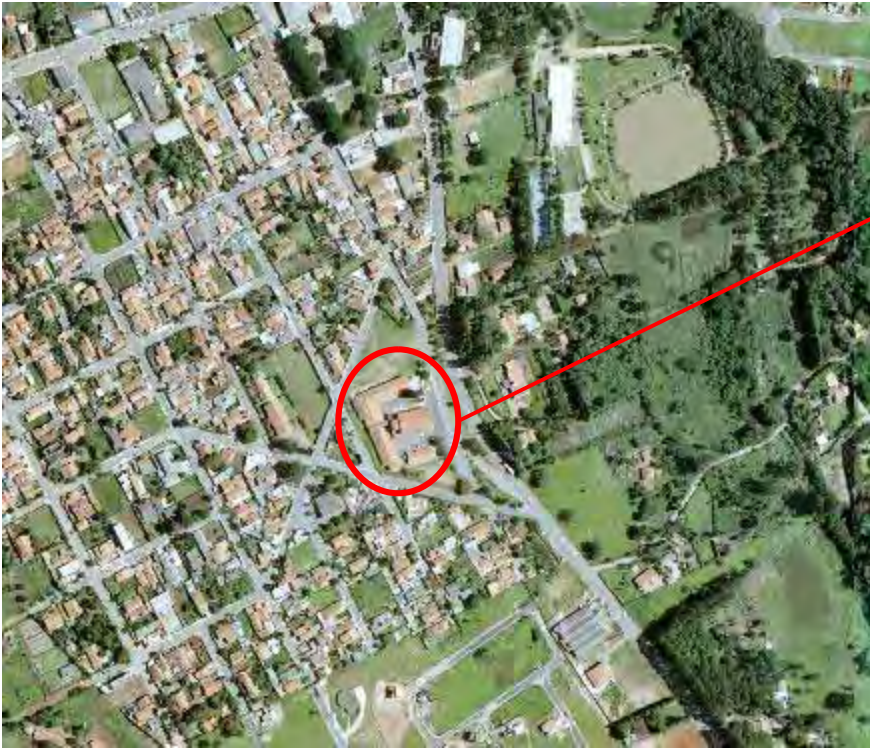
Um evento que pode ser considerado referencial para a retomada da produção do vinho artesanal em maior escala foi a idealização da Festa do Vinho, realizada no espaço físico da paróquia da Igreja do Bom Jesus, no Caxambú.

No o ano de 2000, o padre João Baptista Carvalho, então pároco da Igreja do Bom Jesus, iniciou uma série de reuniões com os produtores agrícolas, com o objetivo de discutir a revitalização da Festa do Padroeiro da Paróquia Bom Jesus, realizada no mês de agosto, tendo em vista que a Festa da Uva, realizada no mês de janeiro, estava atraindo muito mais visitantes, e havia um imenso potencial a ser explorado para a festa de agosto. A partir dessas conversas, optou-se por transformar a tradicional Festa do Padroeiro, compreendida por muitos como uma festa local e desinteressante, na Festa do Vinho, estimulando a comercialização do vinho artesanal vinculado com os nomes das famílias produtoras, como nos conta o padre João:

Quando cheguei na Paróquia do Caxambú em 1999 já tinha mais de 60 anos de Festa da Uva (realizada no mês de janeiro). Em agosto, veio a Festa do padroeiro da Paróquia, Bom Jesus. Comparando a festa de janeiro com a festa de agosto, vimos que tínhamos um grande potencial para chamar atenção da região como a Festa da Uva chamava, mas era preciso mudar a maneira de apresentar a festa, porque a Festa da Uva atingia toda a região e a Festa do Padroeiro era uma coisa mais comunitária e as pessoas da região viam a festa mais como uma quermesse. Conversando com os produtores de uva, falei que a festa estava muito pouco movimentada para o nosso potencial aqui. Por que não juntar os produtores de vinho e mudarmos a maneira de apresentar a festa da uva [...] vamos fazer o vinho, o produto da uva. Isso foi só a título de conversa nos primeiros dias. Fomos amadurecendo a idéia. Em 2000 surgiu a idéia e em 2001 realizamos a 1ª festa¹.

Em 2001 foi realizada a primeira festa, que contou com um número pequeno de produtores, mas conseguiu alcançar o resultado esperado, aumentando a procura pelo produto. A festa conta com a colaboração de moradores dos bairros Caxambú, Toca e Roseira, que dividem atribuições como a preparação das comidas típicas servidas na festa (frango, polenta, macarronada, entre outros) além das funções administrativas como a negociação dos preços dos insumos junto aos fornecedores e o atendimento aos visitantes.

¹ Quando entrevistamos o padre João Baptista, no ano início do ano de 2005, ele estava se desligando da paróquia.



1



2



3



4

1. Paróquia Bom Jesus.
2 e 3. Preparativos para a festa do vinho.
4. 73ª Festa do Vinho.

Organizado por Júlio César Lázaro da Silva.
Fonte: Ortofotos do DAE (2003).

Figura 10. Localização da Paróquia Bom Jesus e realização da Festa do Vinho

Com o aumento da propaganda e da exposição, os produtores necessitaram de uma maior organização, inclusive com relação à fiscalização desse vinho. A partir do ano de 2002, o SEBRAE ofereceu diversos cursos e palestras de capacitação rural para os produtores interessados, utilizando o salão de reuniões da paróquia. No mesmo ano, cogitou-se o projeto de uma cooperativa, a fim de reduzir os custos de produção e para se adequar às normas do Ministério da Agricultura. Foi realizada uma concessão até surgir um amparo definitivo para esse segmento.

A princípio, a criação de uma cooperativa não era viável, devido à situação econômica muito distinta de cada produtor e pela quantidade de vinho engarrafado necessária, além da exigência de um ponto central de engarrafamento e as dimensões específicas para a construção da cantina. Dessa forma, os produtores de vinho que estavam interessados em aprimorar as suas respectivas produções começaram a contar com um químico responsável pela análise dos produtos, com os custos divididos entre os produtores. Até então, muitos viticultores fabricavam vinho com receitas muitas vezes não apropriadas para a quantidade de vinho que se destinavam a produzir, o que acarretava em perdas relativas com insumos, principalmente com o açúcar.

No ano de 2003 foi criada a Associação dos Produtores de Vinho Artesanal do Caxambú e Região, no intuito de otimizar os custos com matéria-prima, transporte, adequação às normas de saúde e divulgação de seus produtos em nível local e nas feiras agrícolas da região. Os produtores associados definem metas, que variam de acordo com a capacidade de produção e a demanda, direcionando os produtores para abastecer feiras agrícolas e as tradicionais festas locais. Participam da Associação as adegas das seguintes famílias: Leoni, Marquesin, Sibinel, Vendramin, Boschini, Fontebasso, Galvão, Mingoti, Maziero e Negrini juntamente com a adega do Português, único produtor que não possui ascendência italiana. Outras famílias produzem vinho em escala comercial, mas não participam da associação, como por exemplo a adega da família Brunholi, que possui uma produção acima de 30.000 litros de vinho por ano².

A produção gira em torno de 2000 a 30000 litros anuais, de acordo com cada produtor. Além da comercialização do vinho nas adegas e durante as festas realizadas nas paróquias locais, os produtores expõem seus produtos em feiras agrícolas de outros municípios, como Atibaia, Louveira, Itupeva, Indaiatuba e Itatiba.

² Existem aproximadamente 30 adegas produzindo vinho em escala comercial na região, acima de 2.000 litros por ano.

A quantidade de uvas necessárias para a fabricação de vinho no município não é suficiente e demanda a compra de uvas de áreas produtoras da Região Sul. A família Maziero afirma que possui uma pequena quantidade de terra na Região Sul para garantir sua produção em caso de algum evento climático que desfavoreça a sua produção, ou ainda problemas com outros fornecedores, como nos relatou Pedro Maziero:

Eu tenho inclusive uma pequena plantação no Sul. Não queria contar isso daí... Mas tenho uma parceria lá. Vai de eu perder toda a minha uva como aconteceu com meus morangos, como eu vou fazer o vinho para o outro ano? Se eu deixar minha freguesia um ano sem vinho, eu vou perder minha freguesia. Não posso deixar meu vasilhame vazio. Temos de prevenir e não remediar. Metade é minha e metade da pessoa [...].

A partir do ano de 2005, alguns produtores começaram a buscar variedades apropriadas para a produção de vinho, que se adaptam às condições climáticas do município, tendo em vista que entre as décadas de 1930 e 1960, o município deteve grande produção de uvas para vinho. Essa produção apresenta suporte técnico do IAC, que possui mudas e enxertos em fase de testes, que se fundamentam nas variedades destinadas para a produção de uva que foram produzidas no município até a década de 1960. As principais variedades utilizadas atualmente são: Bordeaux, Seibel 2 (Curbina) e Isabel. Em menor proporção, são utilizadas a IAC Maximo 138-22 e variedades Moscatel.

No início de 2007, uma denúncia anônima realizada diretamente ao Governo Federal desestruturou os planos da associação, trazendo uma nova problemática para os pequenos viticultores. De acordo com os produtores, foi relatado que as adegas de Jundiaí estavam comercializando o seu vinho de maneira arbitrária, prejudicando os viticultores que atuam em escala industrial e que possuem maior carga tributária. A concessão para a fabricação do vinho artesanal perdeu a sua validade, e os produtores terão de constituir uma cooperativa para continuar a produzir o seu vinho ou então fechar os seus estabelecimentos.

Os produtores reclamam da falta de apoio dos políticos da região, apesar de que o município não conseguiu eleger nas últimas eleições deputados estaduais e federais

que representem seus moradores, sendo que os próprios munícipes acabaram por votar, em sua maioria, em candidatos não pertencentes à região. Apesar disso, até o ano de 2006 o município tinha esses representantes nas esferas estadual e federal e as necessidades dos pequenos agricultores sempre estiveram colocadas em um patamar inferior aos interesses do capital industrial, na forma de lobbys para atrair empresas para a região.

Os produtores também argumentam que no Sul existem leis que beneficiam as pequenas adegas, criando incentivos para a construção de cantinas e para a comercialização do vinho nas próprias propriedades, a fim de promover o aumento das visitas e constituir vias gastronômicas.

Apesar dos entraves legais, os produtores não pretendem abandonar a produção do vinho e já estão se preparando para realizar as modificações necessárias para viabilizar a formação da cooperativa. O ponto escolhido para a centralização da produção é a adega da família Maziero, que está mais adequada às normas federais quanto ao espaço físico para armazenagem e embalagem, e mesmo para a recepção dos visitantes. Os produtores irão fabricar o vinho nas suas respectivas adegas e o engarrafamento será realizado na cooperativa, que também irá comercializar esse vinho.

Com relação à venda nas próprias adegas, os produtores ainda estão decidindo de que maneira eles poderão continuar a comercializar a sua produção em suas propriedades. Uma das proposições é a realização de um circuito de visitas nas adegas integradas à cooperativa, principalmente no caso dos visitantes provenientes da região da Grande São Paulo. Outra proposta é manter uma produção pequena nas propriedades, apenas para atender aos consumidores tradicionais, ou ainda a produção sob encomenda³.

A participação relativa da comercialização do vinho na renda familiar e as atividades mais relevantes para a sua constituição variam bastante de acordo com a família. Constatamos que 4 famílias (Sibinel, Negrini, Marquesin e Mingoti) consideram a produção do vinho artesanal como um complemento da renda da família, equivalendo entre 10 a 15% da renda total. Suas produções também são menos expressivas, girando em torno de 2.000 a 3.000 litros de vinho por ano.

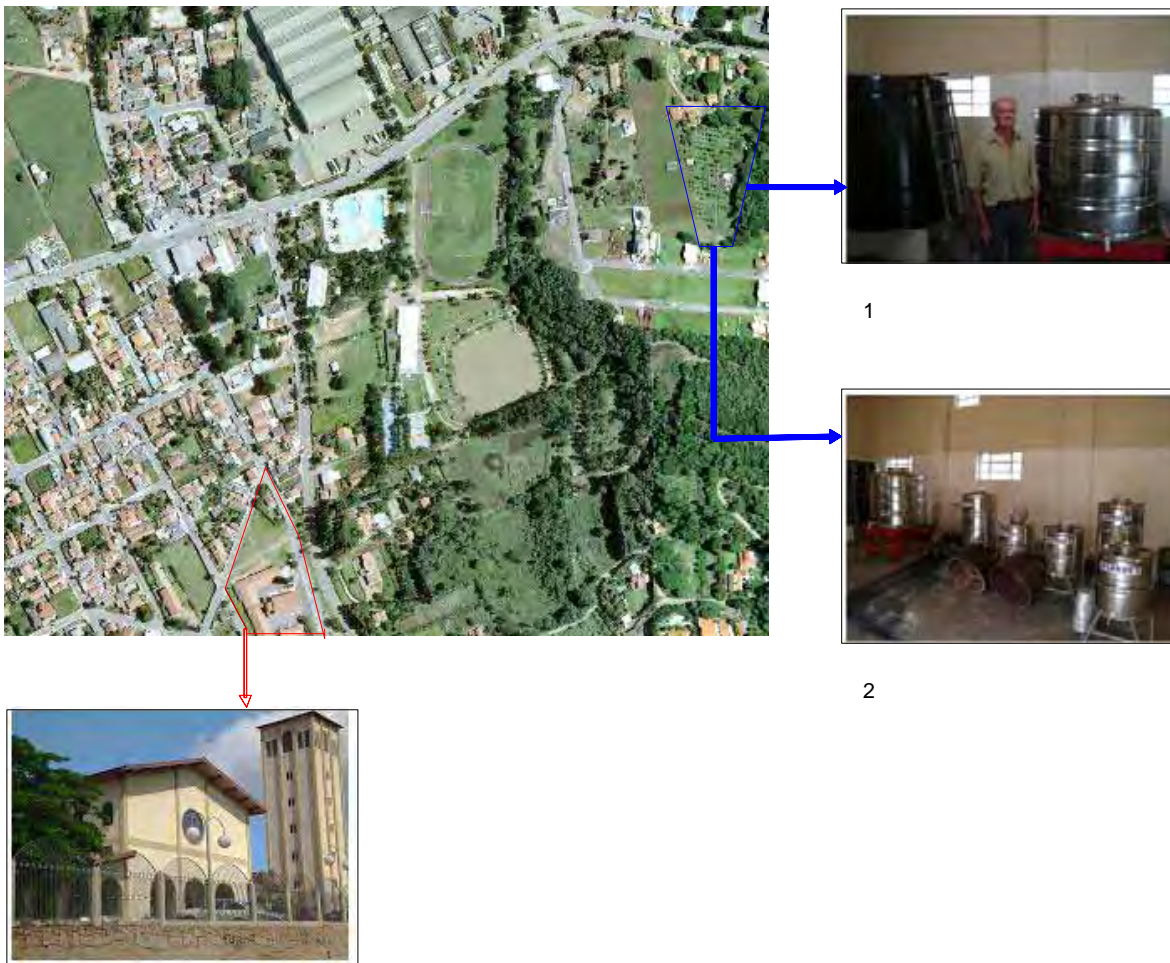
³ Até o mês de julho de 2007, quando terminamos nossos estudos de campo, os produtores estavam se reunindo para acertar os últimos detalhes e estabelecer o estatuto da cooperativa.

A família Sibinel aponta que a maior fonte de renda relativa da família é o aluguel do caminhão, realizado por um dos filhos do proprietário Raphael Sibinel, ou seja, a atividade mais importante para a família provém de uma ocupação não-agrícola.

As famílias Negrini, Marquesin e Míngoti possuem na produção agrícola, ainda que diversificada, a principal atividade formadora da renda familiar. As quatro famílias consideram um risco muito grande aumentar suas produções de vinho, mas não têm em vista abandoná-la, acreditando que juntos, pequenos e médios produtores podem fazer com que a região ganhe força para resistir às flutuações dos preços dos produtos agrícolas e ao mesmo tempo colaborar para manter o interesse dos mais novos em se manter no campo.

O depoimento de Raphael Sibinel sobre suas motivações para se manter no cultivo da terra ou ainda de se integrar à cooperativa corrobora com nossas apreciações a respeito do campesinato, no que tange à conscientização coletiva e às formas típicas de organização das famílias rurais, onde são reafirmados os valores da família, do parentesco e de vizinhança:

Eu não vou largar minha a produção, senão vai acontecer igual lá na Roseira, o pessoal vende as terras, e depois fica sem nada, o dinheiro vai embora rápido e a gente não consegue fazer qualquer outra coisa. Tudo que a gente tem é a nossa terra [...] o negócio da cooperativa, pra mim, eu não sei, acho que não vou ganhar muita coisa, mas eu sei que eu não vou perder nada. A cooperativa precisa de no mínimo 20 participantes, então eu vou ajudar o pessoal, não vou deixar de ajudar.



3

1. Raphael Sibinel
2. Adega Sibinel
3. Paróquia Bom Jesus

Organizado por Júlio César Lázaro da Silva.
 Fonte: Ortofotos do DAE (2003).

Figura 11. Localização da Adega Sibinel

As famílias Leoni, Vendramin, Boschini, Maziero possuem uma produção mais expressiva, entre 20.000 e 30.000 litros anuais. Para todas essas famílias a produção agrícola ainda representa a maior fonte de renda. No caso da família Vendramin, apesar dos valores brutos da comercialização do vinho serem bem superiores aos das famílias Sibinel, Marquesin, Negrini e Mingoti, a participação relativa na renda familiar é de aproximadamente 20%, devido à grande diversificação das atividades. As famílias Galvão e Fontebasso também possuem no vinho artesanal uma atividade que representa cerca de 20% na formação da renda familiar.

Já as adegas das famílias Maziero, Leoni e do “Português” possuem na produção de vinho uma participação relativa entre 35 a 50% na formação da renda familiar. Suas adegas possuem os maiores espaços físicos e, ao mesmo tempo, melhor estruturação para a recepção dos visitantes e comercialização do vinho.

Apesar de não haver uma liderança local declarada, constatamos que as famílias Maziero e Vendramin exerceram e continuam a exercer grande influência no direcionamento das estratégias produtivas, servindo como referência para outros produtores. Essas duas famílias foram as primeiras a assumirem os riscos de aumentar suas produções de vinho e investir em melhorias estruturais de suas adegas (Figuras 12 e 13).

Após a realização da 1ª Festa do Vinho, quando aumentou a procura pelo vinho artesanal na região, as famílias interessadas em incrementar suas produções os procuraram para aprender um pouco mais sobre como administrar uma produção de vinho em maior escala, quais são as estratégias utilizadas para negociar os preços de insumos, comercialização, etc. Essa troca de conhecimento é determinante para a construção de um ambiente favorável para o desenvolvimento de um Arranjo Produtivo, estreitando as relações entre os agentes locais e fortalecendo os laços de confiança.



1. Adegas Vendramin
2. Propriedade da Família Vendramin, com destaque para os vinhedos
3. Cacho da uva Niagara Rosada

Organizado por Júlio César Lázaro da Silva.
 Fonte: Ortofotos do DAE (2003).

Figura 12. Localização da Adegas Vendramin e propriedade da família



1. Pedro Maziero
2. Armazenamento do vinho.
3. Sala de degustação
4. Sanitários destinados aos visitantes

Organizado por Júlio César Lázaro da Silva.
 Fonte: Ortofotos do DAE (2003).

Figura 13. Localização da Adegas Maziero e estrutura do empreendimento

Devemos destacar que a produção de vinho artesanal está inserida nos circuitos inferiores da economia, sendo que a sua comercialização, realizada principalmente nas adegas, representa um fragmento de um passado que coexiste com as transformações produtivas e culturais decorrentes da urbanização e padronização das relações sociais.

O mercado consumidor do vinho artesanal é constituído pelo município e as cidades vizinhas. Muitas pessoas se deslocam da cidade de São Paulo para Jundiaí nos finais de semana, almoçam nos restaurantes que servem comidas típicas italianas e aproveitam para degustar o vinho artesanal.

Diante dessa realidade, o aumento da comercialização do vinho artesanal está relacionado com o turismo. A organização dos produtores buscando incrementar seus rendimentos assim como os incentivos para atrair turistas para os bairros rurais nos fazem refletir sobre as perspectivas dessa modalidade para esses bairros, com base no seu processo de ocupação e interação com o meio urbano, já que poucos são os bairros viticultores que se mantêm distantes dos elementos urbanos.

O turismo, se compreendido como uma forma de utilização do tempo livre e de uma modalidade de lazer, corresponde a uma possibilidade para que as sociedades pós-modernas alcancem a subjetividade e a expressão não encontrados no cotidiano dos centros urbanos, pois seu contexto psicológico e social favorece a experimentação de produtos e produções culturais (ALMEIDA, 2003). No ambiente rural, essas características são acentuadas, devido a sua aparente posição de imobilidade em relação à passagem do tempo, delineada nas paisagens naturais, nas construções arquitetônicas, na continuidade de hábitos muito distintos daqueles praticados no meio urbano e na presença de aspectos simbólicos, devido a maior intensidade nas relações inter-pessoais.

Para Rodrigues (2001, p. 62), o turismo rural “estaria correlacionado às atividades agrárias, passadas e presentes, que conferem à paisagem sua fisionomia nitidamente rural”. As pessoas procuram nessa modalidade de turismo as características referentes à vida no campo, a tranquilidade e o bucolismo não encontrados no ambiente urbano agitado e degradado em que vivem.

Sob a perspectiva das localidades envolvidas, podemos utilizar a definição da ABRATTUR (Associação Brasileira de Turismo), que define o turismo rural como “o conjunto de atividades desenvolvidas no meio rural, comprometido com a produção agropecuária, agregando valor a produtos e serviços, resgatando e promovendo o

patrimônio cultural e natural da comunidade” (ABRATTUR, 1999 apud ZUANAZZI, 2003, p. 1).

Não obstante a essas definições, podemos definir alguns aspectos relacionados à demarcação dos limites entre o turismo rural e as visitas que ocorrem nos bairros rurais no município de Jundiá. Procuramos não denominar esse fenômeno de turismo rural, pois ainda não está desenvolvido nenhum tipo de hospedagem nas localidades, e os visitantes que procuram a região se deslocam de suas cidades e retornam no mesmo dia, o que determina uma modalidade de excursionismo, pois não ocorre pernoite (RODRIGUES, 2001). A Prefeitura Municipal e as instituições que fomentam o desenvolvimento do turismo na região classificam essa situação de turismo rural, por ser uma definição amplamente operacional⁴.

Desse modo, entendemos que os bairros do Caxambú, Toca e Roseira, pela atual configuração de suas propriedades e visitas, se encontram numa situação de agrocomércio, pautado na venda de produtos artesanais e tendo no vinho o principal produto comercializado. Os produtores que estão interessados em participar de um circuito de visitas estão sendo amparados pelo SEBRAE e pelo SAI (Sistema Agroindustrial Integrado) com o seu projeto OCA (Organização Comunitária para o Agronegócio⁵).

A região do bairro Caxambú possui uma grande potencialidade para o Turismo Rural e para o Turismo Histórico-Cultural, devido à natureza de seu processo de formação, diretamente relacionado à imigração italiana (Figuras 14 e 15).

⁴ Em uma contextualização ampla, as visitas que ocorrem integradas a vários municípios, onde Jundiá estaria entre as localidades visitadas e os turistas se hospedam em outra localidade, podem ser classificadas como turismo rural. No entanto, ainda não existem dados que comprovem a significância desta modalidade.

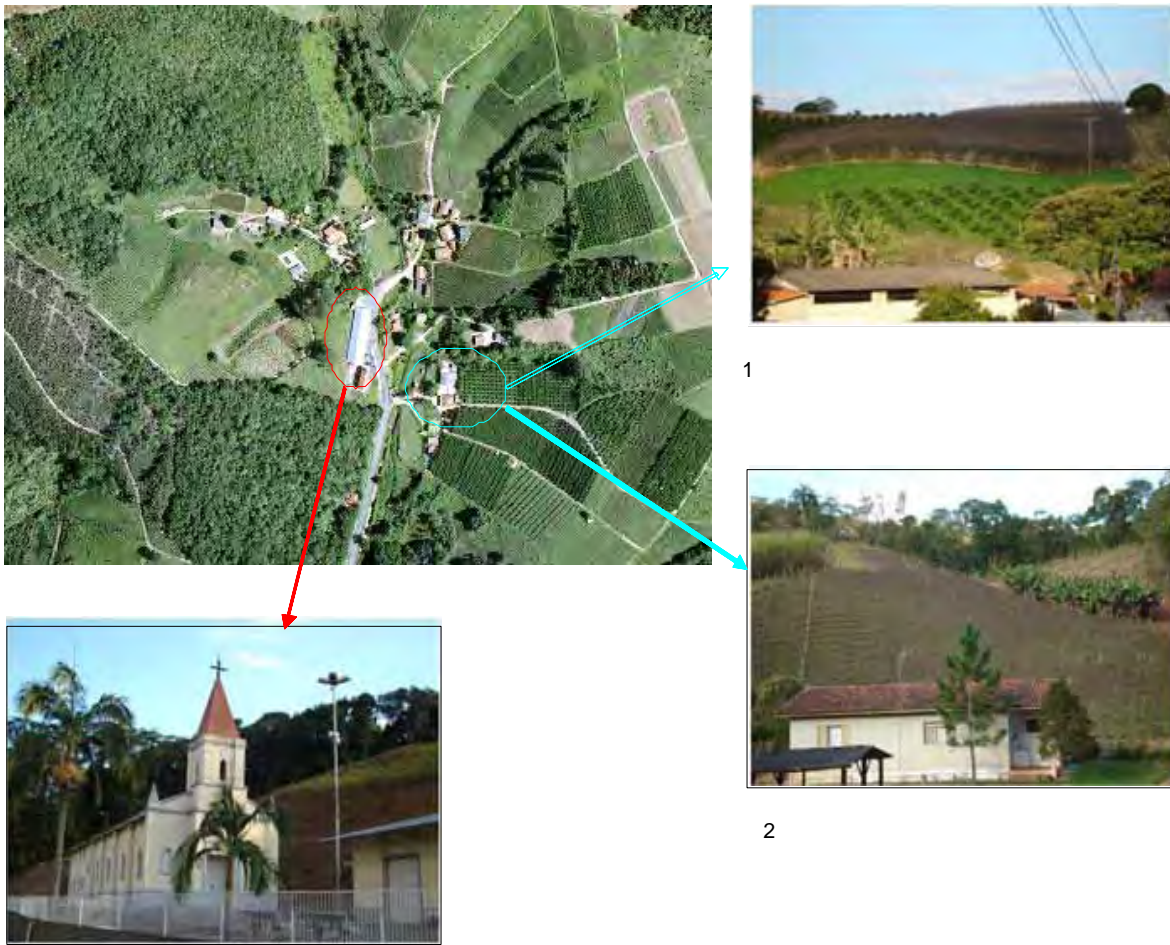
⁵ Neste caso, o termo agronegócio também é utilizado para se referir ao fomento de atividades artesanais.



1. Placa indicando a localização de área protegida contra ocupação irregular
2. Pecuária bovina
3. Vinhedos em fase de maturação

Organizado por Júlio César Lázaro da Silva.
 Fonte: Ortofotos do DAE (2003).

Figura 14. Uso e ocupação do bairro Roseira



3

1. Irrigação de vinhedos
2. Vinhedo em área de declividade
3. Paróquia do bairro Toca

Organizado por Júlio César Lázaro da Silva.
 Fonte: Ortofotos do DAE (2003).

Figura 15. Uso e ocupação do bairro Toca

Na região do Caxambú encontramos uma infra-estrutura com um bom nível de organização, em condições de atender a um grande número de visitantes e experiências bem sucedidas, como a realização de festas nas Paróquias dos bairros. Os bairros Toca e Roseira são bairros tipicamente rurais e as melhorias estruturais se definem pelas iniciativas dos produtores que investem em seus sítios e nas suas cantinas, a fim de melhorar as acomodações para os visitantes.

Um dos grandes problemas encontrados nessa região e que pode afetar o desenvolvimento do turismo é a crescente urbanização sem o planejamento adequado, acompanhado pela especulação imobiliária. Os pequenos viticultores que não conseguem obter bons rendimentos com a uva acabam arrendando suas terras. Esse fato também é observado quando ocorre a partilha das terras por herdeiros que não querem continuar no meio rural. O Plano Diretor do município destaca que a área do Caxambú deve ter um crescimento populacional limitado e prevê penalizações para as ocupações irregulares:

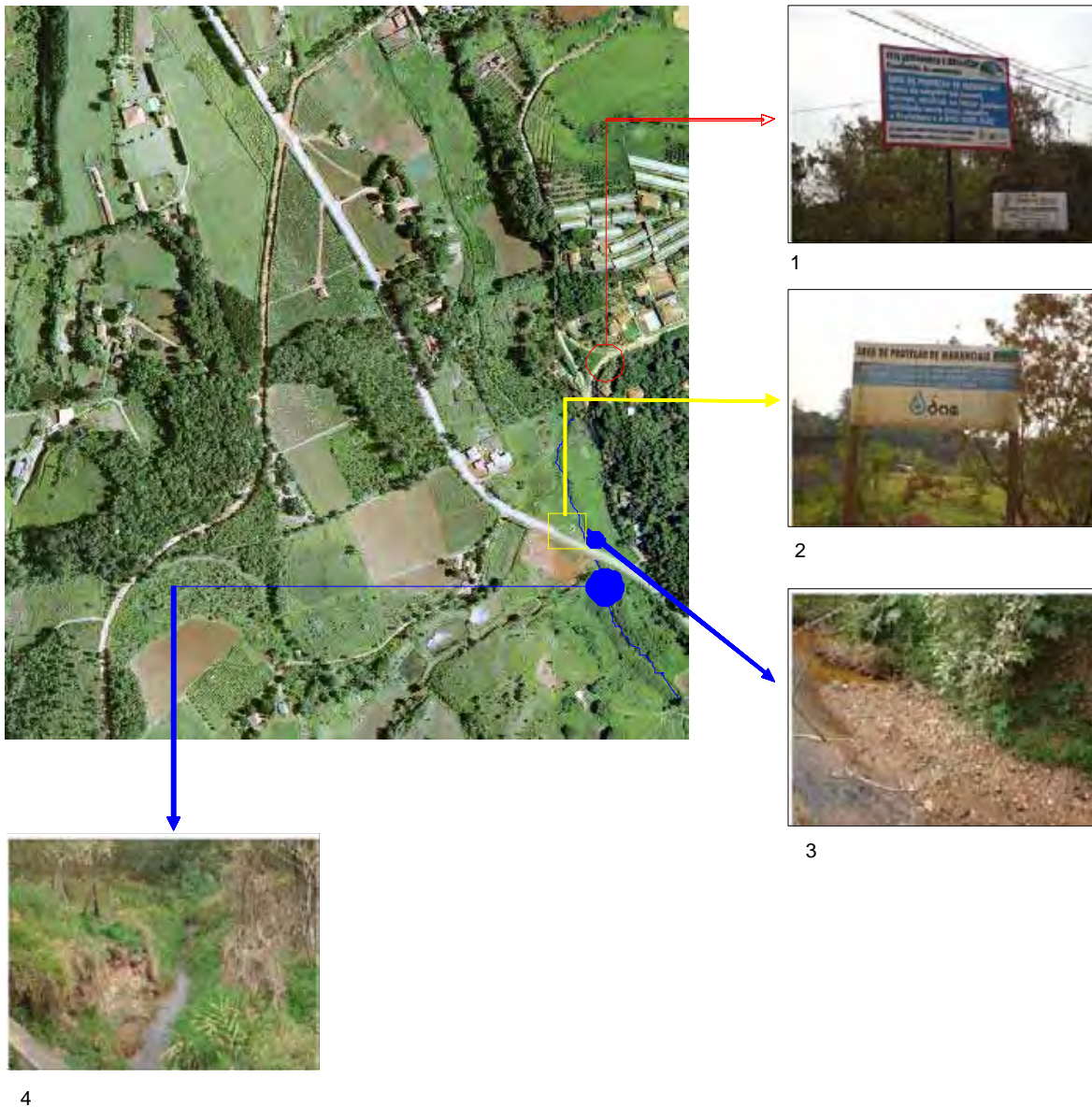
Subseção II

Do Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo

Art. 45. São diretrizes para o parcelamento, uso e ocupação do solo de Jundiaí:

II - limitar a expansão urbana a norte e nordeste do Município, onde se localizam a bacia do Rio Jundiaí-Mirim, principal manancial de abastecimento da cidade, e a Zona Rural, devendo a ocupação nessas áreas se guiar por critérios de baixa densidade e mínimo impacto ambiental; (PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ-SP, 2004, p. 24).

Os loteamentos estão modificando a paisagem rural, trazendo elementos negativos para o bairro, como poluição fluvial e atmosférica, desmatamento de áreas de vegetação nativa e aumento da exclusão social. Os problemas ambientais também estão presentes, destacando-se a poluição de córregos e lençóis d'água pelo uso excessivo de defensivos agrícolas. Podemos observar algumas dessas modificações na paisagem da região na Figura 16.



1. Placa indicando a localização de área protegida contra a ocupação irregular e que já está sofrendo especulação
2. Placa indicando a localização de área protegida contra a ocupação irregular
3. Córrego em processo de assoreamento
4. Córrego em processo de desbarrancamento em sua margem esquerda

Organizado por Júlio César Lázaro da Silva.
 Fonte: Ortofotos do DAE (2003).

Figura 16. Área do bairro Caxambú onde ocorre especulação imobiliária e problemas ambientais

A especulação imobiliária na região também proporciona o crescimento dos sítios de lazer, que são domicílios de uso ocasional. Essa categoria é limitada a grupos sociais provenientes do meio urbano que buscam oportunidades no espaço rural, alugando suas propriedades para eventos diversos, ou mesmo para descanso nos finais de semana, férias e feriados. É muito comum nas abordagens sobre o neo-rural encontrarmos menções aos sítios de lazer como sendo uma das práticas mais favoráveis à preservação dos recursos naturais no campo. Contudo, suas ações, em geral, são orientadas por estratégias individuais e não coletivas. Não nos colocamos em uma posição contrária à diversificação das atividades produtivas no meio rural, mas entendemos que tais atividades sejam realizadas através da participação da comunidade no planejamento e gestão das mesmas, a fim de não desarticular o ambiente favorável (*millieu*) construído ao longo de mais de um século.

O SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas), desde o ano 2001, oferece cursos de capacitação rural e busca reunir os produtores interessados em receber um maior número de turistas em suas propriedades. A atuação do SEBRAE tem como objetivo a criação de um circuito, onde o visitante pode tomar café da manhã, visitar as plantações, degustar o vinho artesanal e consumir outros produtos. A instituição também oferece cursos relacionados ao trato das plantações, uso racional de água e de pesticidas e separação do lixo.

Num processo de visitas realizadas de forma coordenada, os produtores devem se adequar para receber uma maior quantidade de visitantes e continuar a servir a sua clientela tradicional. As modificações necessárias para o aprimoramento desse segmento estão concentradas principalmente na estrutura física das propriedades, como a construção de sanitários e estacionamentos, e na recepção e monitoria dos visitantes. Além das características rurais, também podem ser explorados os aspectos histórico-culturais, a origem das famílias, comidas típicas e produtos diversos como artesanatos, doces e geléias.

A principal medida governamental para incentivar o turismo nos bairros rurais do município de Jundiá e região é o Circuito das Frutas. A Associação de Turismo Rural do Circuito das Frutas foi fundada em 10 de outubro de 2000, na cidade de Louveira-SP, tendo como sede e foro legal o município de Jundiá. No Estatuto Social da Associação estão assinalados seus principais objetivos:

- A - Incentivar e promover a atividade turística no meio rural;
- B - Auxiliar e apoiar, de maneira técnica e prática, os associados de diferentes segmentos interessados em investir na atividade turística;
- C - Conseguir maior representatividade junto aos órgãos públicos e privados no que se refere ao desenvolvimento da atividade turística, fortalecendo assim, as atividades do meio rural, através de incentivos e programas específicos.
- D - Integrar as áreas rurais com interesse turístico, representadas aqui por seus respectivos proprietários e interessados aos circuitos de visitação formados pelos seguintes municípios: Indaiatuba, Itatiba, Itupeva, Jarinú, Jundiá, Louveira, Valinhos e Vinhedo (ESTATUTO SOCIAL DA ASSOCIAÇÃO DE TURISMO RURAL DO CIRCUITO DAS FRUTAS, 2000, p. 1)

Muito mais que uma descrição do sistema produtivo, ou seja, a produção agrícola e suas variáveis (mercado consumidor, empresas correlatas, padrões tecnológicos e sua integração com outras cadeias produtivas), procuramos analisar o papel dos processos sociais nas transformações sócio-produtivas em curso observadas na região.

Martins (1981, p. 37), descreve o processo social como correspondente “à relação que o homem exerce com os outros e consigo mesmo através da alteração contínua das suas relações sociais, como produto alienado de sua própria atividade, inclusive relações não visíveis (imateriais) estabelecidas pela circulação do produto do trabalho humano”. Oliveira (1999, p. 74) destaca que “são as relações sociais de produção e o processo contínuo/contraditório de desenvolvimento das forças produtivas que dão configuração histórica específica ao território”.

As relações sociais observadas na região do bairro Caxambú nos revelam que a coletivização de ações⁶ precede a coletivização das atividades produtivas⁷. A coletivização de ações, baseadas nos aspectos imateriais, é capaz de oferecer qualidade de vida, em aspectos como segurança, ordem, comunicação, participação e criatividade e, ao mesmo tempo, conduzir as estratégias relacionadas às atividades produtivas.

Por coletivização das ações, compreendemos as festas típicas do bairro (Festa da Uva do Caxambú, Festa do Vinho, Festa da Roseira, Festa da Toca), onde as famílias dividem funções relacionadas aos preparativos e organização das festas, utilizam seus

⁶ Festas, associações.

⁷ Pode referir-se também à crítica a abordagem economicista

contatos interpessoais para ajudar na promoção e divulgação dos eventos no município, conseguirem melhores preços junto aos distribuidores dos insumos utilizados para a produção, etc.

De acordo com Carlos (2004, p. 51), essas ações representam uma “[...] prática vivida e reconhecida em pequenos atos corriqueiros e, aparentemente, sem sentido, vulgares, mas criando laços profundos de identidade entre habitante – habitante, e habitante – lugar”. Deste modo não estamos nos referindo aos espaços infinitos, “[...] mas banais e reais como a rua, a praça, o bairro, - espaços do vivido. Estes revelam o espaço-tempo da vida”.

O processo de desenvolvimento da Associação dos Produtores de Vinho Artesanal do Caxambú e Região e o atual processo de formação da cooperativa correspondem ao fomento de estratégias de desenvolvimento endógeno, baseado na coletivização das ações, utilização de seu potencial relacionado aos aspectos naturais e culturais, que garantem um alto grau de mobilização social:

As comunidades locais têm uma identidade própria, que as levam a tomar iniciativas visando assegurar o seu desenvolvimento. Quando conseguem fortalecer sua capacidade organizacional, têm condições de evitar que empresas e organizações externas limitem suas potencialidades de atuação. É a capacidade de liderar o próprio processo, aliada à mobilização de seu potencial, que torna possível falar de desenvolvimento endógeno. (VÁSQUEZ BARQUERO, 2004, p. 40).

Não estamos diante de uma realidade de agronegócio, ampliado por cadeias produtivas de escala nacional e internacional. Mas na mesma proporção, não se trata de trabalhadores rurais que lutam pela sua sobrevivência, em condições que se aproximam da exclusão social e da falta de infra-estrutura básica, que lutam para não se tornarem assalariados ou ainda, que disputam a posse da terra, condição material necessária para a sua reprodução enquanto camponeses⁸.

Esse grupo formado por pequenos e médios agricultores, fixado há mais de um século nessa região, tem a sua reprodução social vinculada à construção histórico-social

⁸ Na maioria das leituras a respeito dos camponeses, essa categoria está relacionada aos agricultores que lutam por terra. Em nosso estudo, destacamos a luta pela manutenção de uma sociedade fundamentada em valores específicos, capazes de atuar na sua reprodução social.

no território, vinculadas às tradições culturais italianas. Dessa maneira, as relações familiares de parentesco e de confiança com a comunidade modelam sua organização produtiva e sua estrutura social. Esses elementos fundamentam o trabalho familiar que constitui a “[...] dimensão básica onde se organiza um determinado grupo social ligados por laços de parentesco e detentor de uma propriedade de terra em um espaço definido como rural” (SCHNEIDER, 2003, p. 80).

Estamos nos referindo a uma comunidade tradicional, mas capaz de dialogar com a lógica hegemônica, a partir da criação de mecanismos para se relacionar com os verticalismos. Todas as repercussões externas, principalmente as econômicas, não acarretaram em transformações sociais drásticas ou desterritorialidades, que poderiam resultar na dissolução das comunidades rurais. Há questões a serem consideradas, tendo em vista as condições do modo capitalista de produção, onde, da mesma maneira que um habitante do meio urbano pode perder seu emprego, o habitante do meio rural está exposto a externalidades, até mesmo pela sua dependência em relação aos aspectos naturais que não podem ser determinados com precisão e a dependência histórica do meio rural em relação ao meio urbano.

Existe todo um conjunto de situações, locais e globais, que determinam queda de safra, loteamentos, perdas, entre outros. Há ainda os filhos descendentes que optam em sair do campo, um fenômeno que não nos remete ao presente, mas ao passado, tendo em vista que, no caso brasileiro, o êxodo rural se processa desde a década de 1940.

Quanto à esfera produtiva, os viticultores possuem uma grande flexibilização, pois atendem a um mercado local que apresenta demandas estáveis, que apesar de terem crescido bastante nos últimos 5 anos, foram acompanhadas por investimentos produtivos e empreendedorismo. Se em algum período a comercialização do vinho sofrer redução, a produção pode ser armazenada para o ano seguinte, sendo que as adegas que estiverem com excedente de produção têm a possibilidade de negociar com as feiras agrícolas nas quais a associação é convidada a participar, de acordo com as normas da instituição.

O domínio da cadeia comercial não é total, pois ocorre uma dependência de contratos de fornecedores de uvas, localizados na Região Sul. Apesar desse fator constituir um elo da cadeia que pode comprometer o fortalecimento do Arranjo Produtivo, os produtores não o apontaram como o principal entrave para o crescimento da produção do vinho artesanal.

Para os viticultores da região do Caxambú, a falta de suporte institucional acarreta em uma perda relativa de ganho na cadeia produtiva, a jusante, em função na não institucionalização da produção artesanal, sendo essa condição atrelada ao âmbito federal⁹. Os produtores não podem comercializar esses produtos em mercados, a não ser em feiras rurais e agrícolas e nas festas específicas dos bairros do município.

A caracterização de um processo de desenvolvimento endógeno fica evidente pelo nível de mobilização e conscientização da comunidade, que possui papel ativo nas principais atividades produtivas, definição de estratégias, preparação das festas dos bairros, que também ajudam a promover as visitas às propriedades e o aumento da procura pelo vinho, e através das ações que buscam a preservação e a conservação do meio ambiente.

Nos preocupamos em construir um arcabouço teórico que apresentasse as possibilidades para o estudo de caso em questão, que está inserido em uma região que sofre intensa pressão dos processos de urbanização e industrialização, assim como alto grau de especialização produtiva em diversos setores. A agricultura, se analisada apenas em seu aspecto produtivo, ou seja, nas atividades agrícolas, não nos interessa, pois condiciona uma análise quantitativa distante das características da localidade.

Em suma, encontramos em Jundiáí atividades realizadas no interior das propriedades, relacionadas ao beneficiamento de produtos de origem agrícola e a sua comercialização que é realizada diretamente pelos produtores no interior das propriedades, (realizada de forma direta, ou seja, sem intermediários), nas festas típicas dos bairros e nas feiras agrícolas da região. Essas atividades não se assemelham com o trabalho acessório ou mesmo com a agroindústria, devido à escala de produção e conseqüentemente em relação à organização produtiva.

Apoiado nesses argumentos, não reconhecemos o recente incremento produção de vinho artesanal, e em menor proporção à produção de doces e geléias, como processamento de produtos domésticos em menor escala, o que caracterizaria uma agroindústria, mas a ocorrência do agrocomércio, que agrega valores à produção agrícola e à propriedade, devido ao aumento das visitas nas propriedades.

A atual configuração dos pequenos e médios produtores da região do bairro

⁹ Não há no Brasil leis específicas que regulamentem a produção artesanal.

Caxambú direciona nossa reflexão para a formação de um Arranjo Produtivo Local com base em empreendimentos rurais, caracterizado pela valorização das especificidades locais, aprimoramento das redes produtivas e da cooperação local através da incorporação de aspectos históricos e culturais. A estrutura do campesinato, relacionado às tradições culturais italianas norteia a constituição das organizações produtivas dos produtores da região, assim como as suas estratégias de integração nas cadeias produtivas da uva a granel e as estratégias relacionadas às novas modalidades de agrocomércio e visitasões.

Um Arranjo Produtivo nessas condições pode ser concebido de forma objetiva e planejado. As ações públicas, no sentido de oferecer suporte técnico e logístico para esse empreendimento, são fundamentais para a sua consolidação. Por outro lado, as características que o tornam viável são de natureza espontânea, como os aspectos étnico-culturais que proporcionam uma maior fluidez das relações de trabalho, interferindo diretamente na organização da cadeia produtiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo da vitivinicultura do município de Jundiaí-SP nos revela mais do que um rol de atividades de grande relevância econômica, se considerarmos que a região de Jundiaí concentra a maior produção de uvas de mesa do Brasil e o município possui empresas engarrafadoras de vinho e de vinagre inseridas no mercado brasileiro e internacional.

Nossa atenção para com a produção da uva e de seus derivados decorre não apenas da importância econômica dessas atividades, mas do contexto histórico e cultural no qual estão inseridas e de que maneira essas características estão presentes até os dias atuais.

Os bairros jundiaenses pioneiros na produção de uva tiveram a presença marcante dos imigrantes italianos que chegaram ao Brasil na segunda metade do século XIX. Esses imigrantes começaram a produzir gêneros de primeira necessidade, como hortaliças, feijão, milho e tinham a cultura da uva e a produção de vinho como atividades de subsistência.

Nas primeiras décadas do século XX, a vitivinicultura começou a assumir escala comercial concomitantemente com o declínio da atividade cafeeira, até então principal produto agrícola do município. Nesse período, a administração local promoveu incentivos e suporte técnico para esses produtores, tornando a cidade conhecida como a “Terra da Uva”, título que o município se orgulha em manter, pois é amplamente utilizado para atrair visitantes e investimentos imobiliários.

Os objetivos de nossos levantamentos consistiram em avaliar as possibilidades para a composição de um Arranjo Produtivo Local na região, através da análise das estratégias incorporadas pelos pequenos produtores rurais da região e dos processos sociais expressos nas festas realizadas nos bairros e nas relações com os visitantes.

Buscamos a compreensão da origem da vitivinicultura do município de Jundiaí, fazendo uma retrospectiva das principais territorialidades relacionadas à produção vitivinícola do município. Ressaltamos os aspectos sócio-econômicos e espaciais desta atividade econômica, as principais reestruturações produtivas ocorridas durante o

processo de desenvolvimento da vitivinicultura comercial do município e a importância dos imigrantes italianos para a constituição dos vinhedos jundiaenses.

Em seguida, traçamos um perfil da situação atual da vitivinicultura de Jundiaí, considerando a realidade econômica dos produtores rurais, seus enfrentamentos e as principais transformações que vêm ocorrendo nos bairros produtores de uva.

Esse fato nos levou a fazer alguns questionamentos e procurar, através de entrevistas com agricultores dos bairros já citados, compreender os motivos que estão levando muitos produtores a abandonarem o cultivo da uva, loteando seus terrenos ou diversificando sua produção.

Em meio a essas transformações, verificamos um crescimento na produção de vinho artesanal na região do bairro Caxambú, principalmente a partir do ano de 2001, quando foi organizada a 1ª Festa do Vinho. O aumento das vendas do vinho está fortemente vinculado com as visitas às propriedades, e o turismo rural é um segmento que apresenta um enorme potencial a ser aproveitado, necessitando apenas de um maior suporte institucional para atrair um fluxo constante de visitantes e de melhorias estruturais para recebê-los sem comprometer a qualidade de vida dos bairros.

A coletivização das ações e o nível de organização local das famílias produtoras são notáveis, mas os aspectos institucionais ainda constituem uma barreira para que os empreendimentos possam continuar crescendo, ainda que num mercado localizado e que não possui pretensões de competir em cadeias produtivas maiores.

Com a perda da concessão para a produção do vinho artesanal pela Associação dos Produtores de Vinho Artesanal do Caxambú e Região e a necessidade da criação de uma cooperativa, mais uma vez os produtores se deparam com uma situação de crise, dúvidas e riscos. Mas a sua reprodução social, que já atravessou diversos momentos de dificuldades, continua a recriar estratégias e formas de organização que fortalecem a conscientização coletiva e os laços com o território.

Considerando a importância da tradição e do ambiente cultural historicamente construído, as perspectivas que se apresentam para a região do Caxambú são positivas, pois as estratégias realizadas pelos produtores representam um processo de desenvolvimento endógeno, conduzido pelos atores locais e capaz de manter as atividades produtivas sem descaracterizar os seus aspectos imateriais.

Esperamos que nosso trabalho ofereça subsídios para os estudos das estratégias

localizadas de desenvolvimento, contribuindo para a análise deste e de outros Arranjos Produtivos. O sucesso de estratégias empreendedoras requer a participação ativa de toda a comunidade e dos órgãos públicos e privados, a fim de fomentar um diálogo permanente entre a sociedade civil e as instituições de pesquisa.

Acrescenta-se, ainda, que apesar dos desafios impostos pela globalização da economia é possível, como verificamos em nosso estudo, articular os elementos constituintes do território e transformá-los em vantagens competitivas capazes de promover o desenvolvimento local integrado e participativo.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. Paradigmas do capitalismo agrário em questão. São Paulo: HUCITEC, Campinas: Editora da UNICAMP, 1992.

_____. O futuro das regiões rurais. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

ALBAGLI, S. Globalização e espacialidade: o novo papel do local. In: CASSIOLATO, J. D. e LASTRES, H. M. M. Globalização & Inovação Localizada: experiências de sistemas locais no Mercosul. Brasília: IBICT/MCT, 1999.

ALENTEJANO P. R. R. Pluriatividade: uma noção válida para a análise da realidade brasileira? In: TEDESCO, J. C. (org). Agricultura Familiar: realidades e perspectivas. Passo Fundo: UPF, 2001.

ALMEIDA, M. G. Lugares turísticos e a falácia do intercâmbio cultural. In: ALMEIDA, M. G. (org) Paradigmas do turismo. Goiânia: Ed. Alternativa, 2003.

ALVAREZ, K. D. Estudo da função da uva Niagara no estado de São Paulo. Estudo técnico Nº 4. Departamento de Métodos Quantitativos e Econometria, Faculdade de Ciências Exatas de São Paulo, 1984.

AMARAL FILHO, J. A endogeneização das estratégias de desenvolvimento regional e local. XXVII Encontro Nacional de Economia, Belém/PA, 07 a 10 de dezembro de 1999.

AMATONETO, J. Redes de cooperação produtiva e clusters regionais. Oportunidades para as pequenas e médias empresas. São Paulo: Atlas/Fundação Vanzolini, 2000.

ARRETCHE, M.; RODRIGUEZ, V. Descentralização das políticas sociais do estado de São Paulo. FUNDAP/FAPESP, Brasília: IPEA, 1999.

ASSOCIAÇÃO DE TURISMO RURAL DO CIRCUITO DAS FRUTAS. Estatuto Social da Associação de Turismo Rural do Circuito das Frutas. São Paulo: Secretaria do Esporte, Lazer e Turismo do estado de São Paulo, 2004.

ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES DE VINHOS ARTESANAIS DO CAXAMBÚ E REGIÃO. Estatuto da Associação dos Produtores de Vinhos Artesanais do Caxambú e Região. Jundiaí, 2003.

BECKER, B. K. A crise do Estado e a Região – a Estratégia de Descentralização em Questão. In: BECKER, B. K. (org.). Ordenação do Território: Uma Questão Política? Exemplos da América Latina. UFRJ, Departamento de Geografia, 1984.

BEIGUELMAN, P. A Formação do Povo no Complexo Cafeeiro – Aspectos Políticos. São Paulo: Pioneira, 1982.

BENKO, G. Economia, espaço e globalização na aurora do século XXI. São Paulo: HUCITEC, 1996.

_____. A recomposição dos espaços. Interações, Revista Nacional de Desenvolvimento Local. Vol. 1, Nº 2, p. 7-12, março 2001.

BENKO, G.; LIPIETZ, A. (org.). As Regiões Ganhadoras. Distritos e Redes: Os Novos Paradigmas da Geografia Econômica. Oeiras: Celta Editora, 1994.

BENKO, G.; PECQUEUR, B. Os recursos de territórios e os territórios de recursos. REVISTA GEOSUL, FLORIANÓPOLIS, v.16, n. 32, p.31-50, jul-dez 2001.

BRITTO, J. Relevância de pequenas e médias empresas em arranjos produtivos na indústria brasileira: uma análise exploratória. In: LASTRES, H. M. M. et al; Pequena empresa: Cooperação e Desenvolvimento Local. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

CARLOS, A. F. A. O espaço urbano. Novos escritos sobre a cidade. São Paulo: Contexto, 2004.

CASSIOLATO, J. E.; LASTRES, H. M. M. Inovação, globalização e as novas políticas de desenvolvimento industrial e tecnológico. In: CASSIOLATO, J. E.; LASTRES, H. M. M. (Eds.) Globalização e inovação localizada: experiências de sistemas locais do Mercosul. Brasília: IBICT/MCT, 1999.

CASSIOLATO, J. E.; SZPAZIRO, M. Uma caracterização de arranjos produtivos locais de micro e pequenas empresas. In: CASSIOLATO, J. E.; MACIEL, M.L LASTRES, H. M. M.; (org). Pequena empresa: Cooperação e Desenvolvimento Local. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

CASTELLS, M. A Sociedade em Rede (A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura). São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTILLO, R. Tecnologia de informação e organização do território brasileiro: monitoramento e fluidez. In: Souza, M. D. A. Território brasileiro: usos e abusos. Campinas: Edições Territorial, 2003.

CASTRO DE OLIVEIRA, B. C. Tempo de travessia, tempo de recriação: os camponeses na caminhada. In: Revista de Estudos Avançados da USP, vol 15, nº 43, dezembro de 2001.

CENNI, F. Italianos no Brasil. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1958.

CHAYANOV, A. V. La organización de la unidad económica campesina. Buenos Aires: Nueva Vision, 1974.

CHOSSUDOVSKY, M. A globalização da pobreza. Impactos das reformas do FMI e do Banco Mundial. São Paulo: Moderna, 1999.

COCCO, G. et al. (org.) Empresários e empregos nos novos territórios produtivos: o caso da Terceira Itália. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

COELHO, F. D. Reestruturação Econômica, Políticas Públicas e as Novas Estratégias de Desenvolvimento Local. In: Guia de Desenvolvimento Econômico Local. Brasília: SERE/FES, IBAM, 1995.

Contribuição da Sociedade Viti-vinícola e Rural de Jundiaí à Comemoração do II Centenário da Elevação de Jundiaí à Categoria de Vila. Agricultura em Jundiaí. Jundiaí: 1956.

CROCCO, M. A., GALINARI, R., SANTOS, F., LEMOS, M. B., SIMÕES, R. Metodologia de Identificação de Arranjos Produtivos Locais Potenciais: Uma Nota Técnica. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 2003. (Texto para Discussão, 191). Disponível em <http://www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/td.html>. Acesso em 02/nov/2004.

DALL'ACQUA, C. T. B. Competitividade e Participação. Cadeias produtivas e definição dos espaços geoeconômico, global e local. São Paulo: Annablume, 2003.

Diagnóstico Agroambiental para Gestão e Monitoramento da Bacia do Rio Jundiaí-Mirim. CD ROM - DAE Jundiaí, 2003.

DINIZ, C. C. O papel das inovações e das instituições no desenvolvimento local. In: ANAIS DO XXIX ENEC – ENCONTRO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA, realizado de 11 a 14 de dezembro de 2001, Salvador/BA.

FILIPPINI, E. Terra, Família e trabalho: o Núcleo Colonial Barão de Jundiaí – 1887 – 1920. São Paulo: FFLCH, 1990 (Tese de Mestrado).

_____. À sombra dos cafezais: sitiantes e chacareiros em Jundiaí 1890 - 1920. São Paulo: FFLCH, 1998 (Tese de Doutorado).

FILIPPINI, E. & PEREIRA, E. C. Cem anos de imigração italiana em Jundiaí. Jundiaí: Estúdio Ro, 1988.

FLEURY, M. T. Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil. São Paulo: Global Editora, 1983.

FURTADO, C. Pequena introdução ao desenvolvimento: enfoque interdisciplinar. São Paulo: Editora Nacional, 1980.

FURTADO, J. (org.). Globalização das cadeias produtivas do Brasil. São Carlos: EDUFSCar, 2003.

GERTEL, S. Globalização e meio técnico-científico: o nexu informacional. In: SANTOS, M., SOUZA, M. A., SCARLATO, F. C., ARROYO, M. (org.). Fim de século e globalização. 4ª ed. São Paulo: Annablume, HUCITEC, Anpur, 2002.

GHILARDI, A. A.; MAIA, M. L. Tecnologia, custo de produção e rentabilidade do cultivo de uva niagara no estado de São Paulo. Informações Econômicas. São Paulo, v. 31, nº 12, dez. 2001.

_____. Evolução dos preços da uva Niagara nas safras 1995/1996 e 2002/2003. Informações Econômicas. São Paulo, v. 31, nº 12, jan. 2004.

GONÇALVEZ, F.; RESENDE, M. Uma extensão ao modelo schumpeteriano de crescimento endógeno. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2003. (Texto para discussão, 202). Disponível em <http://www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/td.html>. Acesso em 05/nov/2004.

GONÇALVEZ, R. O nó econômico. Rio de Janeiro: Record, 2003.

GOVERNO DA UNIÃO DO ESTADO E MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ. Federação das Indústrias do Estado de São Paulo e Entidades Representativas da Indústria, Comércio e Agricultura. Exposição Vitivinícola e Industrial do Estado de São Paulo - Catálogo Oficial. Jundiaí: 1953.

GRAZIANO da SILVA, J. Velhos e novos mitos do rural brasileiro. Disponível em: <http://www.eco.unicamp.br/projetos/rurbano.html>. Acesso em 20/dez/2003.

HAESBARET, R.; LIMONAD, E. O território em tempos de globalização. GEO UERJ, RJ, nº 5, p. 7-19, 1º semestre de 1999.

HUMPHREY, J., SCHMITZ, H. The Triple C Approach to Local Industrial Policy. In: World Development. [s.l.]: Elsevier Science Ltd., v. 24, n. 12, p. 1859-1877, 1996.

IANNI, O. A Sociedade Global. 4ª ed. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1996.

JUNDIAÍ. Prefeitura Municipal de Jundiaí. Departamento de Abastecimento e Agricultura. Relatório da produção viticultora do município de Jundiaí. Jundiaí: 2001. 10 p.

KAUTSKY, K. A questão agrária. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

KRUGMAN, P. R. The current case for industrial policy. In: Salvatore (Ed.) Protectionism and world welfare. Cambridge Press, Cap. 7., 1993.

LANGENBUCH, J. R. Estruturação da Grande São Paulo. Estudo de Geografia Urbana. Rio de Janeiro: IBGE, Biblioteca Geográfica Brasileira, nº26, 1971.

LEFÈBVRE, H. Perspectivas da sociologia rural. Sociologia Rural. In: MARTINS, J. S. Introdução Crítica à Sociologia Rural. São Paulo: HUCITEC, 1981.

_____. Problemas de Sociologia Rural. In: MARTINS, J. S. Introdução Crítica à Sociologia Rural. São Paulo: HUCITEC, 1981.

LUCA, F. J. Modelo cluster eco-industrial de desenvolvimento regional: o pólo da mineração no sul de Santa Catarina. Rio de Janeiro: Papel Virtual Editora, 2003.

MACEDO, M. M. Agências de Desenvolvimento e Policy Networks: noções conceituais e exemplos das experiências internacional e nacional. In: REVISTA PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO: ECONOMIA, ESTADO e SOCIEDADE. Curitiba, nº 96, maio/agosto de 1999.

MACHADO, M. S. Geografia e Epistemologia: um passeio pelos conceitos de espaço, território e territorialidade. In: Revista do Departamento de Geografia, UERJ, Rio de Janeiro, nº 1, p. 17-32, janeiro de 1997.

MACHADO, S. A. Dinâmica de arranjos produtivos locais: um estudo de caso em Santa Gertrudes, a nova capital da cerâmica brasileira. Ed. rev. São Paulo: Escola Politécnica, 2003. (Tese de Doutorado).

MARTINS, F. P. & SOUSA, J. S. I. Viticultura Brasileira: principais variedades e suas características. Piracicaba: FEALQ, 2002.

MARTINS, J. S. O poder do atraso. São Paulo: HUCITEC, 1996.

MATOS, O. N. de. Café e ferrovias – a evolução ferroviária de São Paulo e o desenvolvimento da cultura cafeeira. São Paulo: Alfa-Omega, 1974.

MATTOS, D. L. Vinhedos e Viticultores de São Roque e Jundiá. São Paulo: USP, 1955.

MENDES, A. A. Reestruturações Locais como Efeitos da Globalização Econômica: Uma Análise da Estrutura Produtiva Mutante do Pólo Têxtil de Americana, SP. Rio Claro: IGCE,UNESP, 1997 (Tese de Doutorado).

MENDRAS, H M. Sociologia do Meio Rural. In: Sociologia Rural. QUEIROZ, M. I. P. DE (org.). Rio de Janeiro: ZAHAR EDITORA, 1969.

MORAES, J. L. A. Capital social e desenvolvimento regional. In: Correa, S. M. S. (org.). Capital Social e Desenvolvimento Regional. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.

MÜLLER, G. O Agrário Verde-Amarelo, Hoje e Amanhã. In: Revista Brasileira de Geografia, V. 54 - (94) p. 29-47. Rio de Janeiro, 1992.

NAVARRO, Z. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. Revista de Estudos Avançados da USP, vol 15, nº 43, dezembro de 2001.

OLIVEIRA, A. U. Modo Capitalista de Produção e Agricultura. São Paulo: Editora Ática, 1986.

_____. A agricultura camponesa no Brasil. São Paulo: Contexto, 1991.

_____. A Geografia Agrária e as transformações recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, A. F. (org) Novos Caminhos da Geografia. São Paulo: HUCITEC, 1999.

_____. Barbárie e modernidade: o agronegócio e as transformações no campo. Texto para discussão em Reunião da CPT Nacional de Goiânia, 22/out/2003.

OTH, V. O desenvolvimento: indicadores e tentativa de avaliação. In: Revista Geográfica, nº 14, São Paulo, 1997, pp. 79-114.

PIRES, L. S. Descentralização do Estado, Desenvolvimento Local e Geração de Emprego no Brasil: Potencialidades e limites para uma política de emprego em comunidade de baixa renda (versão preliminar). In: Simpósio El trabajo como base de la Política Social, no XI Congresso de la FIEALC - Osaka, Japão, 24-27 de setembro de 2003.

QUEIROZ, M. I. P. DE. Por que uma sociologia dos grupos rurais. In: QUEIROZ, M. I. P. DE (org.). Sociologia Rural. Rio de Janeiro: ZAHAR EDITORA, 1969.

_____. Cultura, sociedade rural, sociedade urbana: ensaios. São Paulo: EDUSP, 1978.

_____. Dialética do rural e do urbano: exemplos brasileiros. In: A luta pelo espaço. Textos de Sociologia Urbana. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1978.

RAUD, C. Indústria, Território e Meio Ambiente no Brasil. Perspectivas da industrialização descentralizada a partir da análise da experiência catarinense. Florianópolis: UFSC, 1999.

RESENDE, G. C. Estado, Macroeconomia e Agricultura no Brasil. Porto Alegre: Editora da UFRGS /Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, 2003.

RODRIGUES, A. B. (org). Turismo Rural: práticas e perspectivas. São Paulo: Contexto, 2001.

SANTOS, G. A . G. dos, et al. Aglomerações, Arranjos produtivos locais e vantagens competitivas locais. Rio de Janeiro: BNDES , 2004.

SANTOS, M. A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo. Razão e Emoção. São Paulo: HUCITEC, 1996.

_____. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. São Paulo: HUCITEC, 2000.

SCHNEIDER, S. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. Trabalho apresentado no I Fórum Internacional Território, Desenvolvimento Rural e Democracia, Fortaleza/Ceará, 16, 17, 18, 19 de novembro

de 2003. Disponível em: www.ufrgs.br/pgdr/textosabertos/textospublicos.htm. Acesso em: 10/fev/2005.

_____. A Pluriatividade na Agricultura Familiar. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

SCHRANK, P. G. M. Relatório da produção viticultora do município de Jundiáí. Prefeitura Municipal de Jundiáí, 2001.

SECRETARIA MUNICIPAL DE NEGÓCIOS JURÍDICOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ. Plano Diretor do Município de Jundiáí. Jundiáí, 2004.

SEN, A. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SOLARI, A. B. O objeto da sociologia rural. In: Sociologia Rural. QUEIROZ, M. I. P. DE (org.) Rio de Janeiro: ZAHAR EDITORA, 1969.

SOUSA, J. S. I. Origens do vinhedo paulista. Jundiáí: Prefeitura Municipal de Jundiáí, 1959.

_____. Uvas para o Brasil. Piracicaba: Biblioteca de Ciências Agrárias Luiz de Queiroz, volume 1, 1996.

SOUZA. M. L. de. Mudar a cidade. Uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos. 2ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

SOUZA, N. de J. de. Desenvolvimento Econômico. São Paulo: Atlas, 1993.

SOROKIN, A. P., ZIMMERMAN, C. C., GALPIN, J. C. Diferenças Fundamentais entre o Rural e o Urbano. In: MARTINS, J. S. Introdução Crítica à Sociologia Rural. São Paulo: HUCITEC, 1981.

STORPER, M.; WALKER, D. Desenvolvimento Econômico e a Questão Regional: Industrialização, Polarização e Distribuição da Renda. 1989 (Mimeografado).

SUZIGAN, W.; GARCIA, R.; FURTADO, J. Governanças de Sistemas Produtivos locais de micro, pequenas e médias empresas. In: LASTRES, H.M.M. et. al.; Pequena Empresa: Cooperação e Desenvolvimento Local. Rio de Janeiro: Relume/Dumará, 2003.

TAVARES DOS SANTOS, J. V. Os colonos do Vinho. São Paulo: HUCITEC, 1978.

TOMANIK, G. B. No caminhar da história. In: Academia Jundiáense de Letras, vol. VII, p. 115-119, Jundiáí: Academia de Letras Jundiáense, 2001.

VÁZQUEZ BARQUERO, A. Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização. Tradução de Ricardo Brinco. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 2001.

VEIGA, J. E. da. O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica. São Paulo: EDUSP/Hucitec, 1991.

_____. Dialética e desenvolvimento em Furtado. Disponível em: http://www.econ.fea.usp.br/seminarios/2006_1/jose_eli_19_05_2006.pdf. Acesso em 20/jun/2005.

VON HALDENWANG, C. Gobernanza sistêmica y desarrollo em América Latina. REVISTA DE LA CEPAL 85 ABRIL 2005 P. 35-52

WOORTMANN, E. F. Herdeiros, parentes e compadres. São Paulo: HUCITEC, 1995.

ZUANAZZI, M. Turismo Rural e Políticas Públicas. In: OLIVEIRA, C. G. S.; MOURA, C. de M. Anais do 4º Congresso Brasileiro de Turismo Rural. Piracicaba: FESALQ, 2003.

Anexo 1

Roteiro de entrevista aplicada junto aos produtores rurais

1. Qual a situação da produção de vinho artesanal (aumento, redução, evolução nos últimos anos).
2. Quantos produtores estão envolvidos com a associação?
3. Quais são os termos de compromisso dos produtores e como eles são realizados?
4. Quais são os principais mercados consumidores?
5. Como é realizada a divisão entre os produtores com relação aos compradores e mercados consumidores?
6. Existe liderança(s) e cooperação entre os produtores?
7. Existe apoio institucional e cooperação entre os produtores?
8. Existe algum projeto que busque o aumento da produção de uvas para o vinho?
9. Qual é a participação relativa do vinho artesanal na renda familiar?
10. Quais são as perspectivas para a associação?
11. Como você observa as transformações que estão ocorrendo no seu bairro?